

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANUÁRIO
DO
INSTITUTO RIO-BRANCO

1973

INSTITUTO RIO-BRANCO
1974

SUMÁRIO

HISTÓRICO	9
ORGANIZAÇÃO	11
DIA DO DIPLOMATA	
Formatura da Turma de 1972	13
Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores	15
ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO-BRANCO	
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	23
Programas	29
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	40
Organização do Curso	40
Aula Inaugural do C.P.C.D. pelo Doutor João Paulo dos Reis Velloso — Ministro do Planejamento e Coordenação Geral	45
Ano Letivo — 1973	54
Programas	61
Diplomandos de 1973	87
Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas	93
Cursos Especiais e de Extensão	95
Concursos	99
Biblioteca	101
ANEXOS	
Textos das Provas do Exame Vestibular	105
Legislação	129
Pessoal	139
Pessoal do Instituto Rio-Branco de 1945 a 1973	141
Professores do Instituto Rio-Branco	147
Relação dos ex-professores do Instituto Rio-Branco	161

INSTITUTO RIO-BRANCO

1973

Diretor:

EMBAIXADOR ALFREDO TEIXEIRA VALLADÃO

Chefe da Secretaria:

SECRETÁRIO MARIA DA NATIVIDADE DUARTE RIBEIRO PETIT

Coordenador de Ensino:

SECRETÁRIO RAPHAEL VALENTINO SOBRINHO

Secretária do Diretor:

MARTHA FREIRE PEREIRA PINTO

O Instituto Rio-Branco foi criado pelo Decreto-lei n.º 7.473, de 18 de abril de 1945, na ocasião das comemorações do Centenário do Barão do Rio-Branco. A idéia, já anteriormente lançada pelo Embaixador Jorge Latour, quando ainda Secretário, voltou a tomar impulso, dinamizada pelo seu próprio autor.

Os objetivos específicos do Instituto eram, de um lado, a formação básica do diplomata profissional e, de outro, a manutenção do seu aperfeiçoamento contínuo.

A regulamentação e o início das metas que fixou o Decreto-lei n.º 7.473 ocorreram já no Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, no quadro do Decreto-lei n.º 9.032, de 6 de março de 1946.

Os diplomas legais que criaram o Instituto Rio-Branco e lhe regularam o funcionamento mantiveram o sistema dualista de admissão à Carreira diplomática, isto é, de concursos diretos, chamados concursos de provas, e de exame vestibular seguido do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, com a duração de dois anos. Esta última forma vem prevalecendo sobre a primeira, para responder à necessidade de fornecer aos futuros Diplomatas o treinamento profissional prévio adequado, recorrendo-se ao concurso de provas apenas em situações excepcionais.

Pelo Decreto n.º 45.535, de 5 de março de 1959, foi alterada a sistemática do Exame Vestibular, no sentido de que seu processamento se realize em duas etapas, consistindo a primeira de provas de seleção prévia. Ademais, o trabalho de seleção poderá ser realizado em localidades onde se apresente número suficiente de candidatos, ampliando-se assim a área geográfica do recrutamento e logrando-se ao mesmo tempo a descentralização do Exame Vestibular.

Até 1973 foram realizados 28 exames vestibulares e, através do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, foram formados 521 diplomatas. Com a nomeação da turma de 1973 elevou-se a 576 o número de funcionários que ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco, incluindo-se, entre estes, os 55 recrutados mediante Concurso de Provas relativos aos anos de 1954, 1955, 1962 e 1967.

ORGANIZAÇÃO

O Instituto Rio-Branco é órgão integrante do Ministério das Relações Exteriores e está diretamente subordinado ao Ministro de Estado.

Com a publicação do Decreto n.º 71.534, de 12 de dezembro de 1972, complementado pela Portaria n.º 357, de 15 de março de 1973, que baixa o Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e trata no seu capítulo 16, do Instituto Rio-Branco, fica revogado o Regimento do IRBR, aprovado pelo Decreto n.º 24.883, de 28 de abril de 1948 (*).

O Instituto Rio-Branco tem por finalidade:

- I — o recrutamento, a seleção e a formação de pessoal para a carreira de Diplomata;
- II — o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores;
- III — a realização, por iniciativa própria ou em mandato universitário, de cursos especiais dentro do âmbito de seus objetivos;
- IV — a difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais;
- V — a organização e realização de plano de Pesquisas e Publicações.

O Instituto, sob a chefia do Diretor, compreende: Secretaria (SBR) e Coordenação de Ensino (CEBR).

(*) Ver Legislação

O Diretor é nomeado pelo Presidente da República e escolhido pelo Ministro de Estado, por indicação do Secretário-Geral, dentre os Ministros de Primeira e Segunda Classe.

O Chefe da Secretaria e o Coordenador de Ensino são nomeados pelo Ministro de Estado dentre os diplomatas das categorias de Ministro de Segunda Classe, Conselheiro e Primeiro Secretário.

Cabe ao Instituto manter os seguintes cursos:

- I — Curso de Preparação à Carreira de Diplomata;
- II — Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas;
- III — Curso de Altos Estudos;
- IV — Cursos Especiais;
- V — Cursos de Extensão.

Compete ainda ao Instituto organizar concursos de provas para a carreira de Diplomata.

DIA DO DIPLOMATA

O Presidente da República, General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici, instituiu, pelo Decreto n.º 66.217, de 17 de fevereiro de 1970, o "Dia do Diplomata", a ser comemorado anualmente a 20 de abril, data do nascimento de José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio-Branco.

Realiza-se, nesta data, como parte de suas celebrações, a cerimônia de entrega de diplomas e medalhas aos alunos que concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano anterior.

A 20 de abril de 1973 foram diplomados, em solenidade presidida por sua Excelência o Senhor Presidente da República, General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici, com a presença do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mario Gibson Barboza, os seguintes concluintes de 1972 do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Carlos Antonio da Rocha Paranhos
Kywal de Oliveira
Jorge d'Escragnolle Taunay Filho
Pedro Motta Pinto Coelho
Antonino Marques Porto e Santos
Flávio Roberto Bonzanini
Ricardo Carvalho do Nascimento Borges
Ruy de Lima Casaes e Silva
Paulo Américo Veiga Wolowski
Hélio Magalhães de Mendonça
René Loncan
Sergio Eduardo Moreira Lima
Ilka Maria Lehmkuhl Trindade Cruz
Francisco Campos de Oliveira Pena

Receberam o "Prêmio Rio-Branco", atribuído ao 1.º e 2.º colocados na classificação final do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Medalha de ouro: Carlos Antonio da Rocha Paranhos

Medalha de prata: Kywal de Oliveira.

O Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, conferido ao 1.º e 2.º colocados na classificação final dos Exames Vestibulares, foi atribuído aos seguintes integrantes da turma:

Medalha de prata: Carlos Antonio da Rocha Paranhos

Medalha de bronze: René Loncan Filho.

Na ocasião, discursou o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mario Gibson Barboza, cuja oração é transcrita, integralmente, a seguir.

DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
EMBAIXADOR MARIO GIBSON BARBOZA,
NAS COMEMORAÇÕES, EM 1973, DO DIA DO DIPLOMATA
E DA FORMATURA DA TURMA DE 1972 DO INSTITUTO RIO-BRANCO

Senhor Presidente,

Mais uma vez Vossa Excelência nos confere a honra e o privilégio de estar conosco, na cerimônia em que, anualmente, no dia consagrado ao Barão do Rio-Branco, recebemos no Itamaraty a nova turma de jovens que ingressa na carreira diplomática e se coloca, assim, inteiramente a serviço do Brasil.

Neste mesmo auditório, em abril de 1970, ao celebrarmos pela primeira vez o "Dia do Diplomata", Vossa Excelência traçou com nitidez as diretrizes da ação externa do Governo e deu-nos a tarefa de executar uma política externa que, ao continuar a longa linha de coerência que marca toda a nossa história diplomática, deveria ampliar seu campo de atuação, aprofundar seus postulados e constantemente renovar-se, para antecipar e desvendar os novos contornos de um país que se aproxima rapidamente da realização efetiva de suas potencialidades e de suas aspirações.

O encargo essencial que nos confiou, então, Vossa Excelência, foi o de por a ação diplomática a serviço do progresso e da integração nacionais, num momento verdadeiramente histórico, em que a aceleração do desenvolvimento interno faz aumentar, em ritmo correspondente, nossas responsabilidades externas como potência em ascensão. Advertiu-nos Vossa Excelência de que nos incumbia exercer constante vigilância na defesa do nosso direito de nos expandirmos livremente dentro de nossas fronteiras e para impedir que nossos objetivos nacionais pudessem ser frustrados por interesses externos adversos.

Preveniu-nos Vossa Excelência contra a cristalização mundial de posições de poder políticas, econômicas e científicas, e recordou-nos que o Brasil fez, desde há muito, sua opção definitiva por uma política externa clara e harmoniosa, caracterizada pelo convívio reto com as demais nações, pela

boa fé no cumprimento das obrigações contraídas, pela rejeição sistemática dos falsos direitos da força e pela recusa em aceitar qualquer forma de partilha do mundo em zonas de influência.

Ao identificar o desenvolvimento econômico de todos os povos com a verdadeira paz, Vossa Excelência reiterou nossa firme solidariedade com os países em desenvolvimento, reafirmou nossa vontade de trabalhar em íntima união com os que formam conosco a comunidade latino-americana, renovou nossa adesão aos ideais da aliança hemisférica, reassegurou nosso desejo de amizade com as demais nações e nosso propósito de cooperar ativamente com todas aquelas que respeitam o que somos e que reconhecem as novas dimensões de nossos interesses.

Sob a firme direção de Vossa Excelência, Senhor Presidente, a diplomacia brasileira tem procurado cumprir a tarefa recebida. Nosso empenhado zelo tem sido posto em prevenir, atalhar e afastar, no campo externo, tudo o que possa criar obstáculos inaceitáveis ao direito que temos de explorar soberanamente, dentro de nossas fronteiras, os recursos do solo e do subsolo, do mar, dos rios e das grandes florestas com que nos dotou a natureza. Pois compreendemos que nossa principal tarefa presente é modernizar e por a serviço do homem brasileiro o território que é seu, por herança histórica e pelo trabalho acumulado das gerações.

Não o fazemos, porém, com espírito egoísta ou mesquinho. Possuímos a clara visão de que nosso crescimento deve contribuir para o progresso de nossos vizinhos, assim como o desenvolvimento dos que nos cercam ajuda o nosso próprio progresso. Reconhecemo-nos solidários com o resto do Continente. Não queremos para nós uma prosperidade isolada, mas, ao contrário, propugnamos somar esforços para que o desenvolvimento de cada um crie condições favoráveis ao crescimento de todos os demais.

Tem sido intensa, coerente e constante nossa política de aproximação com os vizinhos latino-americanos. São múltiplas e numerosas as iniciativas brasileiras para criar e desenvolver interesses comuns, para dar nova vida a regiões até agora afastadas das grandes correntes do progresso, para nos ligar por estradas a todos os países da América do Sul. Damos nosso apoio e colaboração a numerosos projetos de interesse fundamental para vários países do Continente. Dentro de nossas limitadas possibilidades, não temos faltado com o que julgamos ser nosso dever de cooperar com as nações irmãs para que acelerem o ritmo de seu desenvolvimento, e jamais nos recusamos a transmitir-lhes os frutos de nossa modesta experiência.

No Governo de Vossa Excelência, não tem havido pausa nem descanso no trabalho da diplomacia brasileira para dar novos e mais fecundos impulsos à solidariedade continental. Esse esforço se vem exercendo constantemente através do trabalho discreto da nossa Chancelaria e das nossas Embaixadas, e tem sido principalmente acelerado e aprofundado pelos contatos pessoais

mantidos por Vossa Excelência com os Chefes de Estado do Uruguai, da Bolívia, do Paraguai, da Colômbia, dos Estados Unidos, da Argentina e da Venezuela; pelas visitas que fizeram ao Brasil os Chanceleres do Peru, da Venezuela, da Colômbia, da Bolívia, do Equador, da Guatemala e da Costa Rica; pelas viagens que pessoalmente realizei ao Paraguai, à Guatemala, a El Salvador, a Honduras, à Nicarágua, à Costa Rica, a Trinidad-e-Tobago, à Guiana e ao Suriname, e que serão completadas com as missões que brevemente cumprirei na Venezuela, na Colômbia, no Peru, no Equador e na Bolívia.

Agora mesmo, receberemos a honrosa visita de Sua Excelência o Senhor Presidente da República do Paraguai, ocasião que será marcada pela assinatura do Tratado que permitirá a construção da gigantesca usina hidrelétrica de Itaipu. Essa obra, situada no coração das terras sul-americanas, exemplo de cooperação entre vizinhos, produzirá efeitos de extraordinário alcance para o progresso do Brasil e da nobre Nação guarani e dará novo impulso ao próprio crescimento do Continente como um todo. Insere-se assim esse encontro entre Vossa Excelência e o Presidente Stroessner numa política coerente de entendimento fraterno e realista com os países do hemisfério, política a que o Brasil tem dedicado a maior parte dos esforços de sua diplomacia.

Toda esta intensa atividade diplomática dá cumprimento, no plano das realizações, a um novo conceito de vizinhança proposto pelo Brasil. Passada é a época em que éramos limítrofes apenas na escala cartográfica, época em que, na realidade, estavam os grandes núcleos de concentração humana de cada país da América Latina amplamente separados uns dos outros por enormes dimensões vazias, por espaços que correspondiam a áreas muitas vezes superiores à superfície de grandes nações européias. Hoje, essa vizinhança, quase sempre meramente ideal e teórica, se vai tornando realidade pujante, de todos os dias, com a vivificação das nossas fronteiras, com a construção de estradas em todas as direções, com a realização de grandes obras comuns. E mais: procuramos identificar aspirações semelhantes para, na semelhança de nossos problemas de desenvolvimento, buscar obter, sempre que possível, com eficiência e realismo, soluções compartilhadas. Pois queremos crescer juntos com os demais países e tornar, assim, efetivo o ideal da solidariedade. Encaramos de frente a cooperação mútua. Somos, de verdade, vizinhos.

Era normal que, com o estabelecimento de um novo conceito de vizinhança, voltássemos os olhos para nossa fronteira leste, que se estende além das 200 milhas marítimas sobre as quais se exerce a plenitude de nossa soberania. E, assim como procuramos eliminar a distância dos espaços vazios no centro do Continente americano, passamos também a identificar como nossa fronteira oriental não mais o oceano Atlântico, mas os países da África cujas costas defrontam nossos litorais e de onde recebemos tão significativa contribuição para a formação de nosso povo e de nossa cultura.

Buscamos, por isso, intensificar e ampliar os contatos com as Nações vizinhas do grande continente africano, com o qual partilhamos o dever de explorar todas as imensas virtualidades do mundo tropical. Para acelerar esse processo de entendimento e cooperação, visitei, em cumprimento às determinações de Vossa Excelência, a Costa do Marfim, Gana, o Togo, o Daomé, o Zaire, o Gabão, os Camarões, a Nigéria, o Senegal e posteriormente o Quênia, experimentando a alegria de ser recebido numa atmosfera de fraternidade, que consolidou a certeza de que essa política de aproximação era não somente oportuna, mas inadiável. Do interesse da África pelo Brasil são testemunhas os inúmeros atos que ali firmei e, posteriormente, as visitas ao nosso país dos Ministros do Exterior do Quênia e do Zaire, a abertura de novas missões diplomáticas africanas em Brasília e o incremento ininterrupto de todas as formas de diálogo entre o Brasil e um Continente, que começam, juntos, a identificar interesses comuns, a examinar a possibilidade de somar esforços para os mesmos fins e a complementar suas economias.

Num país que cresce aceleradamente como o Brasil e que necessita acrescentar a seus esforços internos todas as contribuições externas capazes de contribuir para o seu desenvolvimento, não se poderiam limitar as possibilidades de diálogo e colaboração àquelas áreas que nos são geograficamente contíguas. Assim, não apenas alargamos e aprofundamos nossas relações na América Latina, mas em todo o Continente, ao estabelecer novos vínculos de interesses com o Canadá e ao buscar ampliar nossa presença atuante nos Estados Unidos da América.

Intensificamos, também, por todas as formas possíveis, nossas relações com cada um dos países europeus e com a Europa como um todo. Demos maior densidade às nossas relações com Portugal, que Vossa Excelência visitará oficialmente, no próximo mês de maio, para retribuir as honrosas visitas que recebeu, no ano passado, dos Chefes de Estado e de Governo da República Portuguesa, nação a que estamos unidos por íntimos e profundos laços de história e de cultura e à qual tanto deve a formação da nossa gente. Procuramos, outrossim, juntamente com os países europeus de economia de mercado e de economia centralmente planificada, estudar, de modo atento, sistemático e imaginoso, novos esquemas de cooperação bilateral, para dinamizar ainda mais a estreita rede de relações que nos liga.

As negociações recentemente iniciadas entre o Brasil e a Comunidade Econômica Européia, o incessante crescimento de nosso comércio com toda a Europa, os continuados investimentos e a cooperação técnica e científica que recebemos não só do Continente europeu, mas também de outros países altamente desenvolvidos, como os Estados Unidos e o Japão, bem indicam o vasto e multiforme escopo de interesses que hoje nos vinculam praticamente ao mundo inteiro.

A intensidade dessas ligações em nada nos afastou da política de solidariedade que o Brasil mantém, de modo ativo, firme e coerente, com os países

em desenvolvimento, para os quais reclamamos a plena participação nos processos de decisão que moldam a história do presente e abrem os caminhos do futuro. Por isso, temos rejeitado que nos releguem à condição de uma humanidade separada, ao mesmo tempo que reivindicamos que não se tomem decisões mundiais, que afetam nossos destinos, sem nossa prévia audiência e nossa plena e efetiva participação.

Não apenas continuamos fiéis ao trabalho conjunto para a defesa de interesses comuns nos organismos internacionais, onde cada vez mais os países em desenvolvimento procuram harmonizar suas políticas e estabelecer coesas posições de conjunto. Tem o Brasil propugnado, de forma pioneira, o aumento da colaboração e do comércio direto entre os países em desenvolvimento — como bem o mostram, para dar alguns, dentre muitos exemplos, fora do Continente americano, as crescentes vinculações de interesse que estamos a criar, no plano científico e tecnológico, com a Índia e Israel e, no plano econômico, com as nações do mundo árabe.

Estamos, assim, a cumprir uma política de intenso diálogo e assumimos as responsabilidades que as novas dimensões do Brasil nos impõem. Por isso, não nos recusamos a levar nossa palavra conciliadora onde quer que ela seja solicitada, convictos, como estamos, de que nos cabe também uma parcela de deveres na manutenção da paz mundial, a paz que é indispensável à realização de nossos projetos de progresso.

Foi esse o sentido da viagem que efetuei ao Oriente Médio, para atender a convites dos Governos da República Árabe do Egito e do Estado de Israel e dialogar com dois povos cuja presença criadora no Brasil é tão intensa. Ouvimos e fomos ouvidos, e talvez tenhamos deixado alguma contribuição desinteressada para a solução de um conflito, cujo término pronto e justo interessa a toda a humanidade.

Nos organismos internacionais de que participamos, nossa presença tem sido cada vez mais dinâmica e atuante, seja na Organização das Nações Unidas — onde vimos recentemente consagrada a tese brasileira da segurança econômica coletiva, tese que se acha hoje inscrita nas deliberações do Conselho Econômico e Social, cuja presidência nos foi atribuída em significativa eleição — seja na Organização dos Estados Americanos, seja na Organização do Tratado da Bacia do Prata, seja na CECLA, seja na Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

No discurso de 20 de abril de 1970, Vossa Excelência advertiu-nos de que, "em nossos dias, pela primeira vez na evolução humana, se vê que a história não mais se faz em continentes ou áreas estanques, mas se projeta como uma realização coletiva de toda a humanidade". E recomendou-nos que exercêssemos de forma criadora a nossa atividade em favor da paz, do abrandamento das tensões e da convivência entre os povos. Em cumprimento a esse mandato, Senhor Presidente, procuramos dilatar e intensificar nossa participação nas relações internacionais, que hoje assumem a dimensão uni-

versal para a qual o Brasil está inevitavelmente convocado; pois tudo o que se passa no mundo nos interessa, não só porque pode influir sobre nosso presente e sobre nosso futuro, mas também porque tudo o que diz respeito ao destino da humanidade não pode escapar a esse pendor generoso para a participação nos problemas coletivos, que caracteriza o brasileiro.

Meus jovens colegas,

Vai-se fazendo praxe o coincidir a prestação anual de contas do Itamaraty à Nação brasileira, na pessoa do seu mais alto mandatário, Sua Excelência o Senhor Presidente da República, com a incorporação formal a esta Casa de novos companheiros. Não vos repetirei as advertências e os conselhos que dei, em outros anos, sobre nosso duro ofício e sobre as alegrias que aqui recebemos no completo cumprimento da vocação de servir.

Ingressais no Itamaraty no momento em que aqui experimentamos um profundo processo de renovação para nos colocarmos à altura da grande tarefa de expressar, com precisão e eficiência, a nova realidade do Brasil diante da comunidade internacional. Por esta reestruturação do Itamaraty, pelo que ela significa de estimulante confiança na diplomacia brasileira, somos gratos a Vossa Excelência, Senhor Presidente. Sabemos, por igual, que a alta decisão de Vossa Excelência, ao autorizar a reforma que já se encontra em plena execução, aumentou a nossa responsabilidade de prosseguir e reativar uma linha de conduta externa, coerente, generosa e criadora, que recebemos dos que nos precederam e que nos cumpre atualizar e modernizar incessantemente para que, ao chegar a hora da transferência do comando, possamos entregar, aos que nos sucederão, um instrumento de ação que realmente corresponda às novas dimensões dos interesses do Brasil.

Aos que hoje acolhemos para a partilha do trabalho, peço que meditem sobre a parcela de responsabilidade que lhes cabe, pessoal e coletivamente, no esforço de todos os brasileiros para dar ao futuro o desenho de nossas esperanças. Não lhes desejo, por isso, apenas felicidade na carreira que escolheram, mas sobretudo que saibam cumprir com lealdade, zelo, dedicação, imaginação, constância e incessante trabalho, a grande e fascinante tarefa que, ao ingressarem nesta Casa, recebem da Nação brasileira.

**ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO-BRANCO
EM 1973**

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO
À CARREIRA DE DIPLOMATA

A admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata se faz mediante aprovação em Exame Vestibular, realizado em três fases: a) provas de seleção prévia; b) exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista; c) provas vestibulares finais.

As provas de seleção prévia se realizam, concomitantemente, na Capital Federal, na sede do Instituto Rio-Branco e nas capitais de vários Estados da União; os exames e provas das demais fases se efetuam na sede do Instituto Rio-Branco. Aos candidatos residentes fora do Estado da Guanabara que se habilitam nas provas de seleção prévia o Instituto Rio-Branco provê transporte e hospedagem, no Rio de Janeiro, para se submeterem aos demais exames e provas.

São requisitos para a inscrição no Exame Vestibular: a) ser brasileiro nato; b) contar no mínimo 19 e no máximo 30 anos de idade; c) ser eleitor e estar quite com as obrigações militares; d) ter idoneidade moral, apresentando atestado de antecedentes; e) estar vacinado contra a varíola, apresentando atestado fornecido pela Saúde Pública; f) ter concluído, pelo menos, a segunda série de curso de graduação de escola superior, oficial ou reconhecida, ou de universidade estrangeira, neste caso, desde que comprovada a equivalência com os correspondentes estudos no Brasil. Por ocasião da inscrição, bastará a apresentação de atestado de matrícula na segunda série, mas será essencial prova de conclusão daquela série acadêmica para a efetivação da matrícula no Curso de Preparação.

Quando o candidato for casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, sua inscrição dependerá de autorização especial do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

As provas de seleção prévia são escritas, em número de três, realizando-se na seguinte ordem: a) Português; b) Francês; c) Inglês. As três provas têm

caráter eliminatório e a cada uma delas é atribuído peso 2 (dois) para o cálculo da média global do Exame Vestibular.

Os candidatos aprovados nas provas de seleção prévia são submetidos a exames de sanidade e capacidade física e psíquica, a cargo de entidade oficial ou oficializada, ou de junta médica de especialistas, à escolha do Diretor do Instituto Rio-Branco. É também realizada rigorosa investigação dos costumes e do conceito corrente dos candidatos. Os exames e a investigação têm efeito eliminatório.

Cabe a uma comissão designada pelo Diretor do Instituto efetuar aquela investigação e entrevistar cada candidato. Com base nos resultados dos exames, da investigação e da entrevista, a Comissão emite, a respeito de cada candidato, parecer sobre sua aptidão para a carreira diplomática e sobre a conveniência de sua admissão às provas vestibulares finais. Quando a comissão conclui contrariamente à admissão do candidato, o Diretor submete o respectivo expediente, com o seu parecer, à decisão do Ministro de Estado. De igual forma procede o Diretor caso discorde de parecer favorável da Comissão.

As provas vestibulares finais destinam-se a completar o processo de seleção do Exame Vestibular e a aferir conhecimentos básicos indispensáveis aos estudos a serem realizados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Essas provas versam sobre as seguintes matérias: Português, Francês, Inglês, Geografia, História do Brasil, História Mundial e Direito. As provas de Francês e de Inglês são escritas e orais; as das demais matérias, apenas escritas. Todas as provas são eliminatórias. (*)

São considerados aprovados os candidatos que obtêm a nota mínima de 50 pontos em cada matéria e a média global mínima de 60 pontos. Os candidatos aprovados ficam habilitados a matricular-se no 1.º Ano do Curso de Preparação, de acordo com a classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo edital de abertura de inscrição. O Exame vestibular só é válido para matrícula no C.P.C.D. no ano letivo imediato.

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

As inscrições para as provas de Seleção Prévia permaneceram abertas de 4 de setembro a 27 de outubro de 1972.

As provas se efetuaram nos dias 29 e 30 de novembro no Distrito Federal e nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

(*) O sistema de duplicidade das provas de línguas e os exames orais foram, posteriormente, suprimidos pela Portaria Ministerial n.º 365, de 2 de agosto de 1973. Ver Legislação.

A banca examinadora, presidida pelo Ministro Frederico Carlos Carnaúba, Diretor, interino, do Instituto Rio-Branco, ficou assim constituída:

PORTUGUÊS

Professores

Jesus Bello Galvão e
Márcio Fortes de Almeida

FRANCÊS

Professores

Jacques Auger e
Daniel Benson

INGLÊS

Professores

Kenneth James Payne e
Gilbert C. Brown

As provas realizadas fora do Rio de Janeiro tiveram a supervisão dos seguintes diplomatas:

Belo Horizonte — Secretário Geraldo Affonso Muzzi
Brasília — Conselheiro Arnaldo Rigueira
Porto Alegre — Secretário Sebastião Neves
Recife — Secretário Luiz Antonio Fachini Gomes
Salvador — Secretário Cristovam de Oliveira Araújo Filho
São Paulo — Secretário Cesário Melantonio Neto

Movimento Geral

Inscritos	270
Dispensados das provas de Seleção Prévia (*)	14
Desistentes	133
Submeteram-se às provas	123
Aprovados	36

EXAMES DE SANIDADE E CAPACIDADE FÍSICA E PSÍQUICA, INVESTIGAÇÃO SOCIAL E ENTREVISTA

Os Exames da 2.ª Fase do Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata tiveram início em janeiro de 1973: exames de sanidade e capacidade física realizados no Centro de Medicina Aeroespacial do Ministério da

(*) Portaria Ministerial n.º 343, de 21 de junho de 1972.

Aeronáutica, sob a direção do Coronel-Médico Doutor Octávio Almerindo Ferreira e exames de sanidade e capacidade psíquica efetuados nos Institutos de Psiquiatria e Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro pela seguinte comissão: Doutor José Leme Lopes, presidente; Doutores Jacques Vieira Engel e Carlos Edson Duarte e Psicólogos Júlia Maria de Almeida Chermont e Sonia Ferreira Vianna. Como coordenador dos referidos exames foi designado o Doutor Fernando Cardoso de Souza, chefe do Setor Médico do Escritório Regional do Ministério das Relações Exteriores na Guanabara.

A comissão encarregada de avaliar a aptidão dos candidatos, de conformidade com o disposto no Art. 7.º e parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foi assim constituída: Secretário José Olympio Rache de Almeida, presidente; Secretário Ivan Velloso da Silveira Batalha e Secretário Adolpho Corrêa de Sá e Benevides.

Submeteram-se a esses exames 37 candidatos: 36 aprovados nas provas de seleção prévia realizadas em dezembro de 1972, e 1 (*) anteriormente habilitado.

Convocados	37
Desistentes	1
Inabilitados	16
Habilitados	20

PROVAS VESTIBULARES FINAIS

As provas vestibulares finais se realizaram de 19 de fevereiro a 27 de março. A banca examinadora, presidida pelo Diretor, interino, do Instituto Rio-Branco, Ministro Frederico Carlos Carnaúba, e assessorada pelo Secretário José Olympio Rache de Almeida, Chefe da Secretaria do IRBR, ficou assim constituída:

PORTUGUÊS

Professores

Evanildo Bechara e
Márcio Fortes de Almeida

FRANCÊS

Professores

Jacques Auger e
Daniel Benson

INGLÊS

Professores

Kenneth James Payne e
Gilbert C. Brown

(*) Dispensado da 1.ª fase do Exame Vestibular — Portaria n.º 343, de 21 de junho de 1972

GEOGRAFIA

Professoras

Bertha Koiffmann Becker e
Maria do Carmo Corrêa Galvão

HISTÓRIA DO BRASIL

Professores

Américo Lourenço Jacobina Lacombe e
José Sales Tiné

HISTÓRIA MUNDIAL

Professores

Pedro Freire Ribeiro e
Antonio Traverso

DIREITO

Professores

Theophilo de Azeredo Santos e
Desembargador Moacir Rebello Horta

Movimento Geral

Matérias	Prestaram Prova	Reprovados	Aprovados
Português	33 (*)	7	26
Francês	26	4	22
Inglês		(3 em Francês, 1 em Inglês)	
Geografia	22	2	20
História do Brasil		(1 em Geografia, 1 em História do Brasil)	
História Mundial	20	—	20
Direito			

(*) 20 candidatos habilitados na 2.ª fase do Vestibular de 1973 e 13 anteriormente habilitados — Portaria n.º 343 de 21 de junho de 1972.

Foi a seguinte a classificação final:

Carlos Eduardo Botelho da Silva
(Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de prata)
Roberto Pires Coutinho
(Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — medalha de bronze)
João Carlos de Souza Gomes
Carlos Alberto Lopes Asfora

Edson Marinho Duarte Monteiro
Fernando Jacques de Magalhães Pimenta
Mauro Luiz Lecker Vieira
José Maria de Carvalho Coelho
Eduardo Prisco Paraíso Ramos
Piragibe dos Santos Tarragô
José Eduardo Martins Felício
Andréa Lobato Benchimol
Maira Aparecida Shouler
Antonio Fernando Cruz de Mello
Cesar Eduardo de Assis Barroco
João Zicardi Navajas
Francisco José Alonso Vellozo Azevedo
Marcio Araujo Lage
Maria da Graça Nunes Carrion
Vitor Candido Paim Gobato

PROGRAMAS

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

PORTUGUÊS

A prova de Português terá a duração de três horas e constará das seguintes partes:

A) **Redação** sobre tema da atualidade, com a extensão de 250 a 300 palavras. Objetiva apurar a capacidade de expressão clara e correta do candidato e seu grau de maturidade, através de interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

B) **Questões Objetivas** destinadas a medir a capacidade de compreensão do candidato e seu domínio prático dos recursos gramaticais de expressão.

Gramática

- 1) **Fonética:** Distinção entre fonema e letra. Prosódia e ortoepia. Fonética sintática.
- 2) **Morfologia:** Flexão nominal e verbal. A estrutura e a formação das palavras portuguesas.
- 3) **Sintaxe e Estilística:** Concordância nominal e verbal. Regência. Figuras de sintaxe. Sintaxe de colocação. Emprego dos modos e dos tempos verbais.
- 4) **Semântica:** Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado: comparação, imagem e metáfora; metonímia e sinédoque.
- 5) **Versificação:** Principais tipos de versos portugueses. O ritmo do verso. Prosa e verso. O verso livre.

6) **História da Língua:** O caráter românico da língua portuguesa evidenciado através de sua evolução: latim clássico e latim vulgar; principais mudanças fonéticas; a ação da analogia. A formação do léxico português; vocábulos populares e eruditos. Principais caracteres do português do Brasil.

FRANCÊS E INGLÊS

As provas de Francês e Inglês terão, cada uma, a duração de duas horas e meia e constarão de três partes:

- A) **Redação** sobre tema de ordem geral, com a extensão de aproximadamente 250 palavras.
- B) **Versão** de um texto em português corrente.
- C) **Questões Objetivas** sobre formas sintáticas correntes.

Observações: Na correção da redação e da versão serão levados em conta principalmente: a riqueza e a precisão do vocabulário; o correto emprego dos verbos; ortografia, concordância; a riqueza e a correção das formas sintáticas; a correção no uso das preposições; a frequência e a correção do emprego de palavras de ligação lógica que não sejam *et, ou, mais e and, or, but*; a capacidade de desenvolver e expor corretamente as idéias apresentadas.

PROVAS VESTIBULARES FINAIS

PORTUGUÊS

Literatura

Comentário crítico das seguintes obras, de leitura obrigatória:

1) Literatura Portuguesa

Camões — Os Sonetos
Almeida Garrett — As viagens na minha terra
Júlio Diniz — Uma família inglesa
Ramalho Ortigão — A Holanda
Eça de Queiroz — Correspondência de Fradique Mendes
Ferreira de Castro — A Selva

2) Literatura Brasileira

Basilio da Gama — O Uruguay
(Visão global da obra e principais episódios)
Castro Alves — Os Escravos
Vicente de Carvalho — Sonetos
Cecília Meireles — Mar Absoluto
Jorge de Lima — Túnica Inconsútil
José de Alencar — As Minas de Prata
Machado de Assis — Esaú e Jacob
Jorge Amado — Velhos Marinheiros

Graciliano Ramos — São Bernardo
Rachel de Queiroz — Crônicas
Guimarães Rosa — Primeiras Estórias

FRANCÊS

Gramática

Formação das palavras derivadas e compostas.

Famílias de palavras, sinônimos, antônimos.

Formas e sintaxe:

dos artigos definidos, indefinidos, partitivos.
dos adjetivos qualificativos.
dos adjetivos numerais.
dos pronomes pessoais.
dos adjetivos e dos pronomes demonstrativos.
dos adjetivos e dos pronomes possessivos.
dos adjetivos e dos pronomes indefinidos.
dos adjetivos e dos pronomes interrogativos.
dos pronomes relativos.
dos advérbios.
das preposições e das conjunções.
do verbo.

Galicismos, expressões idiomáticas de uso corrente.

INGLÊS

Gramática

Substantivos: plurais, formas do possessivo, coletivos compostos, emprego dos artigos.

Adjetivos.

Numerais.

Pronomes (inclusive adjetivos pronominais).

Advérbios (formas, colocação, emprego).

Preposições e conjunções.

Verbos: formas regulares e irregulares. Verbos auxiliares. Emprego das formas verbais.

Verbos compostos (expressões verbais).

Construção da frase e colocação das palavras.

Relação entre ortografia e pronúncia. Acentuação.

GEOGRAFIA

A) A organização do espaço terrestre

1. Os componentes naturais. Inter-relações do relevo, clima, solo e vegetações; características dos grandes eco-sistemas da superfície terrestre e sua significação para o homem.

- 1.1 — as terras áridas.
- 1.2 — as florestas e savanas tropicais.
- 1.3 — as terras mediterrâneas.
- 1.4 — as florestas e os campos das latitudes médias.
- 1.5 — as florestas boreais e as terras polares.
- 1.6 — as terras montanhosas.
2. O homem e suas atividades.
- 2.1 — A distribuição mundial da população e seus fatores.
- 2.2 — A mobilidade da população; o crescimento vegetativo, as migrações internacionais e as migrações internas.
- 2.3 — O desenvolvimento da agricultura; condições naturais e culturais.
- 2.4 — Tipos de economia agrária (agricultura de subsistência e formas de agricultura de mercado).
- 2.5 — Condições geográficas, características e distribuição do desenvolvimento industrial moderno.
- 2.6 — As fontes de energia: reservas e aproveitamento; seu papel na indústria moderna.
- 2.7 — O fenômeno da urbanização no mundo contemporâneo. O papel da cidade na organização regional.

B) Os grandes conjuntos regionais

1. A Anglo-América: características gerais. Os Estados Unidos da América.
2. A Europa Ocidental: características gerais. A Grã-Bretanha. A França. A Alemanha Ocidental.
3. A Europa Oriental: características gerais. A União Soviética.
4. A América Latina: características gerais. O México. Os países do Caribe. Os países andinos. Os países platinos.
5. O Continente africano: características gerais. A África do Norte. A África ao sul do Saara.
6. A Ásia e o Pacífico: características gerais. O Oriente Médio. A Índia e o Sudeste da Ásia. A China. O Japão. A Austrália.

C) O Brasil

1. O quadro natural:
 - 1.1 — Características gerais e principais unidades morfo-estruturais do relevo brasileiro. Os recursos do subsolo.
 - 1.2 — Inter-relações do clima, solo e vegetação: as grandes unidades climato-botânicas e suas relações com a ocupação humana.

2. A distribuição geográfica da população e seus fatores: o povoamento, o crescimento vegetativo, as migrações internas e o processo de urbanização do país. Estrutura etária e profissional da população. O potencial humano do país.
3. Características da agricultura no Brasil: a estrutura fundiária; a utilização da terra; áreas agropastoris.
4. A atividade industrial: características e distribuição espacial. O potencial energético e seu aproveitamento. Principais centros industriais.
5. Características da rede de transportes.
6. As Grandes Regiões brasileiras: o quadro natural e a ocupação humana.

HISTÓRIA DO BRASIL

1.ª Parte:

1. **O Descobrimento do Brasil:** As características econômicas, sociais e políticas da Europa, no fim da Idade Média. O Reino Português: características da sua evolução até o advento da União Ibérica. A expansão marítima europeia nos séculos XV e XVI: o papel pioneiro de Portugal; problemas diplomáticos: as bulas de Alexandre VI, o Tratado de Tordesilhas e as bulas complementares. O Descobrimento do Brasil.
2. **O Período Pré-Colonizador:** O reconhecimento do litoral brasileiro. O pau-brasil e os problemas da sua exploração. Aspectos internacionais correlatos. As capitulações de Saragoça.
3. **O Brasil colonial — Política e Administração:** As capitanias hereditárias e sua evolução. O governo-geral e os vice-reis. O Estado do Maranhão e o Estado do Brasil. O município. A administração metropolitana e o Brasil.
4. **O Brasil colonial — Economia:** A economia agrária: a agro-indústria do açúcar e outras culturas, a pecuária, a economia de subsistência e a coleta amazônica. A sesmaria e a posse da terra. A mineração. O comércio colonial. Agitações de caráter econômico e social.
5. **O Brasil colonial — Sociedade e cultura:** A população: crescimento demográfico, ocupação do território, principais concentrações urbanas. A estrutura social. A mão-de-obra: o braço indígena e o escravo africano. Relações com a África. A Igreja. A vida cultural: as possibilidades de acesso à cultura, os centros culturais e sua repercussão na vida social.
6. **A integração territorial:** A ocupação do litoral. O sertanismo e a fixação humana. A ação missionária. A expansão para o extremo sul e para o extremo norte. Os ajustes diplomáticos na fase colonial. Papel de Alexandre de Gusmão. As repercussões no Brasil da política portuguesa e europeia. As intervenções estrangeiras no Brasil e os principais problemas decorrentes no período colonial.

7. **A evolução da Independência:** A situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O constitucionalismo português e a independência do Brasil.

2.ª Parte

8. **O Brasil imperial — Política e administração:** A Constituição de 1824 e o Ato Adicional de 1834. A evolução dos partidos políticos. Os poderes constitucionais e a solução parlamentar. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.

9. **O Brasil imperial — Economia:** A estrutura econômica: as heranças coloniais e o advento do café. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado. A imigração e a colonização européia.

10. **O Brasil imperial — Sociedade e cultura:** A população: crescimento demográfico, ocupação do território; principais concentrações urbanas. A estrutura social. Vida cultural: as possibilidades de acesso à cultura: os centros culturais e sua repercussão na vida social.

11. **O Brasil imperial — Política externa:** O reconhecimento da independência. A questão dinástica portuguesa. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.

12. **O advento da República:** As crises do fim do Império: a questão religiosa, as questões militares, a abolição da escravatura. O desgaste da Monarquia. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O positivismo. A proclamação da República.

3.ª Parte:

13. **O Brasil republicano — Política e administração:**

a) A Primeira República (1889-1930) — O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A consolidação da República. O federalismo: as oligarquias estaduais, a política dos governadores. A Emenda Constitucional de 1926. A revolução de 1930.

b) A Segunda República (1930-1950) — O Governo Provisório Revolucionário e sua atuação. O constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado-Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967.

14. **O Brasil republicano — Economia:**

a) A Primeira República (1889-1930) — A estrutura econômico-financeira: as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.

b) A Segunda República (a partir de 1930): industrialização. A política econômico-financeira. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira. O programa das metas. A política econômica a partir do Movimento de 1964.

15. **O Brasil republicano — Sociedade e cultura:**

A população: a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas, a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. A ampliação do horizonte cultural.

16. **O Brasil republicano — Política externa:**

a) A Primeira República (1889-1930). O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio-Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

b) A Segunda República (1930-1950) — Política exterior do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

HISTÓRIA MUNDIAL

1.ª Parte:

1. As principais potências européias no século XVIII e sua política exterior. A península ibérica.

2. O pensamento político, social, econômico e científico do século XVIII. A revolução Industrial e a transformação das estruturas sociais.

3. A Revolução francesa: principais fases. Reorganização política, social e econômica. Política exterior. A Era Napoleônica.

4. O Congresso de Viena e as restaurações na Europa. A política de intervenção e os Congressos. Os problemas mundiais.

5. As revoluções liberais e nacionais de 1830 a 1848.

6. A Inglaterra: suas reformas, sua expansão colonial.

7. A França: da Segunda à Terceira República.

8. Cavour e a unidade italiana. A Questão Romana.

9. Bismarck, a Prússia e o Império Alemão.

10. A Rússia. Expansão continental. Absolutismo e reformas.

11. A Questão do Oriente. Os Balcãs. A Conferência de Berlim de 1878.
12. O Extremo Oriente. A política das Grandes Potências. A China e o Japão.
13. A partilha da África. A Conferência de Berlim de 1885.
14. As relações internacionais de 1885 a 1914. A política das alianças. As rivalidades coloniais. Os problemas balcânicos.
15. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O progresso científico e tecnológico.

2.ª Parte:

16. A Primeira Guerra Mundial. A situação internacional nas vésperas da guerra. O desencadear da guerra; as principais frentes de combate; as inovações tecnológicas, a guerra naval. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. A participação americana; a retirada da Rússia.
17. A elaboração da paz. Os Princípios de Wilson. Os tratados de paz e suas consequências políticas, econômicas e sociais. O problema das nacionalidades. As reparações da guerra.
18. A Liga das Nações. A organização da Liga das Nações. A Corte Internacional de Justiça e a Organização Internacional do Trabalho. O papel da Liga das Nações entre as duas guerras: sua significação; suas realizações e seus insucessos. Os mandatos.
19. A Europa entre as duas guerras. Problemas econômicos e relações internacionais; a crise econômica de 1929, suas repercussões. A Rússia Soviética: política interna e externa. A Alemanha: a República de Weimar; a ascensão do Nazismo; o III Reich. A Itália e o Fascismo. O Tratado de Latrão. As crises: Etiópia, Espanha, Áustria, Tcheco-Eslováquia, Mandchúria.
20. A Ásia entre as duas guerras. A dissolução do Império Otomano e o mundo árabe. O Irã. A Índia. A China. O Japão.
21. A Segunda Guerra Mundial. Início e propagação do conflito: a guerra na Europa, na África e na Ásia. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
22. A Organização das Nações Unidas. A Carta de São Francisco. Atuação da ONU até 1951.
23. O pós-guerra (1945-1951). A reconstrução da Europa Ocidental: o Plano Marshall e a integração da Europa. O Bloco Soviético. Os tratados de paz. O problema alemão. A Grã-Bretanha e a Comunidade Britânica.
24. O pós-guerra (1945-1951). O Extremo-Oriente: a ocupação do Japão e o tratado de paz; a revolução chinesa. A emancipação do sudeste asiático. A Liga Árabe, o Próximo e o Médio Oriente. A formação do Estado de Israel.

25. A guerra fria e a formação de blocos. As crises internacionais. O problema de Berlim. A guerra da Coreia. A política soviética no pós-guerra e a OTAN.

26. O mundo, de 1955 a 1965. Problemas econômicos. Principais problemas políticos e militares na Europa, Ásia e África. A ação da ONU.

3.ª Parte:

27. As colônias européias na América no século XVIII: organização político-administrativa, aspectos sócio-econômicos e culturais. Comparação entre os diversos tipos de colonização. Conflitos de interesses coloniais.
28. A Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte. A formação dos Estados Unidos da América. A consolidação da Independência.
29. A Independência da América Latina. Os diversos movimentos. A formação dos novos Estados.
30. A Anglo-América. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial: expansão territorial, Guerra de Secessão e desenvolvimento econômico. O Canadá do fim do século XVIII à Primeira Guerra Mundial.
31. A política externa dos Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. A Doutrina de Monroe e a América Latina. A guerra com a Espanha.
32. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
33. A Anglo-América entre as duas Guerras. Os Estados Unidos: o isolacionismo; Roosevelt, o New Deal e a política da Boa Vizinhança. O Canadá.
34. A América Latina entre as duas Guerras. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
35. O Pan-Americanismo. Origem e principais aspectos da sua evolução até a Segunda Guerra Mundial.
36. As Américas e a Segunda Guerra Mundial. A participação da América Latina. A consolidação do princípio de solidariedade continental e o fortalecimento do sistema interamericano. O Pan-Americanismo no pós-guerra; o Tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos.
37. A América, de 1955 a 1965. Desenvolvimento econômico e problemas sociais e políticos. A cooperação interamericana.

DIREITO

Normas gerais

1. Direito e Estado. O Direito e as outras normas sociais. Direito e Moral. Direito natural e Direito positivo.

2. O Direito objetivo: conceito, conteúdo. A norma jurídica: definição e elementos. O Direito subjetivo.
3. As fontes do Direito objetivo: a lei e o costume, a analogia e os princípios gerais do Direito.
4. A autonomia da vontade e a ordem pública. A doutrina e a jurisprudência.
5. A Lei, espécies. A constituição e as leis ordinárias. O Decreto e o Regulamento. Os Tratados.
6. Promulgação e publicação. Vigência espacial e temporal. Revogação.
7. Conflitos de leis. Hierarquia das normas. Conflitos no espaço: Direito Internacional Privado.
8. Conflitos no tempo: direito intertemporal. Princípios básicos do direito brasileiro no assunto.
9. A interpretação da norma jurídica; os métodos tradicionais. O bem comum, a justiça social, a equidade. Condenação do abuso do direito.

Direito Civil

10. Direito Civil: conceito. Parte Geral e Partes Especiais.
11. Pessoa natural; o início da personalidade; capacidade de direito e de fato; da incapacidade e seu suprimento.
12. Pessoa Jurídica: noção, constituição e extinção; classificação.
13. Domicílio. Dos bens: principais classificações.
14. Os fatos e os atos jurídicos. Elementos do ato jurídico. Classificação. Os defeitos dos atos jurídicos: os vícios de vontade. A forma e a prova do ato jurídico.
15. As modalidades do ato jurídico: o termo, a condição e o encargo. A validade do ato jurídico. Nulidade e anulabilidade.
16. Atos ilícitos. Elementos. Responsabilidade civil. Obrigações por atos ilícitos. Prescrição e decadência.
17. O Direito das Coisas. Os direitos reais. A propriedade e a posse.
18. Os direitos reais limitados. Os direitos reais à substância e ao valor da coisa. A propriedade literária, científica e artística.
19. O direito das obrigações. Conceito e elemento de obrigação. Classificação e fontes das obrigações. Os contratos, os atos unilaterais e os atos ilícitos. Os efeitos das obrigações. O pagamento. A cessão de créditos.
20. Os contratos. A compra e venda, a doação, a locação, o empréstimo, o depósito, o mandato, a sociedade, a parceria, o seguro, a fiança, a conta corrente e a abertura de crédito.

21. O Direito de família. O casamento, celebração e efeitos do casamento. Relações de parentesco, alimentos. Validade do casamento. Dissolução da sociedade conjugal. O desquite.
22. Regimes de bens.
23. Filiação. Legitimação. Reconhecimento. Adoção. Pátrio poder. Tutela, curatela e ausência. Proteção social dos incapazes.
24. Direito das sucessões; conceito e espécies de sucessão. Herança e legado. Transmissão de herança. Aceitação e renúncia. Herança jacente e herança vacante.
25. A sucessão legítima. Representação.
26. A sucessão testamentária. Conceitos e espécies de testamento.
27. Herdeiros necessários. Redução. Substituições. Deserdações; indignidade. Revogação dos testamentos. Inventário e partilha.

Direito Comercial

28. Direito Comercial: conceito, fontes e interpretação.
29. Comerciante: o nome comercial.
30. Comerciante pessoa física e pessoa jurídica.
31. Nacionalidade das sociedades comerciais.
32. Sociedade em nome coletivo: características.
33. Sociedade em comandita simples, de capital e indústria e em conta de participação: características.
34. Sociedade por quotas, de responsabilidade limitada: características.
35. Sociedade por ações: sociedades anônimas e sociedades em comandita por ações: características.
36. Títulos de crédito: noções gerais sobre letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata, conhecimento de depósito, warrant, debênture.
37. Conceito de navio e de aeronave. As funções do capitão do navio. A utilização do navio e suas formas contratuais.
38. Princípios gerais sobre falências e concordatas.
39. Nacionalidade do navio e da aeronave.
40. Empresas de Depósito.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA (C.P.C.D.)

Organização do Curso

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.), ministrado em dois anos, é gratuito e de frequência obrigatória.

O Curso obedece a planejamento global, no qual se integram os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Vestibular. Para fins de coordenação, as matérias estão agrupadas em setores. O plano de estudos do C.P.C.D. figura no quadro da página 42.

O escalonamento das matérias, em grau crescente de conteúdo profissional, é feito de forma a que as disciplinas de uma fase possam servir de embasamento aos estudos da fase seguinte. O plano de estudos obedece, assim, a pressupostos e objetivos correspondentes a cada departamento:

Português — Os alunos devem trazer do Exame Vestibular sólido conhecimento da língua e possuir capacidade de expressão clara e correta. No Curso, a cadeira de Português não se rege pelo sistema de aulas: é realizado um controle sistemático dos conhecimentos do idioma através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias.

Francês e Inglês — Os alunos também devem trazer do Exame Vestibular conhecimentos que os habilitem a ler, falar, traduzir e verter corretamente. Em 1973, as aulas foram dadas, parte em conjunto, e parte em turmas selecionadas de acordo com o nível de conhecimento dos alunos.

Durante o Curso, os alunos recebem treinamento complementar destinado a desenvolver sua capacidade de compreensão e expressão oral e escrita, em condições tanto quanto possível semelhantes às situações reais de trabalho.

Política — Os estudos políticos realizados no Curso têm por fundamento três matérias do Exame Vestibular: Geografia (Sistemática, Regional e do Brasil); História do Brasil; e História Mundial (do Século XVIII até 1950 e uma parte especialmente dedicada à História das Américas). Com base nessas matérias, são ministradas, no 1.º período do 1.º ano, duas disciplinas de caráter nitidamente profissional: História das Relações Exteriores do Brasil e Pensamento Político Contemporâneo. Ao 2.º período do 1.º Ano corresponde a Cadeira de Geografia Política e ainda Pensamento Político Contemporâneo, matéria dada nos dois períodos. Finalmente, no decorrer do 2.º Ano, são ministradas aulas de Política Internacional, no 1.º e no 2.º períodos.

Direito — Já tendo efetuado prova de Direito (Normas Gerais, Direito Civil e Direito Comercial) no Exame Vestibular, recebem os alunos, no 1.º Ano, ensinamentos de Direito Comercial (1.º período) e de Direito Constitucional (2.º período). No 2.º Ano há duas Cadeiras de caráter profissional: Direito Internacional Público (1.º período) e Direito Internacional Privado (2.º período).

Economia — Todo o estudo da Teoria Econômica se faz nos dois anos do Curso. No tocante ao programa desta Cadeira, o estudo parecia indicar uma certa ênfase no aspecto teórico da matéria. Nestas condições, decidiu-se que mais valeria dedicar um maior número de aulas ao estudo dos Problemas Econômicos Contemporâneos. Esta matéria, ministrada nos dois períodos do 2.º Ano, possibilitará ao futuro diplomata conhecimentos práticos e objetivos dos problemas nacionais e internacionais.

Orientação Profissional — Consta da matéria Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores, ministrada no 2.º período do 2.º Ano. Nesta Cadeira, os alunos recebem treinamento prático para as tarefas que deverão desempenhar na Secretaria de Estado.

Regime Didático

Na execução dos programas, procurou-se enfatizar o enfoque profissional e interdisciplinar do treinamento objetivado pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Em consequência, a fim de racionalizar os encargos escolares dos alunos, permitindo-lhes melhor aproveitamento nos estudos e visão mais integrada dos cursos ministrados, promoveu-se a preparação de trabalhos que implicassem tratamento interdisciplinar de temas profissionais.

Aprovação

É aprovado o aluno que obtém, no mínimo, 50 pontos em cada matéria e 65 pontos de média global.

Setores	Exame Vestibular	C. P. C. D.			
		1.º ANO		2.º ANO	
		I Período	II Período	I Período	II Período
Línguas	Português Francês Inglês	Português (*) Francês Inglês	Português (*) Francês Inglês	Português (*) Francês Inglês	Português (*) Francês Inglês
Política	Geografia (Sistemá- tica Regional e do Brasil) História Mundial (e das Américas) História do Brasil	História das Rela- ções Exteriores do Brasil Pensamento Políti- co Contemporâneo	Geografia Política Pensamento Políti- co Contemporâneo	Política Internacional	Política Internacional
Direito	Direito	Direito Comercial	Direito Constitucio- nal	Direito Internacional Público	Direito Internacional Privado
Economia		Economia	Economia	Economia Problemas Econômi- cos Contemporâneos	Problemas Econômi- cos Contemporâneos
Orientação Profissional					Organização e Méto- dos de Trabalho do M.R.E.

(*) Controle sistemático do conhecimento da língua através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias.

Poderá requerer exame de segunda época o aluno que tiver média global e só não tenha logrado a nota final mínima em uma matéria. É permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que se encontre em uma das seguintes situações: não tenha obtido os pontos necessários no exame de segunda época; se bem aprovado em todas as matérias, não tenha conseguido a média global mínima; ou, por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis.

A nota final do C.P.C.D. é a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

Professores

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, após aprovação dos seus nomes pelo Ministro de Estado. A designação é feita para um ano letivo apenas, podendo, entretanto, haver recondução. Os membros do Corpo Docente são escolhidos dentre os professores universitários e funcionários da carreira de Diplomata, tendo estes últimos preferência para reger as cadeiras especializadas inerentes à atividade diplomática.

Bolsas

Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata são concedidas bolsas-de-estudo, cujo montante é fixado anualmente pelo Diretor do Instituto.

Prêmios

Nos termos do art. 25 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, o aluno classificado em 1.º lugar no C.P.C.D. recebe a medalha de ouro "Prêmio Rio-Branco" e no 2.º lugar a medalha de prata.

Em 1956, foi instituído o "Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva" constante de medalhas de prata e bronze conferidas ao 1.º e 2.º colocados no Exame Vestibular ao C.P.C.D.

**AULA INAUGURAL DO C.P.C.D.
PELO DOUTOR JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO,
MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL**

O caso do Brasil constitui atualmente, pelo menos, um dos fenômenos mais em evidência na economia internacional.

A sucessão de importantes missões econômicas, dos quatro cantos do mundo, é apenas um sinal do interesse crescente pela economia brasileira. Ainda há poucos dias, o Presidente da Subcomissão de Relações Exteriores do Senado americano — que propriamente não morre de amores pela nossa situação — assim caracterizava o Brasil: “Talvez a região mais interessante do mundo, quanto às suas possibilidades de desenvolvimento”.

Como quem se interessa pelo Brasil são os brasileiros, não devemos esperar que outros procedam à avaliação objetiva do que vem fazendo, e vai fazer, o país. Vale a pena indagarmos-nos, realisticamente, o que há de importante nesse esforço de nove anos de Revolução. Nessa avaliação, gostaria de salientar:

- 1) A continuidade das linhas básicas da estratégia brasileira por mais uma etapa do processo — etapa de prazo médio, não importa o período exato — permitirá ao país um importante **salto qualitativo**, e não apenas manter o crescimento acelerado a 10% ao ano. Isso porque já começam a ter efeito cumulativo os fatores de transformação e expansão que, nos últimos anos, têm sido postos em operação pelas decisões de Governo e pela ação da sociedade brasileira.
- 2) Quantitativamente — embora isso não seja o essencial da história —, os resultados do crescimento são excepcionais. No ritmo recente, a renda **per capita** do país dobrará nesta década; na década de 60 o aumento da renda **per capita** foi de apenas 35%.

3) Não faz sentido falar em milagre brasileiro. Quando se cogita de **modelo brasileiro**, não se reivindica originalidade, apenas a configuração de uma experiência suficientemente rica e continuada, refletindo a nossa identidade nacional. Algo como a maneira brasileira de organizar o Estado e construir as instituições para criar, no país, uma economia moderna, competitiva e dinâmica, que mostre a viabilidade de desenvolver o Brasil com apoio na empresa privada. E para realizar a democracia econômica, social, racial e política.

Tal experiência, que não é apenas econômica e social, significa, essencialmente, estar o Brasil revelando aquilo que David Lilienthal, em admirável depoimento sobre o caso brasileiro, denomina de "national purpose" — o sentido de um objetivo nacional, comum a todos, coerente na atuação de Governo, iniciativa privada, forças sociais e espirituais do país.

Creio relevante tentar identificar as idéias básicas que devem informar o esforço nacional no próximo estágio, principalmente nos campos econômico e social. Idéias como:

1) **A estratégia de diversificação dos pólos de desenvolvimento do país**, num esforço progressivo e racional de multipolarizar o poder econômico. Por razões econômicas, sociais e geopolíticas, o país opta pela idéia de fazer o espaço econômico, tanto quanto possível, de dimensão que se aproxime do espaço geográfico, sem abrir mão do crescimento acelerado para a economia nacional.

Isso não significa enfraquecer o pólo de São Paulo, hoje já com um produto global da ordem de Cr\$ 115 a 120 bilhões (US\$ 20 a 22 bilhões) e um produto industrial da ordem de Cr\$ 45 a 50 bilhões (US\$ 7,5 a 8 bilhões). Significa colocar relativo equilíbrio no triângulo São Paulo—Rio—Belo Horizonte, e dar oportunidade à emergência de pólos de razoável densidade econômica no Sul, no Nordeste, na Amazônia, no Planalto Central/Centro-Oeste.

Tal descentralização relativa se efetivará, a curto prazo, sem abrir mão do crescimento anual a 10%, e a médio e longo prazo com boa probabilidade de realizar uma estratégia que signifique, para o país, opção de crescimento melhor do que aquela confinada ao pequeno espaço econômico. Isso é viável se o país souber converter os novos pólos em experiência viáveis, capazes de incorporar fatores de produção — mão-de-obra e recursos naturais, principalmente — que a estratégia de concentração excessiva deixaria subutilizados nas próximas décadas.

A incorporação dessas novas fronteiras econômicas, na região do São Francisco, no Sul de Mato Grosso e Goiás, na pré-Amazônia (Piauí e Maranhão), na região da Transamazônica, associada ao esquema de Corredores de Transportes e Corredores de Exportação, inclusive no Nordeste e Norte,

poderá transformar em realidade aquilo que intuitivamente sempre julgamos que o Brasil pode ser: um país de perspectivas sem limites quanto a produtos pecuários, agrícolas e agroindustriais, com capacidade de competição em todos os mercados do mundo. A viabilidade desse resultado depende, em particular, de vir a engajar-se a empresa privada, em empreendimentos rentáveis, nesses novos programas, em complementação ao esforço público realizado através dos projetos de colonização.

2) **A montagem de estruturas de produção eficientes e poderosas**, criando uma base empresarial com forte poder de competição, principalmente na indústria.

Os instrumentos de Governo — fiscais e monetários principalmente — não devem ser utilizados apenas para orientar os investimentos privados para setores prioritários. Devem operar, também, como estímulo a que as empresas possam modernizar-se em tecnologia e "management" — inclusive operando em grande escala, quando necessário — e armar-se de adequada estrutura financeira.

É particularmente importante, nesse quadro, a posição da empresa nacional. A viabilidade da experiência brasileira, é essencial que o crescimento econômico excepcional seja acompanhado da modernização, desenvolvimento e consolidação do empresariado nacional.

Realisticamente, isso não é fácil, tendo em vista a dimensão das empresas multinacionais, a sua estrutura financeira e a sua capacidade de geração de tecnologia. Além disso, o sucesso encerra os seus próprios riscos: poucos mercados exercem, hoje, sobre as empresas estrangeiras a fascinação do Brasil.

A legislação brasileira quanto a investimentos externos se caracteriza por não estabelecer limites quantitativos às remessas de lucros para o exterior e por não definir explicitamente setores em que sejam, ou não, permitidos investimentos estrangeiros (salvo, obviamente, nos casos de monopólios estatais e serviços públicos sob concessão).

Tal orientação não resultou, evidentemente, da idéia de que conviesse ao país receber investimentos em quaisquer quantidades, em quaisquer setores. E sim de que, a estabelecer aprioristicamente listas negativas ou positivas de setores — com o efeito de que o capital estrangeiro passaria a duvidar da estabilidade de tais definições excessivamente específicas —, era preferível, na prática, usar instrumentos de política econômica — incentivos ou desincentivos — para colocar a empresa estrangeira dentro da estratégia nacional de desenvolvimento. Nisso reside, aliás, o ponto essencial. O que se deseja é ter **capacidade de implementar decisões**, de executar uma **estratégia nacional**, em face da atuação de empresas multinacionais, e mesmo, no contexto das relações com países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

No caso brasileiro, cabe destacar as seguintes peculiaridades:

- a) A estrutura financeira está, fundamentalmente, sob controle de capital nacional.
- b) Idem quanto à infra-estrutura de Energia, Transportes e Comunicações.
- c) No campo dos setores diretamente produtivos, o mesmo se pode dizer quanto à agricultura, serviços (principalmente comércio) e setor de construção. É verdade que, nessas áreas, começa a despontar o interesse de capital externo.

Na Indústria de Transformação é que a participação da empresa estrangeira é significativa e, em alguns ramos, possivelmente crescente. Nessa área, conseqüentemente, é que se faz mister dotar a política econômica de mecanismos para, de um lado, induzir a empresa estrangeira a conduzir-se segundo a estratégia nacional; por exemplo: expandindo exportações para **todos os mercados** e realizando esforços internos de pesquisa. E, de outro, a garantir a retaguarda da empresa nacional, dando-lhe chance de crescer e aparecer, de não ficar apenas com atuação residual, defendendo a sua posição nas áreas tradicionais, que sempre lhe pertenceram, e ajudando-a a ganhar substância em setores dinâmicos, inclusive produtores de bens de capital e, em geral, em campos de tecnologia complexa.

Trata-se de efetivar um enfoque positivo de fortalecimento da empresa nacional, sem ruptura das regras do jogo e sem discriminação contra a empresa estrangeira. Como? Utilizando, não a legislação restritiva — rígida e causadora de indecisão —, mas instrumentos concretos de política econômica, a exemplo do que fazem, freqüentemente, o BNDE, a PETROQUISA e outros agentes, concedendo financiamentos, participando minoritariamente no capital e, até mesmo, financiando ao sócio nacional o aumento de sua participação acionária. Tais mecanismos — tal como se está fazendo, igualmente, em relação à participação nacional em "trading companies" — irão permitir que o empresário nacional participe — às vezes com controle de capital —, isolado ou em grupo, de empreendimentos de grande porte, em setores novos, intensivos de tecnologia.

Pode-se, deste modo, evitar que sua posição, na indústria de transformação, seja apenas suplementar, ou tenha sentido declinante.

3) **A capacidade, de progressivamente, passar a produzir tecnologia, e não apenas bens de consumo ou de produção.** É por isso que, este ano, vai o Brasil lançar o seu primeiro Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com dispêndios superiores a Cr\$ 2,5 bilhões no período 1973/1974, e que permitirá, particularmente, fortalecer substancialmente a capacidade nacional em "engineering" e "industrial design". Tecnicamente, em grande número de setores, o país já está apto a fazer o detalhamento

dos projetos industriais, elaborando a especificação dos equipamentos e, com isso, dando novo impulso à sua indústria de bens de capital.

Da fase de pura cópia, passar-se-á cada vez mais aos estágios de adaptações tecnológicas e elaboração de modelos e processos, enquanto, nos setores básicos — siderurgia, petroquímica, eletrônica —, o país se atualiza no que de melhor existe, mundialmente, quanto à inovação tecnológica.

4) **A criação de instrumentos financeiros e institucionais para servir à sociedade predominantemente urbana que será o Brasil, nos anos 70.**

É preferível começar a errar, criando novos mecanismos para atender ao crescimento urbano, do que permanecer na atitude de expectativa em que até há pouco nos encontrávamos. O estabelecimento de regiões metropolitanas, a aprovação do PROGRES, a criação de fundos de desenvolvimento urbano (a exemplo do instituído, recentemente, pelo Banco do Nordeste), a definição legal de zoneamento para o uso racional do solo urbano, o estabelecimento de consórcios e associações de municípios — tais iniciativas devem ser apenas o começo de uma safra inovadora, prática e dinâmica, no campo das providências concretas para enfrentar o problema urbano.

Os objetivos do desenvolvimento — crescimento econômico, progresso social, qualidade da vida — devem refletir-se na fisionomia e no funcionamento das cidades, para cujos problemas devem ser procuradas soluções imaginativas, dotadas de mecanismos institucionais que absorvam toda a capacidade tecnológica e de "management" que o nosso avanço industrial já incorporou.

5) **A opção que melhor atenda, simultânea e dinamicamente, à elevação do nível de renda e à melhoria da sua distribuição.**

O Governo, tem-se acentuado, não se solidariza com a atual distribuição de renda, que resulta de um processo de crescimento ao longo das décadas. E acha que, para melhorá-la, pode usar instrumentos que sejam consistentes com o regime de mercado e com o objetivo de estar o Brasil, ao fim da década, com uma renda **per capita** entre US\$ 800 e US\$ 1.000 — ou seja, o nível de certo número de países europeus no início da década.

6) **A utilização do setor externo, nu'a maior integração na economia internacional, para acelerar o crescimento do país e para ter maior autonomia de decisão.**

Essa maior integração na economia mundial, que eventualmente pode significar maior participação do comércio exterior no PIB, maior nível do endividamento externo e maior volume de investimentos estrangeiros, não significa maior dependência do país em relação ao exterior. Ao contrário, pode o país passar a dispor de maior capacidade de manobra, de maior flexibilidade de instrumentos para reagir a fatos ocorridos na economia

internacional, segundo se tem verificado com o Brasil em face da situação monetária internacional, do declínio da ajuda financeira ao desenvolvimento, das arremetidas de correntes neoprotecionistas, ora nos Estados Unidos ora em outras áreas.

No sentido de atender aos dois propósitos — maior crescimento e maior flexibilidade de atuação —, é particularmente importante, no campo do comércio, prosseguir a diversificação dos nossos mercados externos, no sentido do Mercado Comum Europeu, da diversificação de áreas dentro dos Estados Unidos, do Japão e de áreas novas (África, negra e não negra, outros países da Ásia, Leste Europeu, etc.).

Afigura-se oportuna, igualmente, a intensificação da cooperação econômica geral com os demais países da América Latina, sejam os participantes do Pacto Andino, da ALALC ou outras áreas, como preparação das bases, progressivamente, para os esquemas de integração econômica.

Outro campo que merece atenção é a política de endividamento externo. Importa, aqui, a continuação do esforço de não permitir que o aumento do endividamento externo fique descompassado em relação à expansão das exportações e a outros indicadores. E de obter não apenas melhor escalonamento temporal da estrutura da dívida como a diversificação das fontes de financiamento, segundo já se vem realizando.

Uma palavra de conclusão

É natural que nos indaguemos, realisticamente, quanto à exeqüibilidade de condução de um modelo de desenvolvimento consoante a identidade nacional brasileira e o interesse do país, num mundo reconhecidamente interdependente e num quadro em que parecem tender a crescer mais os que mais crescimento e poder econômico já acumularam.

Antes de tudo, é preciso recordar que o interesse nacional não significa apenas interesse econômico e, muito menos, significa interesse econômico de curto prazo. Daí podermos dizer, por exemplo, ser de interesse para o Brasil contar, na América Latina, com vizinhos prósperos e a caminho de um desenvolvimento viável. Nesse quadro é que se pode esperar o real sucesso da experiência brasileira, econômica e politicamente, no médio e longo prazo, num clima de intensa cooperação econômica, particularmente, com as diferentes áreas da América Latina.

Também é relevante salientar que a exeqüibilidade da efetivação de um modelo próprio de desenvolvimento não se assegura pelos ideologismos, nem pela legislação restritiva em relação à cooperação externa, nem pelo isolacionismo econômico e político. Tais tendências podem ser exatamente, na prática, a fórmula de sua inviabilidade.

O que importa é dispor dos fatores que impliquem em poder de manobra — numa palavra, em capacidade de implementar decisões. Tal capacidade resulta, de um lado, de certos indicadores de poder econômico — território, população, recursos naturais —, como elementos potenciais de sua efetivação. E, de outro lado, de fatores mais dinâmicos e atuantes — qualificação dos recursos humanos, competência científica e tecnológica, poder de competição econômica, resultados efetivos no campo interno e externo, que nos deixam tranquilidade e diversidade de alternativas em face de ocorrências exteriores —, colocados a serviço de uma nítida formulação da posição de interesse nacional. Fatores que, em conjunto, significam estar o país apto a num mundo multipolarizado e tendente à negociação, realizar o desenvolvimento segundo rumos nitidamente concebidos, à base essencialmente do esforço da sociedade nacional, sabendo tirar proveito das oportunidades de comércio, investimentos e avanço tecnológico que a comunidade internacional proporciona.

Nesse sentido, o Brasil — pelos instrumentos racionais de política de desenvolvimento que montou, na frente interna e na frente de relações com o exterior, pelos resultados que vem alcançando, inclusive no balanço de pagamentos, pela mobilização da sociedade para o desenvolvimento, pela estabilidade social e política — dispõe hoje de condições com que antes não contava, para conduzir sua própria aventura humana, sem pretender isolar-se ou ser auto-suficiente em qualquer campo.

Em 1973, o ano letivo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata teve início a 12 de março e terminou a 23 de novembro, com o seguinte desdobramento:

1.º Ano

1.º período — 2 de abril a 13 de julho

2.º período — 13 de agosto a 23 de novembro, seguido das provas finais.

2.º Ano

1.º período — 12 de março a 6 de julho

2.º período — 6 de agosto a 23 de novembro, seguido das provas finais.

1.º ANO

Corpo Docente

Pelas portarias n.ºs 7-A e 10, respectivamente de 23 de março e 19 de abril de 1973, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

LÍNGUAS

Português

Secretário Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professores André Selon e Daniel Harold Benson

Inglês

Professores Kenneth James Payne e Rudolph William Bauss

As bancas das provas orais de Francês e de Inglês foram constituídas pelos titulares das respectivas Cadeiras.

POLÍTICA

Geografia Política

Professora Bertha Koiffmann Becker

Pensamento Político Contemporâneo

Secretário Marcílio Marques Moreira,

Assistentes:

Professores Alberto Venancio Filho e Antonio Estevam de Lima Sobrinho

História das Relações Exteriores do Brasil

Professor Vicente Costa Santos Tapajós

ECONOMIA

Economia

Professor Alfredo Luiz Baumgarten Júnior

DIREITO

Direito Comercial

Professor Theophilo de Azeredo Santos

Direito Constitucional

Secretário Raphael Valentino Sobrinho

Corpo Discente

Cursaram o 1.º período do 1.º Ano 22 alunos: 20 aprovados no Exame Vestibular realizado de dezembro de 1972 a março de 1973, 1 aluno que não obteve média global no 1.º Ano em 1972 e 1 candidato aprovado no Vestibular para o ano de 1965, matriculado por decisão judicial.

No 2.º período, 1 aluno trancou a matrícula, outro pediu desligamento do Curso e ainda outro não pôde continuá-lo por motivo de saúde. Ficou a turma reduzida a 19 componentes que seguem abaixo relacionados por ordem de classificação:

Roberto Pires Coutinho

Eduardo Prisco Paraíso Ramos

Edson Marinho Duarte Monteiro

Fernando Jacques de M. Pimenta

João Zicardi Navajas

João Carlos de Souza Gomes

Carlos Eduardo Botelho da Silva

Mauro Luiz Lecker Vieira

José Maria de Carvalho Coelho
Piragibe dos Santos Tarragô
Carlos Alberto Lopes Asfora
Carlos Augusto Loureiro de Carvalho
Antonio Fernando Cruz de Mello
Moira Aparecida Shouler
Francisco José Alonso V. Azevedo
Maria da Graça Nunes Carrion
José Eduardo Martins Felício
Marcio Araujo Lage
Victor Candido Palm Gobato

2.º ANO

Corpo Docente

Pelas Portarias do Diretor do Instituto Rio-Branco n.ºs 4, 7 e 10, respectivamente de 9 e 12 de março e 19 de julho de 1973, e pela Portaria Ministerial de 15 de março de 1973, foram designados os seguintes professores:

LÍNGUAS

Português

Secretário Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professores Daniel Harold Benson e André Selon

Inglês

Professores Rudolph William Bauss e Kenneth James Payne

As bancas das provas orais de Francês e de Inglês foram constituídas pelos titulares das respectivas Cadeiras.

POLÍTICA

Política Internacional

Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva

ECONOMIA

Economia

Professor Moacyr Antonio Fioravante

Problemas Econômicos Contemporâneos

Secretário Raphael Valentino Sobrinho

DIREITO

Direito Internacional Público

Professor Celso Duvivier de Albuquerque Mello

Direito Internacional Privado

Professores Haroldo Teixeira Valladão e Hilton Rios (substituto)

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores

Ministro Frederico Carlos Caruaíba

Corpo Discente

A turma que concluiu o C.P.C.D. foi constituída dos seguintes alunos, relacionados na ordem de classificação final:

João Almino de Souza Filho
Antônio Herculano Lopes
Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira
Sarkis Karmirian
Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil
Luiz Felipe Mendonça Filho
Cláudia D'Angelo
Maria Eduarda Santos Pompeu Brasil
Bárbara Goraczko
Luís Fernando de Andrade Serra
Luiz Francisco Pandiá Braconnot
Anna Maria Michelangela Vittoria Manzolillo
Heraldo Póvoas de Arruda
Marcelo Andrade de Moraes Jardim
Marco Antonio Diniz Brandão
Ivone Brandão Vieira Faria
Maria Dulce Soares da Silva
Raul de Taunay

Fizeram jus ao "Prêmio Rio-Branco" os alunos João Almino de Souza Filho — medalha de ouro, 1.º lugar e Antônio Herculano Lopes — medalha de prata, 2.º lugar.

Com a nomeação dessa turma elevou-se a 576 o número de funcionários que, desde 1947, ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco.

Conferências

Dentro da programação do C.P.C.D. foi organizada a seguinte série de conferências:

As Comunidades Européias vinte anos depois — Professor L. Constantinesco, Diretor do Instituto de Estudos Europeus da Universidade do Sarre

Le Recrutement et la Formation des Diplomates Français — M. Jean Dominique Paolini, Cônsul-Geral da França

Projeto Rondon — Coronel Sérgio Mário Pasquali, Coordenador-Geral, e Comandante João Alves Grangeiro Filho

O Sistema Monetário Internacional — Ministro Francisco de Assis Grieco

A Atuação do Ministério do Interior no Desenvolvimento Sócio-econômico Nacional — Doutor Henrique Brandão Cavalcanti, Ministro, interino, do Interior

Diplomacia: Política de Força e Política de Poder — Secretário Marcílio Marques Moreira.

Viagens de Estudo

Em cumprimento ao programa de estudos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, foram realizadas viagens de instrução para proporcionar aos futuros Diplomatas contatos com a problemática regional brasileira.

Em 1973, além das visitas a São Paulo e ao Nordeste, os alunos do 2.º ano do C.P.C.D. participaram, pela primeira vez, dos **campi** avançados do Projeto Rondon, localizados nas faixas de fronteiras, o que lhes permitiu ter acesso não só a regiões mais longínquas do país, como às realizações do Projeto Rondon na área.

Foram as seguintes as viagens efetuadas:

I — São Paulo

Conforme ficou estabelecido pelo Convênio Itamaraty—Indústria, assinado em 1971, a turma do 2.º ano do C.P.C.D. esteve em São Paulo de 27 a 29 de junho, com o objetivo de entrevistar representantes do empresariado paulista, assim como de visitar empresas entre as mais significativas do parque industrial daquele Estado.

Como preparação à viagem, o Dr. Benedito Pires de Almeida, Chefe do Departamento de Comércio Exterior da FIESP, veio ao Instituto Rio-Branco para transmitir informações sobre as entidades que representam o setor industrial paulista — a FIESP, e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). Nessa ocasião, referiu-se ele às possibilidades de contatos maiores entre o Departamento de Comércio Exterior da FIESP e as áreas especializadas no Itamaraty, o que deu ensejo a várias perguntas por parte dos alunos.

Em São Paulo, onde foram acompanhados pelo Conselheiro José Olympio Rache de Almeida, Chefe da Secretaria do Instituto Rio-Branco, os dezoito alunos do segundo ano do C.P.C.D. tiveram a oportunidade de visitar as instalações portuárias da Companhia Docas de Santos, a Light e as instalações da usina em Cubatão; a COSIPA — Companhia Siderúrgica Paulista; a Metal Leve S.A.; Conjunto Assistencial Theobaldo de Nigris, do SESI, em Santo André; a sede da Companhia Telefônica de Borda do Campo; e a Volkswagen do Brasil S.A., em São Bernardo do Campo. Na ocasião, ouviram palestras com esclarecimentos dos dirigentes daquelas empresas sobre o seu funcionamento, projetos de expansão, problemas energéticos e suas possibilidades de acesso aos mercados externos.

II — Projeto Rondon — Centro-Oeste e Norte do Brasil

No período de 19 de julho a 5 de agosto, graças à colaboração entre o Instituto Rio-Branco e o Projeto Rondon, os alunos do 2.º ano do C.P.C.D., acompanhados do Primeiro Secretário Heloisa Vilhena de Araújo, representante do M.R.E., e da Professora de Geografia do C.P.C.D., Bertha Koifmann Becker, viajaram pelos Estados de Mato Grosso e do Acre e Território de Rondônia, e visitaram Manaus e Brasília.

A viagem teve início em Corumbá, seguindo-se depois até Cáceres e Território de Rondônia, com uma visita ao Forte Príncipe da Beira, erguido no século XVIII, às margens do Rio Guaporé. Continuou até Rio Branco, no Acre, onde os visitantes ficaram instalados no **campus** avançado. Posteriormente, a comitiva seguiu para Manaus e, em seguida, para Guajará-Mirim, no Território de Rondônia, de onde se deslocou, por via fluvial, para Guayamerín, na Bolívia. Daí, seguiram os alunos para o **campus** do Projeto Rondon, em Porto Velho, Vilhena e Cuiabá, chegando finalmente a Brasília, passando por Aragarças. De maior interesse para os alunos foram as visitas a locais significativos na região, como a de Vila Plácido de Castro, no Rio Abunã, fronteira com a Bolívia, onde no seringal da Bodega viram as fases de extração e defumação da borracha; das glebas Rio Branco, município de Cáceres, frente pioneira agrícola formada por nordestinos, e onde se destacam as produções de algodão e de arroz; e Quimari (região de colonização próxima a Rio Branco).

Foram igualmente proveitosas para o conhecimento da área em seus aspectos psico-social, político, econômico e militar as palestras de autoridades militares e civis, estaduais e federais, que os alunos tiveram oportunidade de ouvir e de cujos debates participaram ativamente.

É de ressaltar, outrossim, o contato que mantiveram com os governadores dos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso e Território de Rondônia.

III — Nordeste — Pernambuco e Bahia

No período de 30 de setembro a 8 de outubro, a convite dos Senhores Governadores Eraldo Gueiros Leite, de Pernambuco, e Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, dezessete alunos do 2.º ano do C.P.C.D., chefiados pelo Primeiro Secretário Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit e acompanhados pelo Oficial de Chancelaria Maria Paletta de Alencar, foi levada a efeito a viagem de estudos ao Nordeste.

Recife

Em Recife, os estudantes cumpriram o seguinte programa: visita à Companhia Editora de Pernambuco; audiência com o Governador do Estado; passeio a Olinda; audiência com o Prefeito e visita a pontos de interesse, como o Mosteiro de São Bento e o Mercado da Ribeira; passeio a Igarassu, pequena cidade histórica; visitas à SUDENE, ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, ao Museu do Açúcar, ao INCRA, à Penitenciária Agrícola de Itamaracá Professor Barreto Campello, e à Universidade Federal de Pernambuco, além de visitas ao **Atelier** de Aluísio Braga, pintor armorial, e à Coleção Abelardo Rodrigues.

A exemplo do que ocorreu nos demais Estados, em Pernambuco os alunos ouviram palestras proferidas por autoridades e dirigentes das empresas visitadas. Parte do grupo entrevistou o sociólogo Gilberto Freyre e outra parte manteve contato com o escritor Ariano Suassuna, após ouvir conferência sobre sua obra.

Salvador

Em Salvador, a comitiva foi recebida pelo Governador do Estado, no Palácio da Aclamação. Foram feitas visitas ao Museu da Cidade, Catedral Basílica, Igrejas de São Francisco, do Bonfim e de Mont-Serrat, ao Solar do Unhão e ao Mercado Modelo.

Em virtude do mau tempo, que atrasou a viagem a Salvador, não pôde ser realizada a visita ao Centro Industrial de Aratu.

PROGRAMAS

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

1.º ANO

PORTUGUÊS

(1.º e 2.º Ano)

A cadeira de Português não se regerá pelo sistema de aulas. Foi realizado um controle sistemático do conhecimento da língua através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias.

FRANCÊS E INGLÊS

(1.º e 2.º Ano)

Objetivos:

Conseguir que cada aluno:

- a) compreenda perfeitamente exposições e textos em francês e inglês sobre:
política
política internacional
direito internacional
economia
cultura geral: filosofia, sociologia, história, arte, etc.;
- b) possa verter para essas línguas, de modo claro e preciso, textos em português sobre os temas acima mencionados;
- c) possa expressar-se sobre os mesmos temas, de modo claro e preciso, nos referidos idiomas;

d) conheça as normas básicas de correspondência epistolar e protocolar nas línguas francesa e inglesa.

Métodos:

— Utilização de textos variados referentes ao maior número possível de assuntos.

— Coordenação com outras matérias ensinadas no Instituto Rio-Branco.

Prática de exercícios tais como:

sumário de exposições

sumário de leituras

versão

exposição

debate

redação de correspondência.

— Os pontos de gramática serão estudados unicamente a título corretivo: não se fará estudo sistemático e serão apenas sanadas as deficiências demonstradas no decorrer dos exercícios práticos acima mencionados.

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL

I — A Herança de Portugal

1. Bulas, Papéis e Tratados de Limites entre Portugal e Espanha, até meados do século XVIII.
2. Do Tratado de Madrid ao de Badajoz.
3. A política exterior de D. João VI no Brasil: A Cisplatina e Calena. Tratados.

II — O Brasil e o Mundo

1. O reconhecimento da Independência.
2. O Brasil na política internacional, da Independência à Primeira Guerra Mundial.
3. O Brasil, do Tratado de Versalhes à Segunda Guerra Mundial.
4. O Brasil na Segunda Guerra Mundial.
5. O Brasil e a ONU.

III — O Brasil e a América do Sul

1. O Brasil e as nações platinas
 - 1.1 Evolução histórica do Rio da Prata e Paraguai.
 - 1.2 Relações do Brasil com as nações platinas.
 - 1.3 Limites e fronteiras. Tratados e demarcações.
2. O Brasil e as nações andinas

- 2.1 Evolução histórica da área andina.
- 2.2 Relações do Brasil com as nações andinas.
- 2.3 Limites e fronteiras. Tratados e demarcações.

3. O Brasil e as nações setentrionais da América do Sul

- 3.1 Evolução histórica do Norte da América do Sul (Colômbia, Venezuela e Guianas).
- 3.2 Relações do Brasil com a Colômbia e Venezuela.
- 3.3 Limites e fronteiras com a Colômbia, Venezuela e Guianas. Tratados e demarcações.

IV — O Brasil e a América do Norte e Central

1. O Brasil e os EE.UU.

- 1.1 Evolução histórica dos EE.UU.
- 1.2 Relações do Brasil com os EE.UU. (1822-1950). Tratados.

2. O Brasil e o México

- 2.1 Evolução histórica do México.
- 2.2 Relações do Brasil com o México. Tratados.

3. O Brasil e a América Central e Antilhana

- 3.1 Evolução histórica da América Central.
- 3.2 Relações do Brasil com a América Central. Tratados.
- 3.3 Evolução histórica das Antilhas.
- 3.4 Relações do Brasil com as nações antilhanas. Tratados.

V — O Brasil e o Pan-Americanismo

1. O Pan-americanismo, do Congresso de Panamá à OEA. As conferências pan-americanas.
2. O Brasil e o Pan-americanismo; participação nas conferências pan-americanas e na OEA.

GEOGRAFIA POLÍTICA

1 — Geografia e Política

- 1.1 — Natureza e objeto da Geografia e sua contribuição para o estudo das Relações Internacionais.
- 1.2 — Geografia Política e Geopolítica.
- 1.3 — Relações entre a Política dos Estados e fatores geográficos. Tomada de decisão e fatores geográficos. Poder Nacional e fatores geográficos.
- 1.4 — Concepções geopolíticas sobre o Poder mundial.
- 1.5 — Regiões geoestratégicas e geopolíticas do mundo contemporâneo.

1.6 — Teoria do desenvolvimento polarizado. Centros e periferias do mundo atual.

2. O Brasil na América Latina

2.1 — América Latina: posição no mundo contemporâneo; características formais do espaço — dimensão, forma, fronteiras.

2.2 — O modelo de desenvolvimento regional da América Latina.

2.3 — O potencial humano e o potencial natural.

2.4 — Recursos efetivos da América Latina: organização e produção industrial; organização urbana; organização e produção agrária.

2.5 — Padrões de transporte e de comércio na América Latina.

2.6 — A diversidade regional: América do Caribe, dos Andes e do Prata.

2.7 — A estrutura espacial da América Latina: disparidades regionais.

2.8 — Perspectivas de integração nacional e continental na América Latina.

PENSAMENTO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO

Pensamento Político Universal

1. Política como ramo próprio do saber universal. "Realpolitik" e Razão de Estado.

2. Revolução e reação. Dialética e idéia nacional.

3. Os grandes temas da democracia.

4. As fontes do marxismo.

5. O pensamento liberal.

6. Interrelação entre fatores ideais e reais. Sociologia política.

7. A "revisão leninista" do marxismo. O Imperialismo.

8. Sociologia do conhecimento. Ideologia e Utopia.

9. As teorias elitistas do poder.

10. A aplicação dos novos instrumentos científicos e tecnológicos à análise política.

ECONOMIA

1.º Período

I — O Funcionamento do Sistema Econômico

A produção, o consumo, a circulação e a repartição. A divisão do trabalho e os fatores de produção. O funcionamento do sistema de mercado. A pou-

pança e o investimento. As possibilidades de produção e a noção de custo alternativo. O papel do Governo.

II — Análise Microeconômica

1. Estruturas de mercado. O consumo, a produção, mercados de produtos e de fatores. Concorrência perfeita, monopólio, oligopólio, concorrência monopolística.

2. Teoria do Consumidor:

2.1. A procura de bens de consumo. O conceito de utilidade e de utilidade marginal. O princípio da utilidade marginal decrescente. Curvas de indiferença. Efeitos renda e preço. O conceito de elasticidade.

2.2. A procura de bens duráveis de consumo. A demanda de expansão e de reposição. O princípio de aceleração.

3. Teoria da Produção:

3.1. Função de produção. Lei dos rendimentos decrescentes. As curvas de igual produto. A procura por fatores de produção. Complementariedade e substituição.

3.2. As curvas de custo. Custos totais, médios e marginais. Custos de curto e de longo prazo. A curva de oferta da firma.

4. A Formação dos Preços dos Bens:

4.1. A formação dos preços em concorrência perfeita. A oferta e a procura. Equilíbrio instantâneo, a curto e a longo prazo.

4.2. Eficiência econômica e concorrência perfeita. O conceito de eficiência de Pareto.

4.3. Aplicações da teoria da concorrência. Efeitos de impostos. As oscilações tipo "teia de aranha" na agricultura. Preços mínimos e controles de preços.

4.4. A formação de preços em regime de monopólio. Distorções típicas. Os monopólios naturais. Intervenção do Governo e controle de preços. Discriminação de preços e outras práticas.

4.5. O oligopólio e a concorrência monopolística.

4.6. Estruturas monopolísticas. O acesso financeiro pelos trustes e holdings. Cartéis. Legislação antitruste. Legislação brasileira contra abusos do poder econômico.

5. Preços dos Fatores de Produção:

5.1. A procura de matérias-primas, bens intermediários e bens de capital. A noção de procura derivada.

5.2. Salários concorrenciais. O princípio da produtividade marginal. Os efeitos da acumulação de capital e do progresso tecnológico. Diferenças

salariais e equilíbrio do mercado de trabalho. A interferência institucional do salário-mínimo. A negociação coletiva.

5.3. Juro e Capital. Produtividade de capital. Equilíbrio do investimento. A teoria do juro.

5.4. Lucros e riscos. O lucro como remuneração do risco. O lucro como remuneração implícita dos fatores de produção.

5.5 A renda da terra. A teoria de Ricardo.

6. Revisão da formação de preços. Análise de equilíbrio geral. Maximização do bem-estar social.

2.º Período

I — Contabilidade Nacional

1 — Noções básicas de Contabilidade Nacional. Produto, Renda e Despesa.

2 — Sistemas de Contas Nacionais.

2.1. Economia fechada sem governo.

2.2. Economia fechada com governo

2.3. Economia aberta com governo.

3 — Sistema de Contas Nacionais no Brasil.

4 — Medição do crescimento económico. Índice do produto real e do produto real *per capita*.

5 — Sistema de Leontief. Sistema de fluxos financeiros.

II — Moeda e Política Monetária

1 — Funções e tipos de moeda. O conceito de meios de pagamentos.

2 — O papel dos bancos na criação de moeda.

3 — Bancos Centrais.

4 — Estrutura do sistema monetário no Brasil.

5 — Exame das contas monetárias no Brasil.

6 — Instrumentos de política monetária. Redescontos, recolhimentos compulsórios, etc.

III — Análise Macroeconómica

1 — Introdução.

2 — Teoria Néo-clássica do Equilíbrio Agregativo a Curto Prazo.

2.1. Lei de Say.

2.2. Função de produção a curto prazo.

2.3. Mercado de trabalho.

2.4. Teoria quantitativa da moeda.

2.5. Modelo néo-clássico simplificado.

2.6. Mecanismo cumulativo de Wicksell.

2.7. Modelo neo-clássico completo.

3 — Teoria Keynesiana do Equilíbrio Agregativo a Curto Prazo.

3.1. Fundamentos da teoria keynesiana. Tipos de desemprego.

3.2. Princípio da demanda efetiva. Funções. Consumo e poupança. Propensão marginal a consumir e a poupar.

3.3. Teoria de preferência pela liquidez.

3.4. Modelo keynesiano simplificado. Multiplicador.

3.5. Teoria keynesiana do investimento.

3.6. Derivação gráfica das curvas IS e IM.

3.7. Modelo keynesiano completo.

3.8. Política anticíclica.

IV — Política Fiscal

1 — O papel do Governo no sistema económico.

2 — Tipos de impostos. Impostos diretos e impostos indiretos. Progressividade e regressividade.

3 — Efeitos económicos da tributação.

4 — Despesa pública. Classificação e efeitos.

5 — Orçamento público.

6 — Política fiscal anticíclica.

7 — Política fiscal para o desenvolvimento.

DIREITO COMERCIAL

1 — Estrutura e funcionamento do Sistema Financeiro Nacional.

2 — Mercado de Capitais.

3 — Estímulo e incentivos fiscais às empresas e aos investidores.

4 — Constituição e funcionamento das sociedades anónimas. As sociedades estrangeiras.

5 — A arbitragem comercial.

6 — A compra e venda no comércio internacional.

7 — A limitação da responsabilidade nos transportes marítimo e aéreo. A cláusula de não indenizar ou de irresponsabilidade.

8 — Operações cambiais: importação, exportação.

9 — Repasses de empréstimos obtidos no Exterior. Empréstimos a filiais de empresas estrangeiras (Instrução n.º 289, da SUMOC).

10 — Empresas multinacionais. Fusão de empresas nacionais e estrangeiras. Aspectos jurídicos do mercado comum latino-americano.

Observações

1 — **Prática** — Serão discutidos, durante as aulas, casos práticos a fim de os ensinamentos teóricos serem convenientemente assimilados e resolvidas as hipóteses que normalmente ocorrem no exercício das funções da carreira diplomática.

2 — **Trabalhos de equipe** — Os alunos serão divididos em equipes, a fim de realizarem estudos conjunturais, versando temas de maior alcance prático-profissional.

3 — **Direito Comparado** — As referências à legislação e doutrina estrangeiras serão realizadas para familiarizar os alunos com a sistemática jurídica dos demais países.

4 — **Visitas** — Os setores da Administração Pública Federal ligados ao Comércio Exterior serão visitados, para iniciar os alunos no diálogo sobre os temas mais relevantes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

I — Introdução — Princípios de Ciência Política

1. O Fenômeno Político. A Ciência Política e as Ciências da Política: conteúdo.

2. Os métodos da Ciência Política. A observação direta extensiva e intensiva. Os métodos comparativos. A sistematização parcial e geral.

3. A vida política como sistema de comportamento. O isolamento e o "status" teórico dos sistemas.

4. As estruturas políticas contemporâneas: o hiato "ideologia-ação política". O controle do Estado, a participação popular e a política como realização de valores.

II — Ciência Política Aplicada

1. Análise exemplificativa de modelos contemporâneos de ação política: o modelo Schreiber. Estudo do modelo brasileiro atual.

2. Constitucionalismo e vida política na América Latina: as fontes do poder e as instituições. Os fatores individuais e coletivos nos antagonismos políticos, na América Latina. A integração transnacional e o comportamento político latino-americano.

3. A vida política brasileira: tipologia social, instituições, usos e costumes. O constitucionalismo brasileiro no contexto político-institucional latino-americano.

III — Direito Constitucional Brasileiro

1. A Constituição vigente: seus princípios fundamentais e sua posição no contexto do pensamento político contemporâneo. A concepção política e a instrumentação jurídica da segurança nacional.

2. A integração dos Poderes na Constituição Brasileira.

3. O processo legislativo.

4. O federalismo brasileiro.

5. Os partidos políticos.

6. O sistema tributário. Orçamentação e fiscalização financeira.

7. Direitos e garantias individuais.

2.º ANO

PORTUGUÊS (*)

FRANCÊS E INGLÊS (*)

POLÍTICA INTERNACIONAL

1.º Período

I — Introdução

1. Política internacional. Conceito. Autonomia. Relações com as demais ciências. Fontes. Sistemática.

2. Teorias contemporâneas sobre política internacional; idealismo e realismo; **power politics, behavioral approach**. Teoria dos jogos.

II — O Estado Nacional

3. O Estado Nacional. Surgimento do Estado moderno. Formação de Estados.

4. Nação e nacionalidade. A doutrina das nacionalidades.

5. Autodeterminação.

6. Soberania.

7. Imperialismo. Colonialismo e neocolonialismo.

(*) Vide — 1.º Ano — pág. 61

III — O Poder Nacional

8. O Poder Nacional. Os objetivos nacionais permanentes. Avaliação do Poder Nacional e dos objetivos nacionais.
9. A Segurança Nacional.
10. Elementos constitutivos do poder nacional. Os fatores geográficos. O território.
11. O mar. Largura do mar territorial. Aspectos político, econômico e jurídico.
12. Fatores demográficos. Composição étnica. Movimentos migratórios.
13. Recursos naturais.
14. Forças econômicas. O problema do desenvolvimento.
15. Indústria e desenvolvimento tecnológico.
16. Fatores militares.
17. O elemento humano e o poder nacional. Psicologia dos dirigentes. Relações entre os dirigentes e o povo.
18. A diplomacia e o poder nacional.

IV — Limitações ao Poder Nacional

19. Limitações ao poder nacional na ordem interna e internacional.
20. Equilíbrio de poderes. Bipolarização do mundo. Alianças. Esferas de influências.
21. Neutralidade, neutralismo e neutralização.
22. Moral internacional e opinião pública mundial.
23. O direito internacional como limitação ao poder nacional.

V — Diplomacia

24. Política internacional e diplomacia. Conceito de diplomacia. Diplomacia bi e multilateral. Diplomacia parlamentar e diplomacia *ad hoc*.
25. Evolução da instituição diplomática. Na Antiguidade, na Idade Média. A paz de Westfália e o Congresso de Viena de 1815.
26. Antiga e moderna diplomacia. A melhoria dos meios de comunicações e a diplomacia. Diplomacia e tecnologia.
27. A dinâmica diplomática e os órgãos de decisão nacional. Chefes de Estado. Chefes de Governo e Ministros das Relações Exteriores.

28. Planejamento da política exterior.
29. Diplomacia de prestígio e o cerimonial diplomático.
30. Atribuições diplomáticas.
31. A instituição consular.

VI — Técnicas de Política Internacional

32. Diplomacia e negociações diplomáticas. Pressão diplomática e militar.
33. Isolacionismo, neutralismo e neutralidade. Países não-alinhados.
34. Intervenção e não-intervenção.
35. Técnica revolucionária. Terrorismo. Combate ao terrorismo. O problema no âmbito interamericano.
36. Propaganda e diplomacia pública.

VII — Litígios Internacionais

37. Soluções pacíficas de litígios internacionais. Meios diplomáticos.
38. Soluções jurídicas de litígios internacionais. A arbitragem.
39. A solução de litígios no sistema mundial e no interamericano.
40. Sanções e medidas coercitivas.
41. A Guerra e política internacional. O Problema de unidade da política externa.
42. Guerra total. Guerra revolucionária. Guerra fria.
43. Desarmamento.

VIII — Formulação e Execução da Política Exterior

44. Determinação da política exterior. Planejamento.
45. Política exterior do Brasil e de outros Estados.

2.º Período

I — Organizações Internacionais

1. A organização jurídica da comunidade internacional. Apreciação histórica. Diplomacia bilateral e multilateral.
2. Organizações intergovernamentais e não-governamentais. Classificação dos organismos internacionais.
3. Evolução histórica. As grandes conferências dos séculos XIX e XX. As comissões fluviais e as uniões administrativas.

4. A Sociedade das Nações. Origens, estrutura e funcionamento.
5. A experiência da Sociedade das Nações. O Brasil e a Sociedade das Nações.
6. A 2.^a Guerra Mundial. A Carta do Atlântico, Dumbarton Oaks e Chapultepeque.

II — As Nações Unidas

7. A Conferência de São Francisco e a Carta das Nações Unidas.
8. Composição, estrutura e funcionamento das Nações Unidas.
9. A Assembléia Geral.
10. O Conselho de Segurança.
11. O Conselho Econômico e Social.
12. Os territórios sem governo próprio e o sistema internacional de tutela.
13. A Corte Internacional de Justiça.
14. O Secretariado.
15. Propósitos e princípios das Nações Unidas. A igualdade soberana dos Estados e a autodeterminação. O dever de não-intervenção.
16. Solução pacífica de controvérsias.
17. Sistema de segurança coletiva. As Nações Unidas e a força internacional. As sanções internacionais.
18. Desarmamento.
19. Codificação do direito internacional.
20. As Nações Unidas e os direitos humanos.
21. O problema do desenvolvimento. A UNCTAD.
22. Limitações às funções da carta: jurisdição doméstica, legítima defesa e os ex-Estados inimigos.
23. Revisão à Carta. Emendas.
24. O Brasil e as Nações Unidas.

III — Os Organismos Especializados

25. Os Organismos Especializados antes e depois da Carta das Nações Unidas.
26. A Organização Internacional do Trabalho (ILO).
27. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

28. UNESCO. Organização Mundial de Saúde.
29. ICAO e IMCO.
30. União Postal Universal (UPU), União Telegráfica Internacional (ITU) e Organização Meteorológica Internacional (IMO).
31. O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BANK) e o Fundo Monetário Internacional (FUND).
32. Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA).
33. GATT e UNCTAD.
34. Os produtos de base. A Organização Internacional do Café.
35. Os Organismos não-governamentais.

IV — Os Sistemas Regionais

36. As Nações Unidas e os sistemas regionais.
37. O sistema interamericano. O pan-americanismo.
38. Organização dos Estados Americanos. A Carta da OEA.
39. Estrutura e funcionamento da OEA.
40. ALALC. O Pacto Andino e os países da Bacia do Prata.
41. O sistema Centro-Americano.
42. Revisão da Carta da OEA.
43. O Brasil e a OEA.
44. A Liga Árabe.
45. A Comunidade Européia. Histórico. Conselho da Europa.
46. Benelux e o Mercado Comum Europeu. A EFTA.
47. A Comunidade Européia do Carvão e do Aço e a Euratom.
48. A Corte de Justiça das Comunidades Européias e os direitos humanos.
49. COMECON.
50. Organização da Unidade Africana.

V — Os Sistemas Regionais de Defesa

51. O artigo 51 da Carta das Nações Unidas e a legítima defesa individual e coletiva. Os tratados bilaterais de defesa.
52. O Tratado do Rio de Janeiro.
53. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
54. Pacto de Varsóvia.

55. SEATO, CENTO e ANZUS.

56. Posição atual. China e Japão — SALT.

ECONOMIA

I — Desenvolvimento Econômico

1. Medidas do Desenvolvimento e Crescimento Econômico — Estatísticas Nacionais — Comparações Internacionais.

2. Estágios do Desenvolvimento Econômico — Sociedade Tradicional — Pré-Condições — Arranco.

3. Fatores do Crescimento Econômico — O Papel da Acumulação de Capital — A relação Capital/Produto — Recursos Humanos e Educação.

4. Teorias do Crescimento Econômico — Ricardo — Harrod/Domar — Modelos Neoclássicos — Crescimento equilibrado x Crescimento desequilibrado.

5. Inflação e Desenvolvimento.

6. Ajuda externa e comércio exterior.

7. Industrialização e agricultura.

8. Desenvolvimento brasileiro.

II — Comércio Internacional

1. Balanço de Pagamentos — estrutura e análise.

2. Teoria pura do Comércio Internacional — Vantagens Comparativas — Termos de troca.

3. Taxa de Câmbio — Mecanismo de determinação — Paridade do Poder de Compra — Efeitos da desvalorização.

4. Tarifas aduaneiras — Protecionismo x Integração Econômica.

5. O comércio exterior brasileiro.

PROBLEMAS ECONÔMICOS CONTEMPORÂNEOS

I — Introdução e Definição do Campo de Análise

1. Os conflitos internacionais de interesses e o desenvolvimento econômico. A diplomacia econômica: tendências e estratégias básicas.

2. Os participantes e as práticas das relações econômicas internacionais: os Governos e o setor privado — cooperação e conflito.

3. O comércio e o desenvolvimento internacional na década dos 60. As transformações econômico-institucionais das relações internacionais nos anos 70: avaliação e prospectiva.

II — Os Problemas Monetários Internacionais e o Desenvolvimento Econômico

4. As premissas históricas e político-econômicas: a Conferência de Bretton Woods. O Plano Keynes e o Plano White.

5. O Fundo Monetário Internacional: estrutura financeira e institucional. Funções do Fundo Monetário Internacional: o Código de boa conduta, operações de assistência financeira, assistência técnica aos países membros.

6. As paridades de câmbio: o princípio da fixação das paridades iniciais, as margens de flutuação e o acordo sobre as desvalorizações, no Fundo Monetário Internacional.

7. A conversibilidade monetária e as transações em ouro: a supressão das restrições sobre as operações correntes e as obrigações dos membros do Fundo Monetário Internacional nas operações no mercado do ouro.

8. Os movimentos de capital a longo prazo e os movimentos erráticos de capital. Os fluxos de capitais e as taxas de juros. Taxas de longo prazo versus taxas de curto prazo. Os fluxos de capitais e o euromercado.

9. O Fundo Monetário Internacional e o problema da liquidez internacional. Os planos de reforma do Fundo Monetário Internacional; o Comitê dos 20. O acréscimo da liquidez internacional: os direitos especiais de saque e a sua competitividade com as moedas internacionais de reserva e com o ouro.

10. O ajustamento do balanço de pagamentos e a repartição internacional do seu ônus. A transmissão internacional da inflação.

11. A lógica monetária e o crescimento contemporâneo. Tempo econômico e "tempo financeiro internacional" (posição de Henri Guitton).

III — Os Espaços Econômicos-Institucionais e a Economia Internacional

12. As modalidades de integração: zona de livre comércio, união aduaneira e união econômica e suas diferentes gradações.

13. A teoria econômica e a integração: análise dos efeitos-desvio e dos efeitos-criação. As posições de Viner e de Meade (efeito terciário) e o teorema de Lipsey e Lancaster. A integração das economias dos países em desenvolvimento: as análises de Gunnar Myrdal e de Henri Bourguinat.

14. A integração européia: origens, filosofias em presença e linhas de resistência.

15. As Comunidades Europeias: estrutura institucional e dinâmica político-econômica. Estratégias e problemas fundamentais da Comunidade Econômica Européia: o desarmamento aduaneiro e o protecionismo não-tarifário, o pacto agro-industrial franco-alemão e a Comunidade ampliada, a política agrícola comum. A Comunidade Européia e os problemas monetários: a harmonização de políticas nacionais.

16. A Comunidade Econômica Européia e os Estados Unidos da América: o contencioso comercial e o contencioso monetário. A Comunidade Econômica Européia e os países em desenvolvimento: estudo de caso das posições da África e da América Latina.

17. Formação e transformações da Zona Européia de Livre Comércio.

18. O Bloco Socialista e as suas técnicas de comércio exterior. O comércio Leste Europeu-Occidente: sistema de preços, conversibilidade e moeda-convenção, operações de arbitragem, "report" e "deport". O COMECON: análise do seu significado político e operacional-integrativo. As "empresas transideológicas".

19. A integração Latino-Americana: premissas teóricas versus pragmatismo comercial. Os Governos ("a integração negativa") e a complementariedade empresarial. O "efeito Prebisch" e neo-empresa. A comparabilidade entre as economias nacionais.

20. A Associação Latino-Americana de Livre Comércio: origens e análise crítica da sua estrutura e mecanismo operacional. O Tratado de Montevideu e o Protocolo de Caracas. A complementariedade industrial e a política agrícola. O Grupo Andino: seus objetivos e estratégias; o regime comum de tratamento ao capital estrangeiro. O Mercado Comum Centro-Americano.

21. As empresas estrangeiras, transnacionais e multinacionais na América Latina: suas relações com o desenvolvimento e o comércio exterior da região. O setor público e os projetos binacionais e plurinacionais na América Latina.

22. A inserção do Japão nas relações econômicas internacionais "O milagre japonês" e seus antecedentes. Os elementos do crescimento japonês: mitos e causas reais. A "economia concertada" e a sua posição ante o setor externo ("O Programa de Oito Pontos" do Governo Japonês, o documento da J.E.T.R.O. e o manifesto UEMURA, do Keidanren).

23. O Japão e os Estados Unidos da América: protecionismo comercial e autolimitação das exportações. O Japão e a Europa Ocidental. O Japão e o GATT (o pretendido "Japan Round" e o seu significado real).

IV — Política Comercial Internacional

24. O equilíbrio entre o princípio de base do liberalismo e as suas exceções. A Carta de Havana e o GATT: antecedentes e problemas básicos.

25. O princípio da não-discriminação: a cláusula da nação mais favorecida e o tratamento nacional das importações. A aceitação dos regimes preferenciais. A não-reciprocidade para os países em desenvolvimento: a IV parte do Acordo Geral e o Kennedy Round.

26. O GATT e a redução dos direitos alfandegários: consolidação das concessões tarifárias, a técnica linear e a negociação produto por produto, os obstáculos paratarifários e não-tarifários. Apreciação crítica do Kennedy

Round. Apreciação prospectiva das negociações de 1973. A eliminação das restrições quantitativas.

27. As carências do GATT: a agricultura, as relações Leste-Oeste e entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

V — Financiamento Internacional do Desenvolvimento

28. O falso dilema: ajuda versus comércio. Inter-relação funcional entre ajuda ao comércio e ajuda ao desenvolvimento. Ajuda intergovernamental e investimento direto externo: complementariedade ou substituição? (a tese de Kindleberger). A transferência de tecnologia dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. O Relatório Pearson.

29. Os mecanismos institucionais da ajuda externa: bilateralismo e multilateralismo. O Plano McNamara.

30. O Grupo do Banco Mundial: O Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (IBRD), a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) e a Sociedade Financeira Internacional (SFI). Objetivos e características do Banco Mundial, recursos e empréstimos, assistência técnica e estudos econômicos, coordenação da ajuda ao desenvolvimento (consórcios e grupos consultivos): Exame de acordos de empréstimo do Banco Mundial ao Brasil e estudo dos respectivos projetos financiados.

31. O Banco Interamericano de Desenvolvimento: estrutura institucional, recursos, fundos especiais, empréstimos, assistência técnica aos países membros. O Banco Interamericano de Desenvolvimento e a integração continental. O Banco Interamericano de Desenvolvimento e o mercado de capitais, zonal e extrazonal. Exame de acordos entre o BID e o Brasil.

32. A cooperação financeira bilateral; análise do esforço global. Exame de casos específicos: Estados Unidos da América. República Federal da Alemanha, Grã-Bretanha e França. Exame de empréstimos ao Governo brasileiro.

33. A cooperação técnica: princípios gerais. Análise de acordos básicos e de convênios complementares. Avaliação de resultados de casos de prestação de cooperação técnica externa ao Governo brasileiro.

34. O mercado internacional de capitais: características e técnicas. Os centros financeiros do mercado internacional de capitais. O Relatório Ossola.

35. O papel dos Governos e os investimentos diretos externos: os acordos de bitributação e os acordos de garantia de investimentos. Os sistemas de garantia governamental à exportação.

VI — Comércio e Desenvolvimento na perspectiva da Integração Institucional

36. A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento: instituições e ações no domínio do intercâmbio comercial, do financiamento do desenvolvimento, dos invisíveis e da transferência de tecnologia. O Plano Horowitz e a ajuda externa.

37. O sistema geral de preferências: princípios e mecanismos. Preferências generalizadas, preferências especiais e preferências inversas. As "conclusões concertadas" do Comitê Especial de Preferências do Conselho do Comércio e Desenvolvimento. As preferências generalizadas e os países menos desenvolvidos dentre os países em desenvolvimento.

38. Os acordos internacionais sobre produtos de base: principais tipos, os diversos acordos e arranjos institucionais. Os acordos de Teerã e de Trípoli. A reorganização do mercado internacional dos produtos agrícolas: o Plano Baumgartner-Pisani e o Kennedy Round.

VII — Conclusões

39. A lógica do desenvolvimento e suas conseqüências. As resistências ao desenvolvimento. As tentativas de justificação econômica do não-desenvolvimento. Poder e desenvolvimento auto-sustentado (análise das etapas rostowianas e da complementação político-institucional pelo próprio autor). Desenvolvimento e poder na análise de Kindleberger e Jacques Austruy. Conclusões operacionais, com ênfase no caso brasileiro.

Trabalhos práticos

1) Elaboração de monografias semestrais pelos alunos, sob a orientação direta do professor, sobre tópicos específicos do programa, com o objetivo de integrar a pesquisa teórica do tema aos seus aspectos diplomático-operacionais.

2) Levantamento de dados e esquematização de modelos para a preparação de um trabalho coletivo acerca da Diplomacia Econômica Brasileira no Governo atual.

3) O Nordeste brasileiro e o setor externo: estudo de caso, com base em pesquisas teóricas e viagem de observação, promovida pelo Instituto Rio-Branco.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

I — Introdução

1. Conceitos e terminologia.
2. A comunidade não organizada dos Estados.
3. Natureza das relações interestatais.
4. Formação e evolução do Direito Internacional.
5. Irrompimento do homem no Direito Internacional.
6. Função do Direito na comunidade universal.
7. Conceito do Direito Internacional.

II — Organização Jurídica da Sociedade Internacional

1. Antecedentes. Independência e interdependência dos Estados. As duas ordens jurídicas.

2. Nações Unidas. Bases da Carta, sua natureza constitucional e emendas. Membros.
3. Objetivos e Princípios.
4. Assuntos da competência nacional (art. 2.º, n.º 7). Determinação pelo D.I. do âmbito de eficácia da norma interna.
5. Órgãos principais, a Corte e o Secretariado.
6. Organismos especializados.
7. Organização dos Estados Americanos. Princípios e estrutura. Protocolo de Buenos Aires, 1967.
8. Outras organizações regionais.
9. Universalização da ONU, voto ponderado, jurisdição internacional obrigatória e força policial supranacional.

III — Natureza do Direito Internacional

1. Estrutura da norma interestatal. D.I. geral e particular, comum e consensual. **Jus cogens.**
2. Força obrigatória do Direito Internacional. Teorias jusnaturalistas, voluntaristas e objetivas.
3. Validade do art. 2.º, n.º 6, da Carta da ONU.
4. Peculiaridades da norma internacional quanto à:
a) elaboração; b) aplicação judicial; c) execução coativa.
5. Relação entre a norma internacional e interna.
6. Dualismo e monismo. Primado da norma internacional.
7. Textos convencionais e prática consuetudinária dos Estados nessa matéria.
8. Principais sistemas constitucionais.

IV — Fontes do Direito Internacional

1. Conceito. Fonte material e formal.
2. Art. 38, n.º 1, do Estatuto da CIJ.
3. Convenção internacional. **Pacta sunt servanda.**
4. Prática consuetudinária dos Estados.
5. Princípios gerais de direito.
6. Precedente judicial e doutrina dos publicistas.
7. Resolução de organização internacional.
8. Codificação. Obra da comissão de Direito Internacional da ONU.

V — Sujeitos de Direito Internacional

1. Estado. Elementos constitutivos. Formas especiais.
2. Soberania (art. 2.º, n.º 1, da Carta da ONU).
3. Estrutura do Estado.
4. Reconhecimento de Estado e de Governo.

5. Territórios sem governo próprio. Mandato. Tutela. Aquisição de independência.
6. Sucessão de Estados.
7. Personalidade das organizações internacionais.
8. Indivíduos. Responsabilidade internacional. Direitos.

VI — Atos Jurídicos Internacionais

1. Atos unilaterais. Acordos bi e multilaterais. Tratado-lei e tratado-contrato. Terminologia.
2. Prática dos Estados. Convenções de Havana, 1928, e de Viena, 1969.
3. Capacidade. Estado e Organização Internacional. **Treaty-making power.**
4. Consentimento, objeto e forma. Nulidade.
5. Celebração, ratificação, vigência e registro. Adesão.
6. Reservas. Interpretação, execução e efeitos.
7. Incorporação ao direito interno.
8. Revisão, denúncia e terminação.

VII — Direitos e Deveres do Estado

1. Independência. Autodeterminação.
2. Exercício da competência, inclusive jurisdicional.
3. Igualdade jurídica.
4. Legítima defesa.
5. Não-intervenção e ação coletiva.
6. Cooperação internacional. Extensão e órgãos.
7. Outros deveres.

VIII — Competência do Estado

1. Fatores determinantes: espaço, pessoas e outros. Âmbito da eficácia territorial de norma interna.
2. Elementos do território. Natureza da autoridade do Estado sobre cada elemento. Atos de império.
3. Território terrestre. Estabelecimento e perda de competência. Limites. Zonas polares.
4. Território equóreo. Zona contígua. Plataforma continental.
5. Alto-Mar. Competência relativa à navegação, pesca, outras utilizações econômicas e cabos submarinos. Testes nucleares e usos bélicos. Repressão da pirataria e tráfico de escravos.
6. Território aéreo. Competência relativa ao espaço aéreo não abrangido nos territórios estatais.
7. Espaço exterior e corpos celestes. Internacionalização. Tratado de 1967.
8. Competência extraterritorial, pessoal ou por outro título.

IX — Órgãos das Relações Interestatais

1. Chefe de Estado. Atribuições do Executivo, do Legislativo e Judiciário.
2. Ministro das Relações Exteriores e outros órgãos.
3. Relações e imunidades diplomáticas. Convenções de Havana, 1928, e Viena, 1961.
4. Congressos e conferências. Diplomacia parlamentar.
5. Relações consulares. Convenção de Viena, 1963.
6. Bens e serviços do Estado no estrangeiro. Doutrina dos Atos de Estado.
7. Organizações internacionais em suas relações externas.
8. Imunidades e privilégios das organizações internacionais.

X — Proteção Internacional dos Direitos Humanos

1. Distinção entre homem e súdito. Defesa de nacionais e estrangeiros contra abusos do Estado. Pressupostos.
2. Cartas da ONU e OEA. Declarações Americana e Universal.
3. Tratado de Roma, 1950, e protocolos adicionais. Carta Social da Europa. Pactos aprovados pela ONU em 1966.
4. Convenção Americana sobre Proteção de Direitos Humanos.
5. Órgãos de execução. Esgotamento dos recursos da jurisdição interna.
6. Direito de petição e acesso à jurisdição internacional.
7. Convenções especiais. Genocídio. Direitos da mulher. Escravidão e trabalho forçado. Discriminação. Asilo e outras.
8. Relação entre direitos humanos e democracia representativa. Projetos.

XI — Responsabilidade Internacional

1. Fundamentos: dever de reparar, abuso de direito ou teoria da boa-fé.
2. Ação ou omissão violadora do Direito Internacional. Atos do Legislativo, Executivo, Judiciário e fatos de particulares.
3. Imputabilidade. Causas excludentes da responsabilidade.
4. Denegação de justiça, negligência e violação de direito adquirido.
5. Proteção diplomática. Reclamação. Esgotamento dos recursos internos.
6. Danos causados por uso da energia nuclear ou do espaço exterior.
7. Reparação do dano.
8. Responsabilidade das organizações internacionais.

XII — Comunicações Internacionais

1. Vias terrestres, fluviais, marítimas e aéreas. Liberdade de circulação e comunicação. Direito de passagem inofensiva.
2. Convenções sobre circulação por estrada e ferrovia.
3. Principais convenções sobre rios, canais e estreitos internacionais. Tratados e legislação do Brasil.
4. Navios e estações. Regime da navegação.

5. Aeronaves. Convenção de Chicago, 1944, e as posteriores. OACI.
6. Foguetes e naves espaciais. Assistência a astronauta. Regime jurídico.
7. Convenção sobre telecomunicações. Repartição de frequências. Satélites de comunicação.

XIII — Solução Pacífica das Controvérsias

1. Controvérsia jurídica e conflito político. Distinção.
2. Negociação, bons ofícios e mediação.
3. Investigação e conciliação.
4. Solução através de organização internacional.
5. Arbitragem. Natureza e forma. Corte Permanente de Arbitragem. Processo. Efeitos do laudo. Convenções vigentes.
6. Solução judiciária. Corte Internacional de Justiça. Artigos 92 a 96 da Carta da ONU. Estatuto anexo.
7. Competência contenciosa e consultiva. Cláusula facultativa. Processo. Execução das decisões.
8. Outras cortes internacionais.

XIV — Segurança Coletiva e Uso da Força

1. Limitações do **jus ad bellum**. Pacto Brian-Kellog. Guerra crime. Interdição do uso da força (art. 2.º, n.º 4, da Carta da ONU).
2. Segurança internacional. Ameaça à paz. Medidas não coercitivas (arts. 39 a 41). Emprego de forças aéreas, navais ou terrestres (arts. 42 a 50).
3. Legítima defesa. Conceito de ataque armado. Limite ao exercício da defesa (art. 51).
4. Organismos regionais e ação coletiva (arts. 52 a 54).
5. Casos de uso da força pela ONU. As operações preventivas ou assecuratórias da paz. Custeio e aplicação do art. 19 da Carta. Força interamericana de Paz.
6. **Jus in bello**. Convenções. Violações.
7. Neutralidade. Direitos dos beligerantes e neutros.
8. Testes nucleares. Tratado de Moscou, 1963. Proscrição das armas nucleares. Tratado do México, 1967. Tratado de Não-Proliferação.
9. Projetos de desarmamento. Requisitos de viabilidade jurídica.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Apresentação e solução dos conflitos de leis no espaço. Direito Internacional Privado e Direito Intertemporal. Conflitos legislativos internacionais, interestaduais etc. Direito Internacional Privado. Direito Uniforme e Direito Comparado.

2. Fontes especiais do DIP: internacionais e internas. Relevância da jurisprudência e da doutrina. Conflitos entre as diversas fontes. Natureza das normas do DIP. Regras unilaterais e bilaterais.

3. Divergência espacial de normas do DIP, teoria da renúncia e da devolução e divergência temporal das normas do DIP.

4. Território. Conceito e espécies. Conflitos na respectiva determinação. Antiga extraterritorialidade. Modificações territoriais.

5. Conflitos de qualificação. Dos elementos de conexão. Conflitos sobre sua determinação.

6. Nacionalidade. Princípios gerais. Nacionalidade, cidadania e naturalidade. Espécies de nacionalidade. Pessoas naturais. Nacionalidade de origem. Aquisição. Lugar do nascimento. Filiação combinada com serviço público, residência e opção. Opção inconstitucional — Direito intertemporal — Irrelevância do casamento. Prova da nacionalidade de origem. Ação declaratória.

7. Naturalização. Espécies. Condições. Processo. Efeitos. Revogação.

8. Perda da nacionalidade. Reaquisição da nacionalidade. Pluralidade e ausência de nacionalidade.

9. Nacionalidade e Serviço Militar no direito brasileiro. Serviço Militar dos brasileiros residentes no Brasil e no estrangeiro. Casos de conflitos da nacionalidade. Fraude à lei. Nacionais no serviço estrangeiro e estrangeiros no serviço nacional.

10. Domicílio. Aquisição. Domicílio necessário. Domicílio de origem. Domicílio voluntário. Domicílio especial. Prova de domicílio. Mudança de domicílio. Perda e reaquisição do domicílio. Pluralidade e falta de domicílio. Residência.

11. Autonomia da vontade. Outros elementos de conexão: território, foro, religião, raça, etc. Efeitos da mudança dos elementos de conexão.

12. Condição dos estrangeiros no Brasil. Entrada no território nacional. Imigração. Facilidades e restrições. Recursos administrativos e judiciários. Expulsão. Casos. Processos. Recursos. Efeitos.

13. Direitos e deveres dos estrangeiros em geral. Direitos políticos, direitos públicos não-políticos e direitos privados.

14. Regime especial das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Nacionalidade. Domicílio. Reconhecimento. Funcionamento.

15. Aplicação da lei estrangeira. Conhecimento e prova da lei estrangeira. A ordem pública. A fraude à lei. A teoria dos direitos adquiridos.

16. Direito Civil internacional. Personalidade. Capacidade de direito. Capacidade de fato. Luta entre os princípios da nacionalidade e do domicílio. Solução do direito brasileiro.

17. Atos jurídicos. Vícios de consentimento. Forma. Prescrição.

18. Direito de Família. Conflitos de leis pessoais. Do casamento. Impedimentos. Forma.
19. Do casamento consular.
20. Efeitos pessoais e patrimoniais do casamento.
21. Desquite, divórcio e anulação do casamento.
22. Relações jurídicas entre pais e filhos. Constituição, efeitos e extinção ou suspensão. Alimentos. Tutela e Curatela. Proteção social dos incapazes.
23. Direito das Coisas. Direito das Obrigações. Substância e efeitos. Modalidades da execução. Da cláusula ouro. Das dívidas em moeda estrangeira simples e "aparentes". Dívidas em moedas estrangeiras e taxa de conversão.
24. Direito das sucessões. Testamentos. Do testamento consular.
25. Direito marítimo e aéreo internacional.
26. Direito Penal Internacional. Territorialidade e extraterritorialidade das leis penais.
27. Direito processual civil internacional. Competência. Forma do processo. Rogatórias. Homologação de sentenças estrangeiras.
28. Da cooperação internacional nos processos criminais. Da extradição internacional.

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

I — Administração Pública

- A. Organização administrativa federal.
- B. O Decreto-lei n.º 200/67 e suas alterações.

II — Ministério das Relações Exteriores

A. Organização

1. Secretaria do Estado: estrutura, competência dos diversos órgãos.
2. Missões Diplomáticas: categorias, competência.
3. Repartições Consulares: categorias, competência.

B. Pessoal

1. Diplomata: legislação, deveres e funções; informações gerais.
2. Oficial de Chancelaria: legislação; deveres e funções.
3. Funcionários administrativos. Auxiliares locais; legislação; deveres e funções.
4. Cônsules Privativos e Honorários: legislação; deveres e funções.

C. Comunicações

1. Regras gerais de correspondência oficial.
2. Andamento e trânsito de correspondência oficial.
3. Normas específicas de redação oficial.
4. Correspondência postal, telegráfica e serviço telex:
 - a. Memorando.
 - b. Ofício.
 - c. Despacho.
 - d. Aviso.
 - e. Nota.
 - f. Exposição de Motivos.
 - g. Carta de Chancelaria.
 - h. Carta de Gabinete.
 - i. Carta.
 - j. Telegrama e telex.
 - l. Circulares.

C.P.C.D.
DIPLOMANDOS DE 1973

ANNA MARIA MICHELANGELO VITTORIA MANZOLILLO — (Itália — Brasileira de acordo com o art. 129, item II, da Constituição de 1946)

Bacharel em Jornalismo pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1965). Bacharel em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, (1966). "Certificate of Proficiency in English" da Universidade de Cambridge. Coursou até o 7.º ano literário da Associação de Cultura Franco-Brasileira. Registrada no Conselho Federal de Técnicos de Administração — 1970.

ANTONIO HERCULANO LOPES — (Estado da Guanabara)

Prêmio Rio-Branco — Medalha de prata, 2.º lugar. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1973). "Certificat Pratique de Langue Française (1er degré)" da Universidade de Nancy. "Certificate of Proficiency in English" da Universidade de Cambridge. Completou o 2.º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco.

BARBARA GORACZKO — (Rio Grande do Sul)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1968). "Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises — Faculté de Lettres de Nancy". "Certificate of Proficiency in English" da Universidade de Michigan. Completou o 2.º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco.

CLAUDIA D'ANGELO — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1973). Coursou até o 4.º ano

da Associação de Cultura Franco-Brasileira. Certificado de Inglês conferido pelo Curso Oxford. Completou o 2.º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco.

HERALDO PÓVOAS DE ARRUDA — (Estado de Mato Grosso)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1971). "Certificat Pratique de Langue Française" (1er degré) e "Certificat d'Étude du 4ème degré Littéraire" da Associação de Cultura Franco-Brasileira. Curso completo do IBEU. Completou o 2.º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco. Realizou curso, na base de créditos, de Literatura, História e Sociologia, na "American University, Washington D.C. (Fall — 1967)". Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Guanabara (Solicitador). Aspirante a Oficial da Reserva do Exército Brasileiro — Arma Infantaria.

IVONE BRANDÃO VIEIRA FARIA — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1971). "Certificate of Proficiency in English" da Universidade de Cambridge. Coursou até o 7.º ano da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. Diploma do 7.º ano Literário da Associação de Cultura Franco-Brasileira.

JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO — (Estado do Rio Grande do Norte)

Prêmio Rio-Branco — Medalha de ouro, 1.º lugar — Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1973). Coursou o 1.º ano da Faculdade de Administração da Universidade Federal do Ceará (1969). Completou o 2.º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco. Certificado de habilitação para ministrar cursos de Língua Inglesa, fornecido pelo Centro de Lingüística Aplicada, São Paulo (1970). Certificado de Participação em cursos de lingüística, metodologia e fonética, expedido pelo Centro de Lingüística Aplicada, São Paulo (1970). Primeiro prêmio de Concurso de Âmbito Nacional referente a monografia sobre Direito do Autor, concedido pela Sociedade de Defesa do Direito Autoral (SDDA), Rio de Janeiro (1971).

LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. Completou o 2.º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco.

LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1972).

LUIZ FRANCISCO PANDIÁ BRACONNOT — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1971). Coursou até a

3.ª Série de "Langue et Littérature Françaises" — Associação de Cultura Franco-Brasileira.

MANOEL ANTONIO DA FONSECA COUTO GOMES PEREIRA — (Estado de Minas Gerais)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de prata, 1.º lugar. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1971). "Lower and Proficiency Certificates in English" pela Universidade de Cambridge. Coursou até o 6.º ano da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. Coursou até o 7.º ano da Associação de Cultura Franco-Brasileira. Completou o 2.º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco.

MARCO ANTÔNIO DINIZ BRANDÃO — (Estado de Minas Gerais)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. "Certificat Pratique de Langue Française (1er degré) — Université de Nancy". Coursou até o 6.º ano da Associação de Cultura Franco-Brasileira. Coursou até o 5.º ano da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. Completou o 1.º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco.

MARCELO ANDRADE DE MORAES JARDIM — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. "Certificate of Proficiency in English" pelas Universidades de Cambridge e Michigan. Curso Especial sobre as Nações Unidas — Instituto Rio-Branco (1970). Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção GB.

MARIA DULCE SOARES DA SILVA — (Estado do Piauí)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. "Lower Certificate in English" pela Universidade de Cambridge. "Certificat d'Études Supérieures de la Faculté de Lettres de Nancy (2ème degré)". Completou o 2.º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco.

MARIA EDUARDA SANTOS POMPEU BRASIL — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1972). "Certificat Pratique de Langue Française (1968), Diplôme d'Études Françaises (1969), Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises (1971) — Université de Nancy". Completou o 2.º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco.

MARIA LÚCIA SANTOS POMPEU BRASIL — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1973). Prêmio Amílcar de Araújo

Falcão — 1.º lugar em Direito Financeiro (1971) — Prêmio Clovis Bevilacqua — maior média nas 5 cadeiras de Direito Civil (1973) — Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. "Certificat Pratique de Langue Française (1968), Diplôme d'Études Françaises (1969), Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises (1971) — Université de Nancy". Completou o 2.º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco.

RAUL DE TAUNAY — (França — Brasileiro de acordo com o art. 129, item II, da Constituição de 1946)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Coursou o 1.º ano da "Faculty of Arts/Law — University of Cape Town — South Africa".

SARKIS KARMIRIAN — (Estado da Guanabara)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de bronze, 2.º lugar. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1971). Curso Especial de Didática da Língua Francesa da Faculdade de Educação da Universidade do Estado da Guanabara (equivalente à Licenciatura) — (1969). "Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises (3ème degré)" da Universidade de Nancy. "Diplôme d'Études Françaises" e "Certificat Pratique de Langue Française (1er degré)" da Universidade de Nancy. Certificado de conclusão do curso de Literatura Francesa da Associação de Cultura Franco-Brasileira. Curso Especial de Didática da Língua Inglesa da Faculdade de Educação da Universidade do Estado da Guanabara (equivalente à Licenciatura) — (1968). "Lower and Proficiency Certificates in English" da Universidade de Cambridge. Certificado de estágio nos trabalhos práticos docentes na disciplina de Inglês do Colégio de Aplicação "Fernando Rodrigues da Silveira" da Universidade do Estado da Guanabara (1968). Completou o 2.º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

O aperfeiçoamento de diplomatas se faz através de cursos mantidos pelo Instituto Rio-Branco ou mediante programas de estudo por este estabelecidos para serem cumpridos em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras. O Instituto organizou o Curso de Prática Diplomática e Consular (C.P.), destinado a dar aos diplomatas da classe inicial orientação específica sobre as tarefas que terão de executar em postos no exterior.

Os diplomatas lotados no exterior beneficiam-se, em universidades estrangeiras, de um programa de treinamento avançado para a realização de estudos de pós-graduação em Política Internacional, Ciência Política, Economia, Direito Internacional ou Administração Pública.

CURSO DE PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR — (C.P.)

O Instituto Rio-Branco não realizou, em 1973, o Curso de Prática Diplomática e Consular. O Senhor Ministro de Estado resolveu considerar cumprido o requisito do Art. 27, parágrafo 3.º do Regulamento do Instituto Rio-Branco, para os Terceiros Secretários da Carreira de Diplomata nomeados em 24 de janeiro de 1973, por terem participado do Grupo de Trabalho encarregado de preparar a visita do Ministro de Estado ao Oriente Médio.

APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS LOTADOS NO EXTERIOR

Dentro do programa de aperfeiçoamento profissional no exterior, previsto no art. 29 e seus parágrafos, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foram contemplados com auxílio financeiro, nos termos das circulares n.ºs 6.681, de 26 de abril de 1967 e 443, de 25 de fevereiro de 1971, os seguintes diplomatas matriculados em Universidades estrangeiras:

Secretário Alfredo Carlos de Oliveira Tavares — 1973 — Alemanha — Bonn — Berlitz School of Languages — Curso de Língua Alemã.

Secretário Almir Franco de Sá Barbuda — 1973 — Alemanha — Bonn — Berlitz School of Languages — Curso de Língua Alemã.

Secretário Antonio Carlos Vereza Coutinho — 1973 — Alemanha — Bonn — Berlitz School of Languages — Curso de Língua Alemã.

Secretário Fernando Guimarães Reis — 1973 — Japão — Tóquio — Sophia University — Curso de Língua Japonesa.

Secretário Jório Salgado Gama Filho — 1973 — Líbano — Beirute — American University of Beirut — (Faculdade de Artes e Ciências) — Curso de Ciência Política, em nível de pós-graduação.

Secretário José Antonio Castello Branco de Macedo Soares — 1973 — E.U.A. — Washington — George Washington University — (School of Public and International Affairs) — "Master Program in Latin American Studies".

Secretário Luiz Sérgio Gama Figueira — 1973 — E.U.A. — Washington — George Washington University — (Graduate School of Arts and Sciences) — Teoria Monetária da Economia Internacional.

Conselheiro Paulo Villas-Boas Castro — 1973 — Japão — Tóquio — Sophia University — "Intermediate Chinese" e Associação Cristã de Moços — "Chinese Advanced Conversation" — Cursos de Língua Chinesa.

Secretário Sérgio Elias Couri — 1973 — E.U.A. — Nova York — New York University — Mestrado em Economia.

Oficial de Chancelaria Wilson Bard Siqueira (*) — 1973 — Japão — Tóquio — Sophia University — Curso de Língua Japonesa.

APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS NO BRASIL (*)

Secretário Eduardo Monteiro de Barros Roxo — 1973 — Rio de Janeiro — Instituto de Cultura Jurídica — Curso de Comércio Exterior.

(*) Em caráter excepcional.

CURSOS ESPECIAIS E DE EXTENSÃO

Além de cursos para diplomatas, é facultado ao Instituto Rio-Branco estabelecer Cursos Especiais (C.E.) e de Extensão (C. Ex.). Os primeiros se destinam ao aperfeiçoamento ou à especialização, seja de funcionários do Ministério das Relações Exteriores, seja de estudantes e graduados de escolas superiores, neste caso em mandato universitário. Os Cursos de Extensão têm por finalidade a difusão de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais.

(C.E.)

Língua Alemã

O Instituto Rio-Branco continua realizando, em colaboração com o Instituto Cultural Brasil-Alemanha, o curso de conhecimentos básicos de Língua Alemã que funcionou no Rio de Janeiro, no próprio Instituto, e em Brasília, na sede do ICBA, onde foi proporcionado o uso de audiovisuais.

O Curso, no qual tomaram parte alunos do C.P.C.D. e funcionários diplomáticos e administrativos, foi ministrado em dois períodos e constou de duas turmas:

- a) Principiantes
- b) Adiantados

Concluídos os 4 semestres, os alunos submetem-se a exame sendo que os aprovados têm direito ao diploma "Grundkenntnisse der Deutschen Sprache", do "Goethe-Institut München".

Conforme determinação do Senhor Ministro de Estado, será incluída menção especial nos assentamentos dos que concluírem o Curso com bom aproveitamento.

Rio de Janeiro

O Curso, no qual se inscreveram alunos do 1.º e 2.º anos do C.P.C.D. e funcionários administrativos do Ministério, teve início a 14 de março e terminou a 29 de novembro, com o seguinte desdobramento:

- 1.º período — 14 de março a 11 de julho
- 2.º período — 14 de agosto a 29 de novembro

Pela Portaria n.º 5, de 12 de março de 1973, do Diretor do Instituto Rio-Branco, foi mantida a professora Gretchen Becker, que teve a seu cargo as duas turmas.

Terminaram o ano letivo os alunos abaixo relacionados:

Turma "A" — Principiantes

Carlos Alberto Lopes Asfora
Carlos Augusto Loureiro de Carvalho
Edson Marinho Duarte Monteiro
Fernando Jacques de Magalhães Pimenta
Francisco José Alonso Vellozo Azevedo
José Eduardo Martins Felício
José Maria de Carvalho Coelho
Márcio Araújo Lage
Maria da Graça Nunes Carrion
Maria Helena de C. Junqueira
Mauro Luiz Iecker Vieira
Piragibe dos Santos Tarrogô

Turma "B" — Adiantados

Antonio Herculano Lopes
Bárbara Goraczko
Cláudia D'Angelo
Heraldo Póvoas de Arruda
João Almino de Souza Filho
Luiz Felipe Mendonça Filho
Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira
Maria Dulce Soares da Silva
Maria Eduarda Santos Pompeu Brasil
Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil
Sarkis Karmirian

Brasília

O Curso, no qual se inscreveram funcionários diplomáticos e administrativos deste Ministério, teve início a 19 de março e terminou a 30 de novembro, com o seguinte desdobramento:

- 1.º período — 19 de março a 13 de julho
- 2.º período — 6 de agosto a 30 de novembro

Pela Portaria n.º 6, de 12 de março de 1973, do Diretor do Instituto Rio-Branco, foram mantidos os professores Helga de Godoy Lopes e Ernesto Schlieper para lecionarem, respectivamente, a turma adiantada e a turma elementar, sendo que, a partir de julho, o Professor Schlieper assumiu as duas turmas.

Terminaram o ano letivo de 1973 os alunos abaixo relacionados:

Turma "A" — Principiantes

Abílio Machado Cantuária
Alice Bueno
Flávio Roberto Bonzanini
Maria Alzemira Zouk
Tânia M. Pederneiras Jorge
Vera Manzolillo

Turma "B" — Adiantados

Aloísio Marés Dias Gomide
Álvaro Ribeiro
Ana Maria Penha Brasil
Gastão Ivo Schmitt
Hélio de Araújo Lobo
Isis Martins Ribeiro de Andrade
Lenita Conill Cavalcanti
Luiz Fernando de Freitas Ligiéro
Marina Gurgel Valente
Ruy de Lima Casaes e Silva

Prosseguiram os estudos de Língua Alemã no ICBA, às expensas do Instituto Rio-Branco, 7 alunos portadores do diploma correspondente ao "Grundkenntnisse Zeugnis" do Goethe Institut, que continuaram o curso médio — "Mittelstufe".

CONCURSOS

O Instituto Rio-Branco organiza concursos de provas para a carreira de Diplomata sempre que as necessidades de recrutamento o exigem.

A fim de proporcionar aos alunos permanente atualização informativa, integrada ao ensino acadêmico, a Biblioteca restabeleceu sua seção de periódicos e voltou a fazer aquisições de livros e revistas no exterior com os recursos que lhe são destinados dentro das alocações específicas para renovação bibliográfica.

O acervo geral elevou-se para 13.280 livros em consequência da incorporação de 216 obras, constituídas por 274 volumes e 37 folhetos. As aquisições foram feitas, na maioria, através de doações e permutas com entidades nacionais e estrangeiras, quais sejam o IPEA, o IBBD, os organismos e agências especializados da ONU e OEA, etc. Através de compra, foram adquiridas 69 obras, em 127 volumes. (Ver quadro abaixo).

Origem	Obras	Volumes	Folhetos	Total
Compra	69	127	0	196
Doação	147	147	37	331
Total	216	274	37	527

Uma vez mais ficou provada a importância de empréstimo-entre-bibliotecas, que possibilita o acesso ao acervo de outras instituições. Desse sistema beneficiaram-se professores e alunos do Instituto, com o empréstimo de 31 publicações, entre livros e periódicos, além de consulentes de outras bibliotecas. Em 1973, esse intercâmbio estabeleceu-se com as seguintes bibliotecas: Fundação Getúlio Vargas, Ministério da Fazenda, Banco do Brasil, Jardim Botânico e M.R.E. — EREGUAN.

O intercâmbio de catalogação com o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação prosseguiu normalmente através de Catálogo Coletivo.

ANEXOS

**TEXTOS DAS PROVAS DO
EXAME VESTIBULAR**

PORTUGUÊS

Esta prova terá a duração de três horas e constará de duas partes:

A — Redação

B — Questões Objetivas

Parte A — Redação

Tecer considerações sobre o conagraamento do Brasil e países da África tendo em mira seus interesses políticos, humanos e econômicos.

Observação — Esta redação deverá ter a extensão de 200 a 250 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguesa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

Parte B — Questões Objetivas

1. Escreva entre os parênteses a palavra sinônima, cabível na frase, dos termos sublinhados:

O desconhecido () entrou e sentou-se.

Era um tipo comum, mas o que havia nele de particular era a

gordura (). Não era desmedida ou

grotesca (), mas tinha um aspecto

desonesto ().

(*) Provas de Seleção Prévia, relativas ao Exame Vestibular para 1973, realizadas em novembro de 1972.

campanha e (consumar-se) a vitória de Vossa Excelência.

- b) Quando estiverdes triste, não (maldizer) a vida nem (indispor-se) com os semelhantes.
- c) Se quiseres viver tranqüilo, (ater-se) ao cumprimento dos deveres e não (aderir) a compromissos insensatos.

12. Complete as frases abaixo com o verbo dado no tempo e modo pedidos:

- a) Tal história muitos que é fantasia.
(haver, presente do indicativo)

- b) Pessoas ricas e pobres, boas e más
(haver de existir, futuro do presente)

sempre.

- c) Era inacreditável que se admitido tantas hipóteses.
(haver, imperfeito do subjuntivo)

- d) Se todos fossem justos, não réus e criminosos.
(dever haver, futuro do pretérito)

- e) mal durante a festa todos os meninos?
(haver-se, futuro do pretérito)
— era o temor dos pais.

- f) lugares reservados para os visitantes.
(Ter de haver, presente do indicativo)

13. Dê nova redação às frases abaixo, passando os verbos da voz ativa para a voz passiva e vice-versa:

- a) Espera-se que a parte requererá mandado de segurança.
- b) Se forem admitidos novos funcionários, breve se concluirá a obra.
- c) Consta que os trabalhos teriam sido terminados pelo próprio engenheiro que, assim, liquidou todos os compromissos.
- d) Com grandes gestos de agradecimento, Carlos despediu os festeiros que foram anunciar a festa nos jornais.

14. Assinale com um (X), dentro dos parênteses, as frases corretas nos grupos abaixo:

- a) () — Prefiro mais um livro do que um brinquedo.
() — Prefiro um livro do que um brinquedo.
() — Prefiro mais um livro que a um brinquedo.
() — Prefiro um livro a um brinquedo.
() — A um brinquedo prefiro mais um livro.

- b) () — Indenizaram-lhe de todos os prejuízos, mas não lhe perdoaram o crime.
() — Indenizaram-lhe todos os prejuízos, mas não o perdoaram o crime.
() — Indenizaram-no de todos os prejuízos, mas lhe não perdoaram o crime.
() — Indenizaram-lhe por todos os prejuízos, mas não lhe perdoaram o crime.
() — Indenizaram-lo de todos os prejuízos, mas não lhe perdoaram o crime.

- c) () — Dera cumprimento os seus deveres, por isso o investiram nas funções de chefe.
() — Dera cumprimento de seus deveres, por isso o investiram as funções de chefe.
() — Dera cumprimento a seus deveres, por isso lhe investiram as funções de chefe.
() — Dera cumprimento a seus deveres, por isso lhe investiram nas funções de chefe.
() — Dera cumprimento aos seus deveres, por isso o investiram das funções de chefe.

- d) () — Trata-se de leis que devemos obedecer.
() — Tratam-se leis de que devemos obedecer.
() — Trata-se de leis à que devemos obedecer.
() — Trata-se sobre leis as quais devemos obedecer.
() — Trata-se de leis a que devemos obedecer.

15. Complete as frases abaixo com o pronome relativo conveniente, fazendo-o, quando necessário, precedido da preposição adequada:

- a) A saúde é um bem, todos os outros de nada servem.
- b) Belo o espetáculo êxito nos encantou.
- c) É muito raro reconciliarmo-nos nos feriu o amor próprio.
- d) Muito aplaudida a conferência tema todos nos interessamos.
- e) As leis do Estado, se referiu o magistrado, continuam vigendo.
- f) Fácil a prova apuração se procedeu sem perda de tempo.

16. Faça a escansão dos versos abaixo, sublinhando as sílabas rítmicas:

- a) Meu ser evaporei na lida insana
- b) Era uma mosca azul, asas de ouro e granada
- c) Filha da China ou do Indostão
- d) Arroja-te às ondas, oh! duro gigante

17. Complete o trecho abaixo com os termos cabíveis e responda à pergunta final:

Provindos das formas românicas e
os vocábulos portugueses **disse** e **ânsia**, um tem **ss**, outro **s**.
A diferença é gráfica ou fonética?

Resposta

18. Complete com os termos próprios o trecho abaixo:

Procedente de **vitta** — e de **vita** —, do latim
temos em português, respectivamente, **beta** e
Isto porque, no primeiro caso, as consoantes se
simplificam, enquanto, no segundo caso, a consoante
t intervocálica

19. Indique três diferenças de pronúncia entre os falares brasileiro e português, exemplificando cada caso com um vocábulo.

20. A língua portuguesa possui uma forma verbal que não se encontra em nenhuma das modernas línguas neolatinas:

FRANCÊS

L'épreuve durera deux heures et demie et sera composée de trois parties:

- A) Rédaction;
- B) Thème;
- C) Questions grammaticales.

Partie A — Rédaction

Comment le Brésil peut-il concilier la protection de l'environnement avec les impératifs de son développement?

La rédaction devra être écrite
en 250 mots approximativement.

Partie B — Thème

Todas as pesquisas sociais são feitas na esperança de se encontrar um remanescente do "homem de bem". Toda sociedade humana gravita em torno de um certo tipo de gente que é sempre considerada como seu modelo. Estes modelos, morais e socialmente dirigentes, se renovavam através dos séculos e se multiplicavam por uma relação assídua e cotidiana.

Nos últimos 100 anos foram substituídos por uma nova classe dirigente, sem exemplo na História. Podemos assinalar os seus arautos ainda no século XVIII. Foi aí que a vida humana passou a ser dominada por uma nova aristocracia: os intelectuais, que não cessam de renascer sob as formas mais diversas. Escritores, jornalistas, artistas, sábios, pensadores, todos os identificados

por Thibaudet na sua República de Professores, e que hoje estão colocados como tecnocratas no campo da política, da informação, das relações sociais, da economia, da religião, todos, ou quase todos impondo ao homem contemporâneo suas mensagens, mandamentos, instruções, diretivas e consignas. Consideram-se investidos de uma missão: mudar as idéias e os gostos, impor uma nova concepção do mundo, fazer surgir da alquimia da evolução ou da magia da revolução um homem novo, uma nova sociedade.

(Nuno Veloso — Jornal do Brasil
9 de setembro de 1972).

Partie C — Questions Grammaticales

- 1) Transformez chacune des phrases suivantes en les commençant comme indiqué:
 - Ils n'auront sans doute pas besoin de faire renouveler leur passeport.
Sans doute
 - Il a peut-être entendu dire qu'il était trop tard pour s'inscrire.
Peut-être
 - Le spectacle venait à peine de commencer qu'il a dû partir.
À peine
- 2) Introduisez l'adverbe JAMAIS dans chacune des deux phrases suivantes.
 - Ne vous est-il rien arrivé depuis que vous voyagez?
 - Promettez-moi de ne plus conduire aussi vite.
- 3) Transformez les phrases suivantes en les commençant comme indiqué.
 - Si j'ai des capitaux à investir, j'achèterai des actions.
Si j'avais
Si j'avais eu
 - Si la tenue de soirée est de rigueur, nous n'irons pas à l'Opéra ce soir.
Si la tenue de soirée était
Si la tenue de soirée avait été
- 4) Répondez aux questions suivantes en utilisant un pronom à la place de chacun des termes soulignés.
 - Avez-vous compris la leçon?
Oui,
 - Où avez-vous pris les enveloppes?
Je
 - Lui avez-vous donné cette machine à écrire?
Oui,
- 5) Composez une phrase complète utilisant chacune des expressions suivantes:
AVANT QUE
APRÈS QUE
À MOINS QUE

INGLÊS

This test lasts for 2 1/2 hours, and consists of three parts:

- A) Composition;
- B) Translation;
- C) Questions on grammar and structure.

Part A — Composition

Write on the following subject:

Are educated people happier than primitive ones?

The composition should be about
250 words in length.

Part B — Translation

Sete países da Europa foram atingidos pelas chuvas, tempestades de neve e ventos que em dois dias já mataram pelo menos 63 pessoas e deixaram centenas de feridos e desabrigados.

O maior número de vítimas foi registrado na Alemanha Ocidental, onde 33 pessoas morreram em consequência de inundações, desabamentos de telhados e queda de árvores.

Nas montanhas a Leste da França, máquinas limpadoras de neve abriram caminho para diversas ambulâncias, a fim de que fossem resgatadas 26 crianças que ficaram presas durante 24 horas em uma cabana sem calefação.

Na Irlanda do Sul, todas as forças de segurança foram mobilizadas para enfrentar a pior inundação do país em dez anos. Inglaterra, Holanda e Bélgica foram os outros países atingidos, com um número reduzido de vítimas, porém com grandes danos materiais.

Ventos de 150 quilômetros por hora impediram a partida de navios nos portos do Atlântico e do canal da Mancha. No porto de Rotterdam, na Holanda, os ventos derrubaram guindastes e danificaram diversos navios.

Jornal do Brasil, 15-11-72.

Part C — Questions on Grammar and Structure

- I) Put in "a" or "the" in the spaces where necessary.
Where neither "a" nor "the" is necessary, put the sign Ø.

1. _____ men, who lack wings, cannot fly. Nor can they swim, or run very fast.
 2. _____ Beethoven's music is considered to be among the greatest in the world.
 3. What kind of film do _____ most people like to see?
 4. I have studied _____ American literature for several years now.
 5. We have called _____ police, and now we are waiting!
- II) Put in the correct word or phrase from among those given below each sentence.
6. He was not a brilliant thinker. He was, _____, a very patient one.
 - (a) on the contrary
 - (b) yet
 - (c) on the other hand
 - (d) although
 - (e) besides
 7. _____ many attempts he remained unable to decipher the documents.
 - (a) lest
 - (b) despite
 - (c) although
 - (d) however
 - (e) though
 8. _____ loud he shouted, nobody took any notice of him.
 - (a) however
 - (b) lest
 - (c) nevertheless
 - (d) whether
 - (e) anyway
 9. He held on tight, gripping the rope with both hands, _____ he should fall and hurt himself.
 - (a) nevertheless
 - (b) despite
 - (c) lest
 - (d) however
 - (e) in any case
 10. I can't afford this book. _____ it's too difficult for me to understand.
 - (a) However
 - (b) Anyway
 - (c) Although
 - (d) On the other hand
 - (e) Lest

- III) Rewrite the following quotations, beginning as shown and continuing as in the example (i.e. reporting what is said).

Ex. "It's raining".

He said **that it was raining.**

11. "Shall I take the book with me or may I leave it with you?"

She asked me _____

12. "Nobody should have difficulty with this easy question".

He said _____

13. "Somebody must have broken my watch".

He said _____

14. "Don't waste your time. It's getting late."

He told us _____

15. "Does 'ouro' mean 'gold'?"

I asked him _____

- IV) Put a dash (—) for each syllable of the following words, and mark the **stressed** syllable with a stroke (/), as in the following examples:

doctor —/— —

America — —/— —

16. exchanges
17. development
18. reproduced
19. separating
20. independence

TEXTO DAS PROVAS VESTIBULARES FINAIS

PORTUGUÊS

A — Redação

Valor: 50 pontos.

Extensão: 450 a 600 palavras.

Discorra sobre o seguinte tema:

"Muitos pregadores há que vivem do que não colheram, e semeiam o que não trabalharam".

B — Literatura

1 — Faça o comentário crítico da **Correspondência de Fradique Mendes**, situando-a no conjunto de obras do autor e apreciando-a como expressão do contexto cultural.

(Cerca de 200 palavras)

Valor: 10 pontos.

2 — Apoiado na leitura que fez de **A Túnica Inconsútil**, teça considerações críticas que avaliem e comprovem a justeza, ou não, do julgamento abaixo transcrito:

Outro possível defeito que Jorge de Lima converteu numa das mais curiosas qualidades da sua poesia é a falta de invenção poética. Este seu livro de **A Túnica Inconsútil** será o melhor exemplo que ele já nos deu deste seu aspecto. Mas outra vez aqui, sempre será preciso distinguir entre falta de invenção e falta de imaginação. Se Jorge de Lima tivesse vivido alguns séculos atrás teria sido por certo um desses grandes plagiários à feição de Shakespeare ou de Camões. Não creio que com a mesma força de genialidade, estas aproximações são sempre muito perigosas, mas da mesma

qualidade que eles. Quero dizer: Jorge de Lima plagiaria, da mesma forma sempre criadora, com que Camões plagiou o **Super Flumina Babylonis** no **Sobolos rios que vão**. Dos poemas importantes de Jorge de Lima (e **A Túnica Inconsútil** pode perfeitamente ser considerada um poema só, como quer o poeta), dos poemas importantes de Jorge de Lima não haverá talvez um único, de que não se possa descobrir a fonte de inspiração noutro poema moderno brasileiro.

(Cerca de 250 palavras)

Valor: 15 pontos.

C — Resumo

Após leitura do trecho abaixo, resuma as idéias e considerações fundamentais do autor sobre o **tema** desenvolvido.

NOTA: Valha-se o candidato de seus próprios recursos expressivos!

(De 150 a 200 palavras no máximo)

Valor: 25 pontos.

— “Faço idéia do seu desapontamento quando receber esta carta em vez da nossa Revista costumada dos domingos; mas tenha paciência, e lembre-se que o acaso é um menino cheio de caprichos que nos dirige a seu modo, sem ter ao menos a delicadeza de nos consultar de vez em quando. **Fatis agimur, cedite fatis.**

Sei que há de ficar maçadíssimo comigo, que me acusará de remisso e negligente, e acumulará sobre a minha cabeça uma série de sinônimos de igual jaez capaz de envergonhar qualquer Cícero provinciano dos mais afamados na oratória.

É já prevenindo esta eventualidade que tomo o prudente alvitre de escrever-lhe, e não ir verbalmente desfiar o longo rosário de desculpas que a minha imaginação, sem que lho encomendasse eu, teve o cuidado de ir preparando apenas pressentiu os primeiros pródromos da preguiça.

O que vale é que a borrasca há de passar. Quanto maior for a zanga, tanto maior graça há de achar depois no logro que lhe preguei, involuntariamente, está entendido; e por fim de contas, quando se lembra do seu tempo de folhetinista, estou certo que me há de dar carradas de razões. Previno-o, porém, desde já que não é preciso mandar-me à casa as tais carradas de razões; isto pode importar-lhe uma grande despesa de carretos sem necessidade.

Decidi contar-lhe confidencialmente a minha vida desta semana para que não lhe reste a menor dúvida sobre a boa-fé com que procedi em todo este negócio, e para assim habilitá-lo a redigir uma daquelas desculpas da rotina, com que ordinariamente os jornais (compreendido o nosso por

política) embaçam os leitores, logo pela manhã, e em jejum, ocasião esta em que naturalmente os carapetões são de mais fácil digestão.

Os nossos velhos da era antiga diziam que não havia domingo sem missa, nem segunda-feira sem preguiça. A primeira parte deste provérbio tem sofrido nos últimos tempos alguma modificação, principalmente a respeito dos redatores dos grandes jornais, que substituíram à missa o folhetim. Mas em compensação ninguém ainda se animou a contestar a segunda e última parte do anêxio, e por isso na segunda-feira, redatores, folhetinistas, leitores e leitoras, todos desejariam poder saborear as delícias do **dolce far niente**. Como isto não é possível a todos, o que se segue é que muitas vezes o corpo parece que trabalha, enquanto a mente, como uma sultana favorita, se embala molemente nas doces recordações do domingo e de toda a semana passada.

O redator estende a folha de papel para escrever o seu artigo de fundo; mas, quando procura pelo pensamento, vai descobri-lo no fundo de algum **boudoir** elegante, donde não há forças que o possam arrancar. Resulta daí que, depois de algumas horas de esforço baldado, o tal artigo de fundo fica no fundo do tinteiro.

A mocinha com os olhos quebrados e corpinho lânguido toma o seu bordado e começa a trabalhar. Pensa que está fazendo ponto de crochê? Qual! está fazendo namoro a crochê. Os olhos e a boquinha são os ganchos; cada ponto é um olhar provocador; cada malha um jogo vivo de sorrisos à direita e à esquerda. Quando a agulha fere-lhe um dos dedinhos rosados, sou capaz de apostar que lembrou-se de um despeito ou de um arrufo no baile.

A respeito do folhetinista não falemos. Na segunda-feira tem a cabeça que é um caos de recordações, de fatos, de anedotas e observações curiosas. A imaginação toma ares de pintor chinês, e começa a desenhar-lhe flores e arabescos de um colorido magnífico. As idéias dançam uma contradança no Cassino. A memória passeia no meio do salão, de braço dado com a ironia, gracejando e fazendo reflexões a propósito.

Enfim os cinco sentidos põem-se ao fresco, e largam-se a passear cada um para seu lado. O ouvido a **flâner** recorda a cabaleta do **Trovatore**. O paladar e o olfato sentam-se comodamente à mesa da ceia. O olhar erige-se em daguerreotipeiro e diverte-se em tirar retratos **d'après nature**. E o tato vai estudar praticamente o magnetismo, para descobrir as causas misteriosas dos estremecimentos que produz a pressão doce e tépida de uma mãozinha delicada.

À vista disto, meu caro redator, já vê que a segunda-feira é um dia inteiramente perdido, e que só vem na folhinha para encher o número dos sete que formam a semana, assim como sucede nas listas tríplices para senador. Acredite que não se faz nada, nem mesmo quando se possui a receita

infalível, que eu tenho sobre a mesa, de um libelo ou de uns provarás, cujo efeito poderoso o senhor deve conhecer.

Os antigos tinham razão. E estou certo que, se Josué vivesse no nosso século, havia de adotar o anexim português, e, pedindo licença a Galileu, todos os domingos à meia-noite faria parar o sol até terça-feira, para assim poder bem saborear o dia consagrado à preguiça, sem temer a claridade importuna que de madrugada, isto é, às desoras, vem bater-nos nas pálpebras, como um credor impertinente que não compreende a verdadeira organização do crédito.

Ora, eu sei que me podem objetar que a Bíblia manda trabalhar seis dias e descansar no sétimo. Mas aquele preceito foi inventado na primeira semana, isto é, quando não se tinha trabalho antes; e por isso não podia haver preguiça na segunda-feira. Além de que, como ainda não se sabia ao certo o peso do trabalho da semana, julgou-se que era bastante um só dia de descanso. Veja o senhor, que é deputado, o inconveniente de fazer leis sem primeiro estudarem-se profundamente as necessidades públicas.

Logo que os homens aprenderam por experiência própria quanto custavam os tais seis dias de trabalho, assentaram que era preciso pelo menos dois ou três dias de descanso. Daí veio que os antigos, pensando sobre a gravidade do caso, inventaram os dias santos para iludirem o preceito da Bíblia; e modernamente se instituiu nas semanas em que não há dias santos, o feriado da quinta-feira para os estudantes e lentos, porém especialmente para estes.

Enfim o nosso amável redator sabe que a própria astronomia confirma a convicção profunda em que estou de que pelas leis divinas e humanas a segunda-feira deve ser completamente consagrada à preguiça. A segunda-feira é o dia da lua, e ninguém ignora a influência poderosa que exerce esta senhora sobre os pobres mortais, a quem ela persegue como uma velha cheia de flatos e medeixas. Ora, não podendo o corpo assim indisposto entregar-se ao trabalho, é evidente que as próprias leis físicas, que regulam a harmonia e o equilíbrio do mundo, destinaram a segunda-feira para a calaçaria.

Parece-me que tenho provado o ponto controvertido, com argumentos dignos de figurar em uma conclusão magna. Está a segunda-feira, portanto, fora de toda a questão; e por isso, tranqüilo na minha consciência, não tenho o menor escrúpulo em confessar-lhe que naquele dia não trabalhei.

Passei o dia, como faço-lhe a justiça de acreditar que passou o seu, sem dar atenção às misérias deste mundo; e tratando de realizar aquele dito de Marcial, que apesar de poeta (com perdão de V. S.^a) disse um dia uma coisa boa, talvez mesmo por não ser muito forte na poesia: **Vivere bis, vita posse priore fruire.**

Acho escusado dizer-lhe que, apesar de ser o dia inteiramente contemplativo, não me descuidei da carne, e tive o cuidado da almoço, jantar e cear. À noite fui ao Teatro Lírico ouvir ainda uma vez o **Trovatore** e ver Leonora morrer depois de nos ter dado algumas horas de vida deliriosa.

Desejava trazer alguma idéia boa para nosso folhetim. Mas o senhor sabe o que é uma idéia; é a coisa mais bandoleira e mais volúvel que eu conheço. As idéias são as borboletas do espírito; são, como diz um provérbio oriental a respeito das mulheres, a sombra do nosso corpo que nos acompanha sempre, e que nos foge apenas as queremos apanhar.

Esperei por conseguinte pela terça-feira, em que verdadeiramente devia começar o trabalho da semana, segundo os princípios que já tive a honra de lhe expender. Entretanto, servindo-me eu daqueles mesmos princípios com que provei que os antigos tinham toda a razão em destinar a segunda-feira para o santo ócio, sucedeu que tive na terça-feira ao acordar uma lembrança luminosa, cujo peso deixo ao seu alto critério.

Se os antigos, que não tinham baile, nem teatros líricos, nem concertos, nem clubes, nem corridas, e que se contentavam com algum sarau de vez em quando, inventaram os dias santos para filarem assim dois dias de descanso, nós, que temos durante a semana todo esse enorme acréscimo de trabalho imposto pela sociedade, nós que já fomos privados dos dias santos, devemos em todo o rigor da justiça lograr mais um dia de descanso, e juntar a terça-feira à segunda, a fim de poder na quinta encetar o trabalho, com o espírito calmo e o corpo bem disposto.

Este argumento sem réplica calou-me no ânimo a convicção inabalável de que seria anti-racional e antifilosófico trabalhar na terça-feira, principalmente estando todo preocupado com o baile do Cassino, que devia ter lugar à noite.

Por conseguinte, levei o dia literalmente a esperar pela noite, e a ler as notícias da Europa, chegadas pelo **Maria 2.^a**

FRANCÊS

1ère Partie — Rédaction

Valeur: 50 points
Minimum: 400 mots

Rôle et importance de la science dans l'ensemble des activités d'un pays.

2ème Partie — Thème

Valeur: 35 points

Traduire en français

Matisse dizia que é preciso ver sempre com os olhos da criança. Eu prefiro dizer que melhor seria ver sempre com os próprios olhos. E concordo com

Matisse, que é muito difícil, e exige muito esforço, sobretudo no mundo atual, ver as coisas na sua verdade. Mas a criança, com a sua visão pura, simples e direta, vê e descobre o que é essencial nas coisas. E perde essa qualidade porque a escola substitui essa forma simples de agir ao trocar a experiência viva por todo um sistema complexo de imagens e conceitos pré-fabricados.

O mundo, cheio de interesse para a criança, vai sendo reduzido a um círculo de giz. Frio e vazio. E a criança se perde no emaranhado de preconceitos e de imagens pré-fabricadas, onde mal se podem vislumbrar os seus primeiros impulsos — impulsos puros e generosos de conhecer o mundo para melhor amá-lo. Ensina-se a criança a desenhar um cavalo como se ela não o soubesse. Impõe-se que cada uma se pareça com a outra, ou seja, que se desfigure perdendo a imagem preservada, a do criador.

Um professor certa vez visitou uma exposição de desenhos. Havia dezenas deles, representando um pato. Todos parecidos uns com os outros. Quando ele perguntou a uma das crianças qual era o seu, ela, aturdida e angustiada, tentou encontrá-lo. E quando apontou para um deles, ocorreu ao professor, dadas as dúvidas da criança durante a busca, perguntar como sabia que aquele era o seu desenho. A criança respondeu: eu tinha as mãos sujas, e lá o meu desenho está sujo. A escola tradicional e rotineira promove esse fatal e terrível desencontro do homem consigo mesmo.

AUGUSTO RODRIGUES

3ª Parte — Questions

Valeur: 15 points

L'être constitue une forme possible de possession. Si je m'identifie à l'objet, il ne m'est plus étranger; je deviens sa substance. Ainsi le roi d'Angleterre était l'Angleterre, le duc de Bourgogne était la Bourgogne. Cette assimilation est-elle réservée à ceux qui sont dotés d'une haute naissance ou d'une grâce mystique? Il semble que l'on puisse laïciser le thème. L'homme peut consentir à se déposséder de lui-même et à s'abolir dans la ville. Quand cet abandon est total, il va bien au-delà de la fierté d'appartenir à une cité prospère ou connue. Le fleuve, la prairie, les blés ondulents, germinant, coulent, verdissent, bref possèdent assez de ressources pour se joindre à l'homme, pour le refaçonner, pour l'engendrer en quelque sorte. Notre premier mouvement, au contraire, est de refuser de tels pouvoirs au minéral. Ce serait oublier que les pierres d'une ville existent, qu'elles ont derrière elles une longue histoire, que leur vue suffit à façonner un regard, une taille, une manière de plaisanter et de voir et de défendre son honneur. Paris ferait le parisien comme la Normandie fait le normand et la prairie — et à travers les siècles, les Parisiens retrouvent la même fierté devant l'oppresseur, la même ironie à l'égard des pouvoirs établis. Nous devrions évoquer tous ceux qui se laissent victorieusement traverser par une ville,

parce qu'ils vivent à même la rue: le chauffeur de taxi, la marchande de quatre saisons, le clochard, l'artisan, le livreur et ils deviennent souvent les initiateurs d'une réalité qu'ils possèdent, véritables initiateurs comme le sont, dans les civilisations traditionnelles, les boîteurs, les névrosés.

(Pierre SANSOT — Poétique de la ville)

Après avoir lu attentivement le texte, répondez aux questions.

Questions

1. "Si je m'identifie à l'objet, il ne m'est plus étranger; je deviens sa substance."
Transformez cette phrase en la commençant par "Si je m'identifiais..."
2. "Cette assimilation est-elle réservée d'une grâce mystique?"
Dans cette phrase, remplacez À CEUX par À CELLE et effectuez les transformations nécessaires.
3. "L'homme peut consentir et à s'abolir dans la ville."
Transformez cette phrase en la commençant par "Les hommes"
4. Construisez une phrase utilisant le verbe ABOLIR.
5. Donnez un synonyme de ce verbe et utilisez-le dans une phrase.
6. "Le fleuve, la prairie, l'engendrer en quelque sorte."
Transposez cette phrase dans le futur.
7. Transformez cette même phrase en mettant le mot "homme" au pluriel.
8. "..... pour l'engendrer EN QUELQUE SORTE."
Construisez une phrase où vous utiliserez l'expression soulignée.
9. "..... refuser de tels pouvoirs au minéral."
Transformez ce membre de phrase en utilisant "possibilités" à la place de "pouvoirs."
10. "Paris ferait le parisien"
Quelle est ici la valeur du conditionnel?
11. "..... la même fierté devant l'OPPRESSEUR."
Quel est le verbe correspondant au substantif souligné?
12. "La même ironie à l'égard des pouvoirs établis."
Construisez une phrase utilisant l'expression À L'ÉGARD DE.
13. "Nous devrions évoquer par une ville."
Transformez cette phrase en remplaçant le verbe DEVOIR par le verbe FALLOIR suivi de la conjonction QUE.

14. "parce qu'ils vivent À MÊME la rue."
Donnez le sens de l'expression soulignée.
15. "Ils deviennent souvent les initiateurs les névrosés."
Commentez cette phrase.

INGLÊS

Part I — Composition

Value: 50 marks

Discuss the following subject in a composition of not less than 400 words:
Is uncontrolled urban development, the growth of the super-city, to be feared
or applauded?

Part II — Translation

Value: 35 marks

Uma por uma, Sarah ia colocando no painel magnético figuras de plásticos coloridas e imantadas. Com algumas hesitações, conseguiu formar a frase: "Sarah põe (a) maçã (no) balde (e a) banana (no) prato". O que pareceria excessivamente simples para uma criança

- 5 de cinco anos é, no entanto, uma prodigiosa façanha no caso de Sarah — uma chimpanzé que, desde 1966, vem sendo treinada pelo casal de psicólogos Ann e David Premack, na Universidade da Califórnia. Hoje, seu vocabulário é de 130 palavras, que ela usa com 80% de segurança, para definir cores, formatos e tamanhos de objetos
- 10 ou até suas próprias preferências.
- Há mais ou menos quarenta anos que se fazem tentativas semelhantes com macacos: em 1930, Gua chegou a compreender cem palavras; dez anos depois, Vicki balbuciou com alguma dificuldade "mamãe", "papai" e "xícara"; e, recentemente, Washoes aprendeu a se comunicar
- 15 através da linguagem de mímica americana, com os dedos e as mãos. Mas nenhuma terá sido tão decisiva quanto a Sarah dos Premack. Partindo do pressuposto de que a linguagem não é o sistema exclusivamente humano de comunicação, como sempre se acreditou, eles conseguiram provar com Sarah que o menosprezo pelo talento de um
- 20 animal é apenas uma questão de preconceito.
- Para prová-lo, os psicólogos começaram por criar uma série de símbolos de feitios e cores variados, cuja futura disposição no painel a própria Sarah escolheu: em sentenças verticais, à chinesa. Mas "escrever" foi o resultado de um treinamento paciente, onde se
- 25 adotou o método aconselhável da troca. O primeiro passo foi colocar entre o treinador e Sarah um pedaço de banana e permitir que ela o comesse. Depois de repetir diversas vezes a manobra, o treinador

- substituiu a fruta por um quadrado de plástico e deixou a banana apenas ao alcance de sua vista. Para obtê-la, Sarah deveria agora
- 30 colocar a figura no painel, ao lado de sua jaula.

(Revista "Veja", 21-02-73)

Parte III — Text Questions

Value: 15 marks

Answer the questions when you have read the text carefully.

- The scenery changed as we approached Istanbul. The grassy sea was left behind and the express slowed down to the speed of a little local commuters' train. When I leant from the window I could see over a wall into the yard of a cottage; I was in talking distance
- 5 of a red-skirted girl who looked up at us as we crawled by; a man mounted a bicycle and for a while kept pace with us. Birds on a red-tiled roof looked down their long beaks and spoke together like village gossips.
- I said, "I'm awfully afraid that Tooley's going to have a baby".
- 10 "She ought to take precautions, Henry, but in any case it's far too early for you to worry".
- "Good heavens, Aunt Augusta. I didn't mean that how can you possibly think?"
- "It's a natural conclusion," my aunt said, "you have been much
- 15 together. And the girl has a certain puppy charm".
- "I'm too old for that sort of thing".
- "You are a young man in your fifties," Aunt Augusta replied.
- The door of the restaurant car clanged, and there was Tooley, but a Tooley transformed. Perhaps it was only that she had put on
- 20 less shadow, but her eyes seemed to be sparkling as I had never known them to do before. "Hi," she called down the length of the car.

(Graham Greene: Travels with my Aunt)

- A. Rewrite the following sentences, beginning as shown. Make any alterations necessary to retain the meaning of the original as closely as possible.
- The scenery changed as we approached Istanbul.
The scenery changed during
 - The express slowed down to the speed of a little local commuters' train.
The express slowed down until

3. I was in talking distance of a red-skirted girl.
I was so close
4. In any case it's far too early for you to worry.
In any case you
5. Her eyes seemed to be sparkling as I had never known them to
do before.
I had never known her eyes

B. Complete the following sentence-beginning so that it reflects what we are told in lines 14-15:

Henry's aunt derived her conclusion from the fact of
..... and

C. Replace the dots (...) in lines 12 and 13 by several words in each case to show what Henry might have said if he had completed his statements:

I didn't mean that
How can you possibly think

GEOGRAFIA

Parte A — Dissertação

Tipos de migrações internas no Brasil; suas causas e repercussões sobre o espaço econômico nacional.

Valor: Roteiro: 5 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos

Parte B — Questões

1. Analise, exemplificando, o papel do clima e do relevo na limitação do espaço agrícola, e a contribuição da ciência e da tecnologia na conquista desse mesmo espaço.

Valor: 20 pontos

2. Comparando um país em desenvolvimento e um país desenvolvido, explique, exemplificando, os tipos de indústrias neles predominantes.

Valor: 20 pontos

3. Focalize as áreas de grandes concentrações demográficas no Sul e Sudeste asiático, ressaltando as razões dessa concentração e o tipo de organização do espaço aí dominante.

Valor: 20 pontos

Nota: vinte (20) linhas para cada pergunta (Parte B).

HISTÓRIA DO BRASIL

Parte A — Dissertação

Economia do Brasil nos séculos XVI e XVII.

Valor: 40 pontos
(Roteiro: 5 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos)

Parte B — Questões

1. Correntes políticas no período regencial.
2. O Barão de Penedo e a diplomacia do 2.º Reinado.
3. A questão do Amapá.

Valor: 20 pontos cada questão
Limite: 20 linhas aproximadamente,
cada item.

HISTÓRIA MUNDIAL

1.ª Parte — Dissertação

A política europeia do fim do século XIX e início do século XX: a formação da Tríplice Aliança e da Entente Cordiale.

Valor: 40 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos
Roteiro: 5 pontos

2.ª Parte — Questões

- a) O papel do Presidente Woodrow Wilson na 1.ª Guerra Mundial e na paz de Versalhes.
- b) A época de Porfírio Dias e a Revolução Mexicana: caracteres das duas fases.

Valor: 30 pontos para cada item.
Extensão: 20 linhas, aproximadamente,
para cada item.

DIREITO

1.ª Parte — Dissertação

A autonomia da vontade e a ordem pública.

Valor: 40 pontos.
Extensão: 60 linhas.

2.ª Parte — Questões

- 1.ª) Conceito e espécies de sucessão.
- 2.ª) Quais as características da sociedade por quotas, de responsabilidade limitada?
- 3.ª) Quais as principais distinções entre a letra de câmbio e a nota promissória?
- 4.ª) Conceito de aeronave.

Valor: 15 pontos cada questão.

LEGISLAÇÃO

DECRETO N.º 71.534, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972 (*)

Dispõe sobre a estrutura, funcionamento e competência do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição e tendo em vista os artigos 39 e 198, do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, decreta:

.....

Título IV

Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores

Art. 6.º A Secretaria de Estado, órgão central do Ministério das Relações Exteriores, orienta, coordena e superintende as Missões Diplomáticas e Repartições Consulares.

Art. 7.º A Secretaria de Estado compreende:

- I — Secretaria-Geral das Relações Exteriores;
- II — Órgãos de assistência direta;
- III — Departamentos funcionais e geográficos a serem estabelecidos em regimento;
- IV — Cerimonial;
- V — Assessorias a serem estabelecidas em regimento;
- VI — Instituto Rio-Branco;
- VII — Inspeção-Geral de Finanças.

(*) Complementado pela Portaria Ministerial n.º 357, de 15 de março de 1973.

Parágrafo único. Integram, ainda, a Secretaria de Estado a Comissão de Coordenação e a Comissão de Avaliação de Merecimento.

.....

Art. 15. O Instituto Rio-Branco tem por finalidade o recrutamento, a seleção e a formação de pessoal para a Carreira de Diplomata, assim como a execução de cursos de aperfeiçoamento ou especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores.

§ 1.º Cabe ao Instituto Rio-Branco organizar os concursos de provas que se fizerem necessários ao preenchimento das finalidades de que trata este artigo.

§ 2.º O Diretor do Instituto Rio-Branco será nomeado pelo Presidente da República, dentre os ocupantes de cargo de Ministro de Primeira Classe ou de Ministro de Segunda Classe.

.....

(Publicado no Diário Oficial de 13 de dezembro de 1972)

PORTARIA N.º 357, DE 15 DE MARÇO DE 1973

Baixa o Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando da atribuição que lhe confere o artigo 85 (item II), da Constituição;

com observância do Decreto n.º 71.534, de 12 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a estrutura básica, funcionamento e competência do Ministério das Relações Exteriores;

tendo em vista o artigo 198 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967; e

considerando estar a matéria prévia e devidamente examinada pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, nos termos do artigo 6.º do Decreto n.º 68.885, de 6 de julho de 1971

Resolve baixar o seguinte

**REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES (RISE)**

.....

Capítulo 16

Do Instituto Rio-Branco

Art. 134. Compete ao Instituto Rio-Branco (IRBR) incumbir-se:

I — do recrutamento, seleção e formação de pessoal para a Carreira de Diplomata; e

II — da execução de cursos de aperfeiçoamento ou especialização de funcionários do M.R.E.

Art. 135. O Instituto Rio-Branco compreende:

1. Coordenação de Ensino (CEBR); e
2. Secretaria (SBR).

Art. 136. Cabe ao Diretor do Instituto Rio-Branco (IRBR):

- I — orientar as atividades das unidades administrativas que integram o IRBR;
- II — assinar correspondência dirigida a autoridade de nível equivalente em órgãos federais, estaduais ou municipais, autarquias ou outras entidades;
- III — assegurar ligações com entidades de ensino ou pesquisa que se ocupem de assuntos de interesse para o Instituto;
- IV — submeter à Comissão de Coordenação do M.R.E. projetos de convênios com outras instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras, relativos a cursos ou programas de estudo do Instituto;
- V — apresentar o relatório anual do Instituto;
- VI — elogiar, aplicar pena disciplinar a Aluno e propor, na forma regulamentar, sua exclusão do Instituto;
- VII — assinar diploma ou certificado de conclusão de curso;
- VIII — julgar em última instância recurso sobre nota atribuída a exercício, prova ou exame;
- IX — requisitar entrega de adiantamentos, autorizar despesas e ordenar pagamentos à conta dos créditos distribuídos ao Instituto;
- X — conceder, mediante portaria, bolsas-de-estudo e de pesquisa; e
- XI — apresentar à CCRE o programa anual de estudos e atividades do Instituto.

Art. 137. Compete à Coordenação de Ensino do Instituto Rio-Branco (CEBR):

- I — organizar o Plano Anual de Cursos, a ser examinado pela Comissão de Coordenação do Itamaraty, para a formação e o aperfeiçoamento do pessoal da Carreira de Diplomata;
- II — em articulação com a Divisão do Pessoal, organizar cursos de treinamento, aperfeiçoamento ou especialização válidos para efeitos de ascensão ou progressão de funcionários do M.R.E. não pertencentes à Carreira de Diplomata;
- III — planejar viagens de instrução de Alunos do Instituto;
- IV — opinar sobre problemas de ensino; e
- V — organizar o Plano Anual de Pesquisas e Publicações do Instituto.

Art. 138. Cabe ao Coordenador de Ensino do Instituto Rio-Branco:

- I — fiscalizar o funcionamento dos cursos;

II — controlar o rendimento do ensino e, se necessário, sugerir medidas que visem a seu aprimoramento;

III — acompanhar o aproveitamento individual dos Alunos;

IV — opinar sobre propostas de pesquisa apresentadas ao Instituto;

V — opinar sobre a concessão das bolsas-de-estudo ou pesquisa;

VI — exercer a função de relator das comissões constituídas pelo Diretor para opinar sobre recurso interposto por Aluno ou candidato e relativo a nota atribuída em exercício, prova ou exame; e

VII — opinar, do ponto de vista do interesse do ensino, sobre designação ou dispensa de professor ou instrutor.

Art. 139. Compete à Secretaria do Instituto Rio-Branco (SBR):

I — elaborar a proposta orçamentária relativa às dotações necessárias ao funcionamento do IRBR;

II — providenciar a publicação dos editais de abertura, encerramento, aprovação e homologação de concursos e de cancelamento de inscrições;

III — tomar as providências necessárias para o funcionamento de todos os cursos;

IV — providenciar a expedição de diplomas ou certificados de conclusão de cursos;

V — providenciar a publicação do "Anuário do Instituto Rio-Branco" e de livros ou monografias de interesse do Instituto;

VI — transferir para a DI, por intermédio da DP, a documentação individual constante de seu arquivo referente aos egressos do Instituto que devam ser nomeados para a Carreira de Diplomata;

VII — organizar as viagens de instrução de Alunos do Instituto;

VIII — manter registro das notas atribuídas nos concursos e cursos e proceder a cálculo de média e estabelecer as classificações;

IX — providenciar a lavratura das atas das provas e exames orais, das reuniões do Corpo Docente, das bancas examinadoras e das comissões para apreciação de recursos;

X — assistir o Corpo Docente nos assuntos de caráter administrativo; e

XI — em articulação com a Divisão de Documentação Diplomática da Secretaria de Estado, organizar a biblioteca do Instituto.

Art. 140. Cabe ao Chefe da Secretaria do Instituto Rio-Branco:

I — exercer a supervisão das atividades de natureza administrativa necessárias ao funcionamento do Instituto;

II — opinar sobre a concessão de bolsas de estudo; e

III — propor ao Diretor a aplicação de pena disciplinar a Alunos.

PORTARIA MINISTERIAL N.º 365, DE 2 DE AGOSTO DE 1973

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n.º 71.534, de 12 de dezembro de 1972, publicado no **Diário Oficial** de 13 de dezembro de 1972 e considerando o disposto no artigo 15 do mesmo decreto,

Resolve:

Baixar as seguintes instruções para a realização das Provas do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

I — A seleção prévia compreenderá provas escritas e eliminatórias de Português, Francês e Inglês.

II — As provas vestibulares finais, igualmente escritas e eliminatórias, versarão sobre as seguintes matérias: Geografia, História do Brasil, História Mundial e Direito.

III — Para o cálculo da média global do Exame Vestibular, atribuir-se-á peso 2 (dois) às notas de Português, Francês e Inglês e peso 1 (um) às notas das demais matérias.

IV — Em caso de empate na classificação final, o desempate se fará em favor do candidato que tiver, sucessivamente:

- a) melhor nota em Português;
- b) melhor média no conjunto de Francês e Inglês;
- c) mais idade.

V — Os programas do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata serão estabelecidos por Edital do Diretor do Instituto Rio-Branco, ouvido previamente o Ministro de Estado das Relações Exteriores.

VI — O Diretor do Instituto Rio-Branco baixará os atos complementares necessários ao cumprimento destas instruções.

Mario Gibson Barboza

(Publicada no Diário Oficial de 9 de agosto de 1973)

Edital

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 4 de setembro ao dia 27 de outubro de 1972, na sede do Instituto na Avenida Marechal Floriano n.º 196, Rio de Janeiro, e no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pelas Portarias Ministeriais n.ºs 268 e 269, de 14 de janeiro de 1969 (**Diários Oficiais** de 17 e 28 de janeiro de 1969), e às Instruções que acompanham o presente Edital.

É fixado em 30 (trinta) o número de vagas no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata a serem providas pelos candidatos aprovados no Exame Vestibular, os quais serão aproveitados de acordo com a ordem de classificação.

Rio de Janeiro, em 10 de agosto de 1972.

PESSOAL

PESSOAL DO INSTITUTO RIO-BRANCO
DE 1945 A 1973

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
DIRETORES		
Hildebrando Pompeu Pinto Accioly	Embaixador	28-04-1945 a 13-01-1947
Hélio Lobo	Ministro	15-01-1947 a 24-04-1947
Lafayette de Carvalho e Silva	Embaixador	24-04-1947 a 26-01-1956
Antonio Camillo de Oliveira	Embaixador	28-01-1956 a 21-06-1966
Antonio Corrêa do Lago	Embaixador	21-06-1966 a 17-11-1969
Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva	Embaixador	17-11-1969 a 31-07-1972
Frederico Carlos Caruaíba (*)	Ministro	31-07-1972 a 24-05-1973
Alfredo Teixeira Valladão	Embaixador	31-05-1973 a
COORDENADOR DE CURSOS		
Jorge Alberto de Seixas Corrêa	Ministro	13-05-1969 a 11-07-1972
COORDENADOR DE ENSINO		
Raphael Valentino Sobrinho	Secretário	05-07-1973 a
CHEFES DA SECRETARIA		
Labieno Salgado dos Santos	Ministro	01-09-1945 a 03-06-1946
Jacome Baggi de Berenguer César	Ministro	03-06-1946 a 07-01-1947
João Guimarães Rosa	Secretário	24-01-1947 a 07-08-1948
Vera Regina Amara! Sauer (*)	Cônsul	01-08-1947 a 31-08-1947
Raul Bopp	Ministro	17-09-1948 a 17-11-1951

(*) Em caráter interino.

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
Beata Vettori	Conselheiro	17-11-1951 a 30-05-1953
Jayme de Azevedo Rodrigues	Conselheiro	30-05-1953 a 11-11-1953
Antonio Corrêa do Lago	Ministro	11-11-1953 a 01-10-1954
Luiz de Almeida Nogueira Porto	Cônsul	08-10-1954 a 26-05-1955
Vera Regina Amaral Sauer	Ministro	26-05-1955 a 22-08-1962
Arnaldo Rigueira (*)	Secretário	24-09-1960 a 20-12-1960
Hélio Antonio Scarabôto	Conselheiro	22-08-1962 a 01-08-1964
Arthur Pimenta Valente	Secretário	12-08-1964 a 01-04-1965
Isócrates de Oliveira	Secretário	25-06-1965 a 01-07-1966
Fernando Paulo Simas Magalhães	Ministro	01-07-1966 a 23-12-1966
Othon do Amaral Henriques Filho	Conselheiro	28-12-1966 a 31-05-1967
Oswaldo Barreto e Silva (*)	Conselheiro	01-06-1967 a 31-07-1967
Othon do Amaral Henriques Filho	Conselheiro	01-08-1967 a 12-09-1969
Othon Guimarães	Conselheiro	12-09-1969 a 27-08-1972
José Olympio Rache de Almeida	Conselheiro	27-08-1972 a 05-07-1973
Maria da Natividade Duarte Ribeiro Petit	Secretário	05-07-1973 a

COORDENADOR EM BRASÍLIA

Arnaldo Rigueira	Conselheiro	24-03-1970 a
------------------	-------------	--------------------

CHEFES DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO (**)

Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga	Cônsul	12-05-1948 a 18-11-1949
Ayrton Diniz (*)	Cônsul	18-11-1949 a 23-06-1950
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga	Cônsul	25-06-1950 a 09-02-1951
Cláudio Garcia de Souza	Cônsul	09-02-1951 a 26-05-1952
Luiz Benjamin de Almeida Cunha (*)	Cônsul	02-04-1951 a 28-05-1951
Marcos Antônio de Salvo Coimbra (*)	Cônsul	28-05-1952 a 27-03-1953
Manoel Maria Fernandes Alcázar	Cônsul	08-06-1953 a 07-04-1954
Osires Carneiro Leão (*)	Aux. Administrativo	11-01-1954 a 10-05-1954
José Maria Vilar de Queiroz	Cônsul	07-04-1954 a 10-01-1955
Martha Freire Pereira Pinto	Escriturário	13-01-1955 a 20-01-1959
Arnaldo Rigueira	Secretário	21-01-1959 a 08-03-1961
Naura Teixeira Lopes da Cruz	Oficial de Chancelaria	25-03-1961 a 19-03-1973

CHEFES DA SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA (**)

Alvaro Moitinho Neiva (*)	Técnico de Educação	19-05-1948 a 31-12-1949
---------------------------	---------------------	-------------------------

(*) Em caráter interino.

(**) Com a publicação do Regimento Interno da Secretaria de Estado (RISE), baixado pela Portaria n.º 357, de 15 de março de 1973, que complementou o Decreto n.º 71.534, de 12 de dezembro de 1972, ficaram revogadas todas as disposições do Regimento do Instituto Rio-Branco, não mais se subdividindo a Secretaria em 3 seções. As únicas unidades administrativas que integram o IRBR são a Coordenação de Ensino e a Secretaria do Instituto.

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
Marina de Barros e Vasconcelos (*)	Professora	09-10-1951 a 13-01-1955
Rachel Blasotto Mano	Professora	13-01-1955 a 01-04-1965
Ilnah de Figueirêdo Lobo	Professora	01-04-1965 a 20-08-1968
Martha Freire Pereira Pinto	Oficial de Chancelaria	01-03-1969 a 19-08-1973

CHEFES DA SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES (**)

José Honório Rodrigues	Professor	02-09-1948 a 24-07-1950
Raul José de Sá Barbosa	Cônsul	21-08-1950 a 26-05-1951
Luiz Benjamin de Almeida Cunha (*)	Cônsul	11-06-1951 a 24-09-1951
Cláudio Garcia de Souza (*)	Cônsul	24-09-1951 a 19-01-1952
Flávio Garcia de Souza	Auxiliar	19-01-1952 a 07-01-1955
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo	Oficial de Chancelaria	07-01-1955 a 19-03-1973

SECRETÁRIOS DO DIRETOR (***)

Melilo Moreira de Mello	Cônsul	22-05-1946 a 03-12-1946
Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga	Cônsul	23-12-1946 a 12-05-1948
Vera Regina Amaral Sauer (*)	Cônsul	01-08-1947 a 31-01-1948
Ayrton Diniz	Cônsul	12-05-1948 a 23-06-1950
Luiz Benjamin de Almeida Cunha	Cônsul	13-02-1951 a 24-09-1951
Cláudio Garcia de Souza (*)	Cônsul	24-09-1951 a 05-10-1951
Marcos Antonio de Salvo Coimbra	Cônsul	05-10-1951 a 27-03-1953
Manoel Maria Fernandes Alcázar	Cônsul	08-07-1953 a 07-04-1954
José Maria Vilar de Queiroz	Cônsul	07-04-1954 a 25-01-1955
Elza Gomes (*)	Aux. Administrativo	09-02-1956 a 15-05-1957
Naura Teixeira Lopes da Cruz	Escriturário	16-05-1957 a 24-03-1961
Martha Freire Pereira Pinto	Oficial de Chancelaria	25-03-1961 a 19-03-1973
Lucy Soares Carneiro	Taquígrafo	30-03-1970 a 19-03-1973

SECRETÁRIA DO DIRETOR

Martha Freire Pereira Pinto	Oficial de Chancelaria	20-08-1973 a
-----------------------------	------------------------	--------------------

(*) Em caráter interino.

(**) Com a publicação do Regimento Interno da Secretaria de Estado (RISE), baixado pela Portaria n.º 357, de 15 de março de 1973, que complementou o Decreto n.º 71.534, de 12 de dezembro de 1972, ficaram revogadas todas as disposições do Regimento do Instituto Rio-Branco, não mais se subdividindo a Secretaria em 3 seções. As únicas unidades administrativas que integram o IRBR são a Coordenação de Ensino e a Secretaria do Instituto.

(***) A função de Secretário do Diretor do IRBR foi substituída pela de Secretária do Diretor do Instituto Rio-Branco.

AUXILIARES DA SECRETARIA E SUA DISTRIBUIÇÃO PELAS DIVERSAS SEÇÕES

SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO (Extinta em 19-3-1973)

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
Maria Virgínia Dantas Cavalcanti	Auxiliar	01-09-1945 a 31-12-1945
Ladislau Colaço	Auxiliar	10-11-1945 a 14-11-1945
Jorge Malheiros dos Santos	Auxiliar	05-10-1945 a 13-11-1945
Estevão Botelho	Contador	01-01-1946 a 09-12-1958
Martha Freire Pereira Pinto	Escriturário	06-03-1946 a 12-02-1949
Vera Pereira Correia Costa	Auxiliar	08-07-1946 a 20-12-1946
Manoel Moreira de Barros	Auxiliar	08-03-1946 a 18-10-1946
Ida Lôbo de Brito	Arquivista	08-03-1946 a 01-02-1947
Naura Teixeira Lopes da Cruz	Oficial de Chancelaria	28-11-1946 a 19-03-1973
Maria Paletta de Alencar	Oficial de Chancelaria	06-05-1947 a 12-12-1947
		07-03-1957 a 19-03-1973
Dulce Soares de Oliveira	Datilógrafo	03-09-1947 a 31-12-1947
Clotilde Paletta de Alencar	Auxiliar	07-11-1947 a 31-05-1951
Washington Muller dos Reis	Auxiliar	21-11-1947 a 05-05-1948
Iolanda Lúcia Vettori	Arquivologista	12-01-1948 a 30-08-1948
Cecília Leite Carneiro Monteiro	Datilógrafo	01-01-1949 a 09-12-1952
Regina Lima de Abreu	Datilógrafo	23-03-1949 a 23-08-1951
Lygia Lima de Abreu	Escriturário	25-10-1951 a 16-11-1956
Vera de Pimentel Brandão Corrêa Pinto	Auxiliar	01-11-1951 a 31-12-1953
Iris Coelho	Taquígrafo	01-01-1953 a 31-08-1955
Silvia Ribeiro Póvoas	Aux. Administrativo	15-07-1954 a 26-08-1954
Zoeh Ivone da Veiga Ferreira Pontes	Aux. Administrativo	26-11-1951 a 01-08-1952
Maria Aparecida de Carvalho Sá	Aux. Têc. Financeiro	01-12-1953 a 19-03-1973
Rachel Biasotto Mano	Escrevente Datilógrafo	01-10-1954 a 13-01-1955
Maria Sylvia de Noronha	Aux. Administrativo	01-10-1954 a 02-09-1955
Ana Maria Teixeira Nunes	Auxiliar	22-08-1955 a 07-03-1960
Luciola Junqueira	Auxiliar	22-08-1955 a 07-03-1957
Laura Moura de Aquino	Datilógrafo	10-05-1962 a 02-05-1967
Ilma Drinkwater de Oliveira Gomes	Aux. de Escritório	05-11-1962 a 31-05-1971
Therezinha Castro Lima	Contadora	20-04-1970 a 19-03-1973
Margarida do Nascimento Brito	Oficial de Chancelaria	29-04-1970 a 19-03-1973

SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA (Extinta em 19-3-1973)

Marina de Barros e Vasconcelos	Assistente	21-09-1946 a 19-10-1951
	Encarregado de Seção	09-10-1951 a 03-01-1955
	Auxiliar	12-12-1947 a 07-03-1957
Maria Paletta de Alencar	Oficial de Chancelaria	03-01-1955 a 12-01-1965
Rachel Biasotto Mano	Datilógrafo	01-10-1954 a 31-12-1959
Zina Arcary	Oficial de Chancelaria	01-11-1956 a 06-08-1965
Ilka Vianna de Moura	Assistente Comercial	08-03-1957 a 19-03-1973
Luciola Junqueira		

NOTA — Seções extintas em virtude da publicação do Regimento Interno da Secretaria do Estado que implantou a Reforma Administrativa no M.R.E.

NOMES	CARGO	EXERCÍCIO
Ana Maria Teixeira Nunes	Técnico Contabilidade	07-03-1960 a 19-03-1973
Juraciema Marciano de Amorim	Auxiliar de Escritório	26-07-1965 a 19-08-1968
Martha Freire Pereira Pinto	Oficial de Chancelaria	01-03-1969 a 19-03-1973
Marina Iliema de Figueiredo Pessoa	Of. de Administração	01-02-1971 a 19-03-1973

SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES (Extinta em 19-3-1973)

Astréia Dutra dos Santos	Pesquisador	26-11-1945 a 31-12-1949
Jacy Lobato Álvares	Bibliotecário	10-09-1948 a 10-06-1951
Maria de Vilhena Fabiano de Araujo	Oficial de Chancelaria	31-11-1948 a 19-03-1973
Osires Carneiro Leão	Aux. Administrativo	19-06-1951 a 26-01-1955

SECRETARIA

Naura Teixeira Lopes da Cruz	Oficial de Chancelaria	19-03-1973 a
Maria Paletta de Alencar	Oficial de Chancelaria	19-03-1973 a
Therezinha Castro Lima	Contadora	19-03-1973 a
Margarida do Nascimento Brito	Oficial de Chancelaria	19-03-1973 a
Maria de Vilhena Fabiano de Araújo	Oficial de Chancelaria	19-03-1973 a
Esther Guitmann	Oficial de Chancelaria	09-10-1973 a

COORDENAÇÃO DE ENSINO

Luciola Junqueira	Assistente Comercial	19-03-1973 a 12-09-1973
Ana Maria Teixeira Nunes	Têc. Contabilidade	19-03-1973 a
Martha Freire Pereira Pinto	Oficial Chancelaria	19-03-1973 a 20-08-1973
Marina Iliema de Figueiredo Pessoa	Of. de Administração	19-03-1973 a
Maria da Glória Pizzi	Of. de Administração	23-11-1973 a

BIBLIOTECA

Heloisa Behring Tonello	Oficial de Chancelaria	15-03-1955 a
Laura Moura de Aquino	Datilógrafo	02-05-1967 a
Solange Therezinha Vianna de Almeida e Albuquerque	Escriturário	19-11-1971 a

PORTARIA

Wilson Teixeira	Impressor	01-11-1945 a
Ivan Teixeira	Porteiro	01-04-1947 a 22-12-1969
Antonio Jorge dos Santos	Servente	(até 15-12-1961)
Rubens Pereira de Souza e Silva	Porteiro	(até 12-04-1963)

Nomes	CARGO	EXERCÍCIO
Adilson de Miranda Miguel	Servente	(até 02-12-1963) De 01-04-1965 a 04-10-1965
Joaquim Francisco da Costa	Servente	(até 02-09-1963)
Gilberto de Jesus	Servente	(até 01-04-1965) De 17-11-1966 a
Jorge Melo da Costa	Servente	05-09-1963 a 30-11-1967
Luiz Carlos da Gama	Servente	05-10-1965 a 15-11-1966
Leonidas Rosa de Oliveira	Servente	02-05-1967 a
Rogério Lourenço Pereira	Servente	09-05-1967 a 31-08-1971
Jorge Ivo Marcelo	Servente	01-12-1967 a
Waldir Teixeira	Porteiro	02-12-1969 a
Domingos Matias Filho	Servente	01-09-1971 a

PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO 1973

ALMEIDA, 1.º Secretário Márcio Fortes de
(C.P.C.D. — Português — 1966 a 1972)
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1967, 1968)
(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas — Orientação Profissional — 1968)
(C.P.C.D.) — Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E. — 1969, 1970)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1965). Curso de Doutorado, Direito Público, da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Prêmio "Rio-Branco", medalha de **vermelh** — 1.º lugar, 1963. Prêmio "Lafayette de Carvalho e Silva" (vestibular ao Instituto Rio-Branco, 1962). Assessor das Delegações do Brasil às II Reuniões Anuais do Comitê Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos (1963). Assessor do Exame de Seleção Prévia e do Exame Vestibular do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco (julho de 1964 e julho-novembro de 1965). Assessor da Delegação do Brasil à XIX Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (dezembro de 1964, março de 1965). Membro do Conselho da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (G.O.), como representante do Ministério das Relações Exteriores (maio de 1965—fevereiro de 1967). Auxiliar do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores (agosto de 1965—fevereiro de 1966). Examinador de Português dos Exames de Seleção Prévia de 1966 a 1973 e do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1966 a 1972. Examinador de Português da 1.ª Fase (Seleção Prévia), do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1967) e do Concurso para Oficial

de Chancelaria (1970). Orientador do 1.º ano do C.P.C.D. em 1967 e do 2.º ano em 1968. Membro do Grupo de Estudos sobre Direito Internacional Público e Política Internacional na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, representando o Ministério das Relações Exteriores (setembro de 1966 e março de 1967). Assessor da Assessoria Especial do Presidente da República (1966 a dezembro de 1969). Assessorou o Ministro da Indústria e do Comércio em viagem à Inglaterra (negociações sobre café e instalação da reunião da OIC), à Alemanha Ocidental e à França (negociações sobre siderurgia) agosto de 1970. Assessorou o Ministro da Indústria e do Comércio em viagem aos Estados Unidos da América, Itália, Áustria, Alemanha Ocidental, França, Inglaterra e Japão (negociações sobre siderurgia) abril/maio de 1971. Assessorou o Ministro da Indústria e do Comércio em viagem à Inglaterra e à França (negociações sobre seguros e siderurgia), maio de 1972. Assessorou o Ministro da Indústria e do Comércio em viagens a Portugal, Bélgica e Inglaterra (negociações sobre turismo e Feira Brasil Export 73), julho de 1973, e ao Japão, Inglaterra, Bélgica e Itália (negociações sobre siderurgia e participação na Feira Brasil Export 73), outubro e novembro de 1973. Adjunto da Assessoria Especial do Presidente da República (dezembro de 1969 a abril de 1973). Assessor-Chefe do Gabinete do Ministro da Indústria e do Comércio (maio de 1973...).

BAUMGARTEN JÚNIOR, Alfredo Luiz

(C.P.C.D. — Economia — 1968-69, 1971 a 1973)

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1961-1964); Mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (1965-1966). **Cursos de Aperfeiçoamento:** Curso de Produtividade Industrial (1962) da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Curso de Localização de Empresa (1963); Curso de Desenvolvimento e Planejamento (1963); Curso de Análise de Sistemas pela IBM do Brasil; Assistente de Pesquisa do "Center for International Studies" do "Massachusetts Institute of Technology", com estágio no Departamento de Economia da mesma Instituição (1970). **Experiência Profissional:** Redator do Suplemento Econômico do "Correio da Manhã" de 1963 a 1964; Auxiliar de Economia do Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica — Setor de Orçamento e Finanças — e da Assessoria do Gabinete do Ministro da Fazenda, em 1964, tendo participado dos estudos da Reforma Tributária de 1964; Economista do Centro de Estudos Industriais e do Centro de Estatística e Econometria do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 1967/70; Chefe do Centro de Estudos Industriais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 1970. **Atividades Docentes:** Professor e Consultor Técnico do Instituto de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1969; Professor da Cadeira

de Planejamento Governamental do III Curso do Programa Nacional de Aperfeiçoamento de Professores de Administração (PRONAPA) do Centro de Pós-Graduação da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, 1969; Professor Assistente nas Cadeiras de Macroeconomia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRJ, 1971; Professor Associado do Departamento de Economia do Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, desde 1969; Professor da Cadeira de Planejamento Econômico da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. **Comissões:** Representante da Fundação Getúlio Vargas junto ao 1.º e 2.º Congressos de Usuários de Computadores Eletrônicos promovidos pela SECESU, em 1968-69. Representante da Fundação Getúlio Vargas nas Conferências patrocinadas pela Associação Econômica Internacional sobre o "Papel da Ciência e da Tecnologia no Desenvolvimento Econômico" (Áustria, 1971) e "Planejamento de Longo Prazo e Previsão" (URSS, 1972).

BAUSS, Rudolph William

(C.P.C.D. — Inglês — 1973)

Cursos: St. John's College High School, Washington, D.C., 1952/56. Tulane University, New Orleans, 1957/60: Bacharelato e Administração de Negócios. Tulane University, 1964/1968: Mestrado em História, com curso completo de História Latino-Americana. Escrevendo Tese. Possui todos os cursos de Doutorado, Ph.D. **Premiações:** Bolsista da Comissão Fulbright para realizar pesquisas no Brasil sobre "Vida Econômica no Rio de Janeiro, de 1763 a 1808", 1968/69. **Atividade Profissional:** Tulane University, New Orleans: Assistente de História, 1966. Xavier University, New Orleans: Assistente de História e Recursos Econômicos, 1967/68. BRASAS, Rio de Janeiro, Professor de Inglês, 1969/71.

BECKER, Bertha Koiffmann

(C.P.C.D. — Geografia — 1966 a 1973)

(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas — Geografia Política — 1968)

Licenciada e Bacharel em Geografia e História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil. Livre-Docente em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da U.F.R.J. Chefe de Pesquisas, Conselho Nacional de Pesquisas. Membro da Banca Examinadora no Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1966 a 1972 e na 1.ª Fase (Seleção Prévia) do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1967); Membro da Banca Examinadora no Concurso para Livre-Docência na Universidade de Rio Claro, São Paulo (1971). Representante da Seção Regional do Rio de Janeiro no Conselho Diretor da

Associação dos Geógrafos Brasileiros. Secretária da Comissão sobre Aspectos Regionais do Desenvolvimento, União Geográfica Internacional. Sócia fundadora da Sociedade Brasileira de Planejamento. Membro da Delegação Brasileira a vários Congressos Internacionais: Rio de Janeiro (1956), Londres (1964), México (1966), Nova Delhi (1968), Vitória, Espírito Santo (1971) e Montreal (1972). Presidente de Sessão no "Population Symposium, XXI International Geographical Congress", Nova Delhi (1968). Relatora da Comissão de "Diretrizes e Prioridades da Pesquisa Geográfica", na II Conferência Nacional de Geografia, Estatística e Cartografia, promovida pela Fundação IBGE (1972).

BECKER, Gretchen

(C.E. — Alemão — 1971 a 1973)

"Certificate of Proficiency in English, University of Cambridge" (junho de 1960). Licenciada em Inglês pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Santa Úrsula", Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (dezembro de 1960). Seminário de Inglês organizado pela Diretoria do Ensino Secundário — CADES (setembro e outubro de 1960). Curso de Treinamento de Professores de Inglês, Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (1961). Registro como Professora de Inglês no Ministério da Educação e Cultura (junho de 1962). "Degree of Master of Arts in Education, Michigan State University, U.S.A." (dezembro de 1964). "Certificate of Special Program in Audio-visual Education, Audio-visual Center, Michigan State University" (dezembro de 1964). 1.º Seminário Intensivo de Aperfeiçoamento para Professores da Língua Alemã, promovido pelo Instituto Cultural Brasil-Alemanha (janeiro/fevereiro de 1969). Certidão do Concurso para Professor Auxiliar de Ensino da Cadeira de Alemão no Colégio Pedro II (1970). 1.º Congresso Latino-Americano da Associação Internacional para Instrução Programada sobre Pedagogia Cibernética, Salvador, Bahia (novembro de 1969). Professora de Inglês no Curso Pré-Vestibular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Úrsula, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1961). Bolsista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID) na "Michigan State University, U.S.A." (setembro a dezembro de 1964). Professora de Alemão no Instituto Cultural Brasil-Alemanha, a partir de agosto de 1969.

BENSON, Daniel Harold

(C.P.C.D. — Francês — 1973)

Professor de Letras — "Académie de Clermont Ferrand". Professor de Francês no Liceu "Sarraut" de Hanoi. Professor no Liceu Francês de Kampot (Cambodja). Diretor da Aliança Francesa de Guaiquil (Equador). Diretor dos Cursos externos da Aliança Francesa do Rio de Janeiro. Diplomado especialista de ensino pelo sistema audiovisual (1964) — "École Normale Supérieure de St. Cloud". Diplomado assistente pedagógico (1971).

CARNAÚBA, Ministro Frederico Carlos

(C.P.C.D. — Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E. — 1971 a 1973)

Diretor, interino, do Instituto Rio-Branco. Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no C.P.C.D. em 1950 e no C.A.D. em 1951. Sócio Titular da Sociedade Brasileira de Geografia. Consultor Econômico da Comissão Permanente para a Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal. Serviu nas Embaixadas em Santiago, Buenos Aires, Bonn e Bogotá. Cônsul do Brasil em Luanda. **Congressos e Conferências a que compareceu:** V Período de Sessões da CEPAL; II, III, IV e V Sessões do Comitê Plenário da CEPAL; 1.º Período de Sessões do Comitê de Comércio da CEPAL; Comissão de Peritos de Bancos Centrais para elaborar um projeto de Banco Interamericano de Desenvolvimento; XIV Conferência Sanitária Pan-americana; Conferência Econômica da OEA (1957); VI Sessão da COINS; III Período de Sessões do Comitê dos 21; II e IX Reunião Anual da Junta de Governadores do BID; XXIII Sessão do Comitê Consultivo do Algodão; V Sessão da Conferência Européia de Aviação Civil; Simpósio de Estudos sobre a nova geração soviética (Munique, 1965); II Reunião da CECLA; Reunião do Comitê de Transporte Marítimo da OEA; 1.ª Reunião de Peritos Governamentais sobre Direito Humanitário; XXVI Assembleia Geral da ONU. II Reunião de Peritos Governamentais sobre Direito Humanitário.

FIORAVANTE, Moacyr Antonio

(C.P.C.D. — Economia — 1968, 1971 a 1973)

LIMA SOBRINHO, Antonio Estevam de

(C.P.C.D. — Pensamento Político Contemporâneo (Cibernética) — 1971 a 1973)

"Master of Economic Sciences", Universidade de Varsóvia, 1968. Bacharel em Ciências Econômicas, Universidade de Varsóvia, Especialização em Métodos Numéricos e Algol-60, Instituto de Cálculo Numérico da Universidade de Varsóvia. **Experiência Profissional:** Professor de Econometria da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, 1968/69. Professor de Planejamento Econômico da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, 1969. Professor de Econometria da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1969/71. Professor de Econometria da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense, 1969/70. Chefe de Pesquisa do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos da Universidade do Estado da Guanabara, 1968/69. Membro do Secretariado Executivo da Comissão do Ano 2000 da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado da Guanabara, 1970. Professor Regente de Pesquisa Operacional, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guanabara, 1970/71. Vice-Diretor do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos da Universidade do Estado da Guanabara, 1971. Consultor

da S.P.L. — Serviços de Planejamento, 1969/71. Assessor da Presidência da União de Bancos Brasileiros, 1969/70. Coordenador da Assessoria Econômica do Conselho da União de Bancos Brasileiros, 1971. Diretor da IBRATA — Indústria Brasileira de Granito, Brita e Derivados Ltda., 1971. **Congressos, Seminários e Reuniões Científicas** (Participação): Seminário Latino-Americano de Ciências Políticas (Projeto Brasil) Rio, 1969; II Congresso da Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional, Rio, 1970; Simpósio Internacional de Pesquisa Estatística — Amostrai e Domiciliar, Rio, 1970. **Associações Científicas de que faz parte:** Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional. Sociedade Cibernética Brasileira.

LOPES, Helga de Godoy

(C.E. — Alemão — 1972/73)

Cursos Superiores: de 1962 a 1969: a) Filologia Romana e Filosofia (Universidade de Colônia); b) Curso Prático de Língua Francesa (Paris); c) Curso de Literatura e Civilização Francesa (Paris); d) Estudos Franceses (Paris); e) Curso de Russo (Paris); f) Lingüística e Letras Alemãs (Paris). **Diplomas e Certificados:** de 1963 a 1972: a) Diploma Superior do Curso de Literatura e Civilização Francesa — Seção Universitária — Sorbonne — Paris; b) Diploma de Estudos Franceses — 2.º grau — Sorbonne — Paris; c) Diploma Superior de Estudos Franceses — 3.º grau — Sorbonne — Paris; d) Certificado Prático de Língua Francesa — Seção Universitária — 1.º grau — Sorbonne — Paris; e) Certificado de frequência regular do 3.º ano de Russo da Escola Nacional de Línguas Orientais Vivas — Paris; f) Atestado de Licença "ès-lettres" — Universidade de Paris; g) Dois Certificados de estudos de Alemão — Universidade de Paris; h) Certificado do I Curso de Aperfeiçoamento de Professores do Serviço de Psicologia Aplicada (SERPA) — 1971 — Brasília; i) Certificado do Curso de Orientação — Método Audiovisual do Centro Brasileiro de Lingüística Aplicada — 1971 — Brasília; j) Certificado do II Curso de Aperfeiçoamento de Professores do Serviço de Psicologia Aplicada (SERPA) — 1972 — Brasília. **Atividades Profissionais:** de 1969 a 1972; a) Professora de Alemão no Liceu Blaise Pascal — Orsay — Paris; b) Professora de Alemão no Colégio Alain Fournier — Orsay — Paris; c) Professora de Francês no Colégio Sacré-Coeur — Brasília; d) Professora de Francês no Colégio Santa Dorotéia — Brasília; e) Professora de Alemão na UnB — Brasília; f) Professora de Alemão no Instituto Cultural Brasil-Alemanha — Brasília; g) Tradutora e Locutora da Seção Internacional da Rádio Nacional — Brasília.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1973)

Livre-docente e Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professor Associado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Juiz do Tribunal Marítimo.

MOREIRA, 1.º Secretário Marcílio Marques

(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1965)

(C.P.C.D. — Economia II — 1966)

(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966 a 1968)

(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas — Política Internacional I — 1968)

(C.P.C.D.) — Pensamento Político Contemporâneo — 1969 a 1973)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Escola de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Prêmio Rio-Branco, medalha de ouro, 1954. Professor, substituto, de Direito Internacional Público, da Faculdade de Direito Cândido Mendes, de abril a junho de 1956. Diplomado no Curso de aperfeiçoamento de Diplomatas (1956). Diplomado no Curso de Estudos do Sistema Interamericano, da Organização dos Estados Americanos, em 1956. Serviu na Embaixada em Washington, de 1957 a 1963. Assistente do Secretariado da Reunião dos Países Participantes do Sistema de Pagamentos Multilaterais, (Rio de Janeiro, 1956). Assessor da Delegação do Brasil à XXV Sessão do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas (Nova York, 1958). Membro da Delegação do Brasil à Conferência sobre o Mercado Comum Europeu (1958). Assessor da Delegação do Brasil à Junta Diretora do Convênio Internacional do Café (Washington, 1959). Participou do seminário sobre a América Latina (Bloomfield Hills, 1961). M.A. em Ciência Política pela Universidade de Georgetown, Washington D.C. (1963). Diretor-Substituto temporário do Brasil no Fundo Monetário Internacional e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (1961-1963). Assessor-Geral do Departamento de Operações Internacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1963-1965). Delegado-Substituto do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Genebra, 1964). Assessor do Chefe da Delegação do Brasil à 2.ª Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965). Professor de Aspectos Sociais e Políticos do Desenvolvimento nos cursos de Bacharelato, Mestrado e Doutorado no Instituto de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1965. Diretor do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos da Universidade do Estado da Guanabara, a partir de maio de 1968. Diretor-Tesoureiro do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1968/1971). Membro da Comissão Consultiva do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERPHAU, do Ministério do Interior (1968/1970). Diretor-Presidente da COPEG (1965/1968). Diretor da União de Bancos Brasileiros (1968). Vice-Presidente do Banco de Investimento do Brasil (1968). Representante do Brasil na "Atlantic Conference" (Caracas — 1972.

NASCIMENTO E SILVA, Embaixador Geraldo Eulálio do

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1946 a 1948, 1956 a 1958, 1961)

(C.P.C.D. — Política Internacional — 1970 a 1973)

Diretor do Instituto Rio-Branco (nov. 1969 a jul. 1972). Formado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito (1941). Diplomado pelo Instituto Rio-Branco nos Cursos de Prática Consular (1945), de História Diplomática do Brasil (1947), de Prática Diplomática (1947) e de História da Formação Territorial do Brasil (1948). Diplomado pela Escola Superior de Guerra (1955). Curso de Extensão da Escola Superior de Guerra (1973). Professor de Direito Consular da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1948). Professor do Instituto de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Paris "Sorbonne" (1954), Professor de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito "Cândido Mendes" (1956), Professor da Universidade *Pro Deo* de Roma (1958 a 1960), Presidente do Grupo de Trabalho encarregado de proceder aos estudos relativos à ampliação dos cursos do Instituto Rio-Branco (1961). Secretário-Geral da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, membro da "International Law Association" (1950), da Comissão Brasileira de Direito Comparado, do Instituto de "Derecho Internacional de la Universidad del Litoral" (Rosário-Argentina), do "London Institute of World Affairs" (1962), da "Commission Internationale de Juristes", representante do Brasil no *Praesidium* da "Grotius Foundation" (Munique), associado do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional (1969), Associado do "Institut de Droit International" (1973). Secretário da Comissão Nacional de Codificação do Direito Internacional (desde 1944), Diretor do Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (desde 1945). Representou o Brasil na Assembléia Geral das Nações Unidas (1946); no Conselho e na Conferência da F.A.O. (Roma, 1958-1960); no Conselho Internacional do Açúcar (Londres, 1963-1964); na Conferência das Nações Unidas sobre Relações e Imunidades Diplomáticas (Viena 1961); na Conferência Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo (Londres, 1962); na Assembléia da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (Londres, 1963); na Conferência sobre Relações Consulares (Viena, 1963); na Conferência Internacional sobre Facilidades de Viagens e Transportes Marítimos (Londres, 1964), quando foi eleito Presidente da Conferência; na II Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965); na Conferência sobre o Direito dos Tratados (Viena, 1969); na Conferência sobre as Consequências Legais da Poluição do Mar por Óleo (Bruxelas, 1969) e na Conferência sobre apoderamento ilícito de aeronaves (Haia, 1970). Como diplomata, serviu em Rosário, Tel Aviv, Roma, Vaticano, Londres e São Domingos.

PAYNE, Kenneth James

(C.P.C.D. — Inglês — 1961, 1964 a 1968, 1971 a 1973)

St. Catherine's Society, Oxford 1945-48. Honours Degree in Modern Languages (Class I). Professor primário — 1948-52 e professor particular de inglês — 1952-54, em Eastbourne. Professor Assistente na Escola de Inglês da Legião Árabe em Londres, 1955-56, em Amã, na Jordânia, em 1956. Professor Assistente no "The Linguist Club School of English", Londres — 1956-57. Profes-

sor no curso de inglês para professores de ensino secundário organizado pela CADES, Ministério da Educação e Cultura, Belo Horizonte — 1958. Professor na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa — 1958. Conferencista titular — junho, 1958; Diretor da filial de Botafogo em 1958-60. Diretor de Ensino, SBCI, Rio, 1960-71. Examinador de provas orais para o diploma "Cambridge" no Rio de Janeiro. Examinador de Inglês dos Exames de Seleção Prévia (1960, 1962, 1963, 1965, 1967 a 1969, 1971), do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1959, 1960, 1962 a 1971), e do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1967 — 1.ª fase). Professor Assistente da PUC — 1966-1967. Coordenador de Inglês da PUC — 1968-69. Professor Associado da PUC, desde 1970. Fundador e Diretor do Curso "Context", Rio de Janeiro, 1971 em diante. Examinador do Concurso para Tradutores e Intérpretes promovido pela Junta Comercial do Estado da Guanabara e realizado pela Academia de Polícia, jan-fev. — 1973.

RIOS, Hilton Carlos da Silva

(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1969 a 1973)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Ex-Assistente Jurídico do Estado de Pernambuco. Curso de Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Curso de Preparação a Pesquisas Sócio-Jurídicas da Divisão de Ciência do Direito do Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco. Antigo Professor Assistente de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito de Caruaru (Pernambuco). Antigo Professor Titular de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco. Professor Associado de Direito Internacional Privado e de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

SANTOS, Theophilo de Azeredo

(C.P.C.D. — Direito Comercial — 1963 a 1973)

Diplomado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Curso de Doutorado da "Faculté de Droit et de Sciences Economiques de Paris". Diplomado no Curso Superior de Guerra, pela Escola Superior de Guerra — Diretor da Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra — ADESG. Professor de Direito Comercial da Faculdade Nacional de Direito e da Faculdade de Direito do Estado da Guanabara. Examinador no concurso para juiz substituto da Justiça do Estado. Examinador no concurso para defensor público no Estado da Guanabara. Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros. Diretor da "Inter-American Bar Association" (Washington). Membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Coordenador dos Cursos de Extensão Universitária da Pontifícia Universidade

Católica do Rio de Janeiro. Diretor do Comitê Nacional de Direito Comparado. Diretor da "International Law Association", seção brasileira. Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara. Presidente da Comissão Consultiva Bancária do Conselho Monetário Nacional. Ex-Diretor do Banco Comercial de Minas Gerais S.A. Ex-Diretor do Banco Nacional de Investimentos S.A. Vice-Presidente da ADECIF — Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimentos e Financiamento. Presidente da Federação Latino-Americana de Bancos. Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Diretor da Rio de Janeiro — Companhia de Seguros Gerais. Presidente do Conselho Interamericano de Comércio e Produção — seção brasileira — CICYP. Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Membro da "Society for International Development", seção brasileira. Consultor Jurídico da Companhia Docas da Bahia. Membro da Associação de Direito Marítimo, da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Membro da Delegação Brasileira à Reunião do Fundo Monetário Internacional. Ex-Presidente da Comissão Consultiva de Mercado de Capitais do Conselho Monetário Nacional. Membro do Conselho Assessor do Plano de Integração Social (P.I.S.). Redator da Revista Forense, da Revista de Direito Mercantil, Econômico e Financeiro (São Paulo) e do Boletim Cambial. Presidente do Conselho Consultivo do Banco Metropolitano de Investimentos, S.A.

SCHLIEPER, Ernesto Oto Carlos
(C.E. — Alemão — 1972-1973)

Bacharel em Teologia e Filosofia pela Faculdade Superior de Teologia e Filosofia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, no Rio Grande do Sul, 1960. Curso de Psicologia na Universidade de Minnesota e Treinamento Clínico Pastoral em Chicago (1961/62). Curso de Teologia e Filosofia na Universidade de Heidelberg, Alemanha (1963/64). Pastor da Igreja Luterana no Rio de Janeiro em 1965, em Campinas (SP) até 1968 e em Brasília a partir de 1968. Professor de Alemão no Instituto Cultural Brasil-Alemanha em Brasília, desde 1970.

SELON, André
(C.P.C.D. — Francês — 1961 a 1973)

Licence-ès-lettres — Sorbonne, Licence en Droit — Sorbonne. Tradutor Juramentado e Intérprete Comercial (1.º colocado em Concurso — 1958). Dirigiu o Serviço de Tradução dos seguintes congressos: Conferência dos Ministros de Economia e Finanças (1954 — Rio); Congresso Internacional da União Interparlamentar; Congresso Internacional das Organizações Superiores de Controle de Finanças Públicas (1959 — Rio); Congresso Internacional do Pen Club (1960 — Rio). Participou, como tradutor, da II Conferência Extraordinária Americana — Rio, 1965; das Quartas Reuniões Anuais do Conselho Econômico e Social Interamericano — (Buenos Aires, 1966); da Terceira Con-

ferência Interamericana Extraordinária — (Buenos Aires, — 1967); da Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores — OEA — (Punta del Este, 1967); da Reunião de Chefes de Estado Americanos — (Punta del Este, 1967); da Conferência do CIES — (Buenos Aires, 1967); da OEA — Viña del Mar, 1967); da 1.ª Assembléia Geral da OEA — (Washington, 1970); da Conferência sobre Cultura e Educação — OEA (Lima, 1971); da Assembléia Geral da OEA (São José da Costa Rica, 1971); da Assembléia Geral da OEA (Washington, 1972); das Conferências da Reformulação do Sistema Interamericano (Lima — junho e novembro de 1973). Professor do Centro Preparatório de Funcionários Internacionais. Adaptação e narração, em francês, dos filmes: "Brasil Ano 150", "A Transamazônica", "Nossa Senhora da Glória do Outeiro" e "Burle Marx". Ministrou o Curso "Aspectos Sociais da Comunidade Industrial" da Federação das Indústrias de Salvador (Bahia, 1966). Nomeado Conselheiro-Delegado para o Brasil do "Instituto de Ciências del Hombre" de Buenos Aires. Recebeu o Título de Cidadão do Estado da Guanabara em agosto de 1973.

TAPAJÓS, Vicente Costa Santos

(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — 1969 a 1973)

Professor de História pela Escola de Economia e Direito da Universidade do Distrito Federal. Curso da Escola Superior de Guerra (1967). Professor Catedrático do Instituto de Educação da Guanabara, Professor secundário do Estado da Guanabara. Diretor do Departamento de Educação Técnico-Profissional da Secretaria de Educação da Guanabara, Diretor do Curso Normal do Instituto de Educação, Professor do Colégio Pedro II — Externato (por concurso). Conferencista e pesquisador, em Portugal, a convite do Instituto de Alta Cultura. Professor do Curso de Formação de Professores do Ensino Normal do Instituto de Educação. Professor associado da Faculdade de Filosofia Santa Úrsula. Professor titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Rio de Janeiro, da Universidade Gama Filho. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Chefe do Departamento de História da Faculdade Santa Úrsula. Chefe do Departamento de História da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Examinador em concurso para professor catedrático de História da Universidade do Estado da Guanabara e para professor secundário do Estado da Guanabara. Professor de História e de Didática da História e Didática Geral em cursos da CADES. **Entidades culturais a que pertence:** 1) Instituto Histórico e Geográfico do Estado da Guanabara. 2) Academia Brasileira de História. 3) Associação Brasileira de Educação. 4) Sociedade Capistrano de Abreu. 5) Instituto Paraense de Pedagogia (sócio honorário). 6) Instituto de Estudos Históricos da Universidade do Recife (sócio correspondente). Diretor da revista "Histórica".

VALENTINO SOBRINHO, 1.º Secretário Raphael

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1968

(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas —
Direito Internacional Público — 1968)

(C.P.C.D. — Direito Constitucional — 1969 a 1973)

(C.P.C.D. — Relações Internacionais — 1969)

(C.P.C.D. — Problemas Econômicos Contemporâneos — 1969 a 1973)

Subsecretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional do Ministério do Interior (1968 a 1973). **Formação Universitária:** Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Curso de Doutorado na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris. Curso do Instituto de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Paris. Diplomado no Curso Especial correspondente à 3.ª Fase do Concurso de Provas para o cargo inicial da Carreira de Diplomata, realizado no Instituto Rio-Branco, em 1963. **Atividades Docentes:** Professor de Política Internacional no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1969-1973); Professor de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972); Conferencista da Escola de Guerra Naval, nos cursos de Direito Internacional Público e Economia Internacional (desde 1968); Professor de Economia Política da Faculdade de Direito Cândido Mendes (Ipanema) (1973); Professor de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1973); Professor de Economia Internacional, de Relações Econômicas Internacionais e de Economia do Desenvolvimento do Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (1972-1973). **Atividades Diplomáticas:** 1.º Secretário, por merecimento, em 30-04-1973. Integrante da Comissão Interministerial de Direito do Mar (1963-1964). Auxiliar do Secretário-Geral Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, do Ministério das Relações Exteriores (1964-1965). Assessor Internacional Adjunto do Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Geral (1965-1967). Assessor da Divisão de Política Financeira do Ministério das Relações Exteriores (1967). Subsecretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional do Ministério do Interior (designado em 1.º de outubro de 1968). Representante do Ministério do Interior na Comissão Interministerial para Preparação da Participação brasileira à 2.ª Reunião da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (novembro de 1967). Representante do Ministério do Interior no Grupo de trabalho constituído pelo Conselho Monetário Nacional em 12 de janeiro de 1968, para estudar a política do Governo brasileiro no sentido de obter acesso aos créditos da "International Development Association". Representante do Ministério do Interior, na Comissão Interministerial de Coordenação do Comércio com o Leste Europeu (COLESTE). Representante do Ministério do Interior na comitiva do senhor Robert McNamara, Presidente do Banco Mundial, por ocasião de sua visita ao Nordeste, em outubro de 1968. Representante do Ministério do Interior

na Comissão Mista Brasil-Romênia, em 1969. Representante do Ministério do Interior nos trabalhos preparatórios da Comissão Mista Brasil-Itália, em 1969. Representante do Ministério do Interior na Comissão Interministerial da Bacia do Prata (a partir de 1969). Representante do Ministério do Interior no Grupo Interministerial, preparatório da Reunião da CECLA e Missão Rockefeller, em 1969. Integrante da Representação do Ministério do Interior nas conversações com a Missão Rockefeller, sobre o Nordeste, em 1969. Suplente do Representante do Ministério do Interior, na Conferência de Chanceleres do Prata, em 1969. Secretário-Geral, em exercício, do Ministério do Interior em maio de 1969. Integrante da comitiva do Ministro do Interior, na viagem de estudos e observação técnico-econômica à Espanha, Portugal, Itália e Israel, em maio de 1970. Representante do Ministério do Interior nas conversações com a "Business International", em outubro de 1970. Integrante da Delegação brasileira à reunião da Comissão Mista Brasil-Peru, Lima, em agosto de 1971. Integrante da Delegação brasileira à reunião da Comissão Mista Brasil-Venezuela, em Caracas, em outubro de 1971. Integrante da Delegação brasileira à reunião da Comissão Mista Brasil-Ecuador, em Brasília, em novembro de 1971. Assessor do Ministro do Interior no seminário sobre "As Forças de Transformação na América Latina", promovido pelo Council on Foreign Relations, em New York, em novembro de 1971. Delegado à 1.ª Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Cooperação Econômica e Técnica, em abril de 1972. Assessor da Delegação brasileira à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente, em Estocolmo, em junho de 1972.

VALLADÃO, Haroldo Teixeira

(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1959 a 1973)

(Estágio de Formação correspondente à 4.ª Fase do Concurso de Provas —
Direito Internacional Privado — 1968).

(C.P.C.D. — Coordenador do Departamento de Direito — 1967 a 1970)

Professor Catedrático de Direito Internacional Privado da Universidade do Brasil (emérito) e da Universidade Católica do Rio de Janeiro (titular); antigo: Diretor da Faculdade Católica, e Vice-Diretor da Faculdade Nacional de Direito e Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro efetivo desde 1924, e Presidente (1944 a 1946) do Instituto dos Advogados Brasileiros. Antigo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (1950-1952). Membro, antigo 1.º Vice-Presidente do "Institut de Droit International" e Presidente da Sessão de Nice (1967) do mesmo Instituto. Antigo Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (1955-1959). Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores (1961 a 1971). Procurador-Geral da República (1967). Doutor "honoris causa" da Universidade d'Aix, Marseille. Acadêmico da Pontifícia Academia Romana de Santo Tomás de Aquino e de Religião Católica, Seção Jurídico-Econômica. Membro da Corte Permanente de Arbitragem da Haia. Membro da Comissão Nacional de Codificação do Direito Internacional. Presidente da Comissão Permanente de Inquérito e Conciliação Chileno-Sueca. Membro da Academia

Internacional de Direito Comparado da Haia, Presidente do Comitê Nacional (Brasil) de Direito Comparado. Membro eleito do Conselho Diretor (Comitê Internacional de Direito Comparado) da Associação Internacional das Ciências Jurídicas da UNESCO (1960-63 e 1970-73). Consultor-Geral da República (1947-1950). Embaixador-Chefe da Delegação do Brasil à V Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos (1965). Presidente da Seção Brasileira da "International Law Association". Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Sócio efetivo e orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Professor da Academia Interamericana de Direito Internacional e Comparado, encarregado de cursos em Havana (1945-1959). Professor, em 1952, em 1962 e em 1971, na "Académie de Droit International de La Haye". Presidente da Academia Interamericana de Direito Internacional e Comparado. Membro Correspondente da Academia de Ciências Políticas e Sociais da Venezuela. Membro Honorário da Associação Argentina de Direito Comparado. Membro Titular do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional. Encarregado de Cursos nas Faculdades de Direito de Paris e Rennes (1936) e de Paris, Bordeaux e Toulouse (1949) e, a seguir, conferencista nas principais Universidades, Faculdades e Associações Jurídicas do Brasil, das Américas e da Europa. Embaixador-Chefe da Delegação do Brasil às Conferências de Peritos Governamentais para o Direito Humanitário Internacional, da Cruz Vermelha, Genebra (1971 e 1972). Delegado do Brasil à 12.^a Sessão da Conferência de Direito Internacional Privado da Haia (1972).

VENANCIO FILHO, Alberto

(C.P.C.D. — Pensamento Político Contemporâneo — 1971 a 1973)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1956). Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros. Membro da "American Political Science Association". Assistente da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES (1954-57). Secretário Executivo da Comissão de Ciências Sociais do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura — IBECC (1956-57). Coordenador da Assessoria Técnica da Presidência da República (1961). Assessor da Reunião da Comissão Especial para programação da Educação, Ciência e Cultura da Organização dos Estados Americanos (1962). Perito participante do Seminário sobre Organização e Administração de Empresas Públicas da Organização das Nações Unidas (Genebra — 1966). Professor da Cadeira de Introdução ao Desenvolvimento Brasileiro da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas (1961-65). Diretor Executivo do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito (CEPED) da Universidade do Estado da Guanabara (1966-68). Colaborador do relatório sobre o ensino superior no Brasil preparado para o "Council of Higher Education in the American Republics" — CHEAR (1960-61). Organizador do Plano Inicial da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília — 1960.

ABRANCHES, Carlos Alberto Dunshee de

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1965 a 1972)

(Estágio de Formação correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1968)

ACCIOLY, Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1947 a 1950, 1952-53, 1956 a 1958).

AGUIAR, Ministro Sérgio Portella de

(C.A.D. — C.P. — Promoção Comercial — 1968-69).

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício

(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1960 a 1964)

(C.P.C.D. — História das Américas — 1965-66).

ALEXANDRE, Peter

(C.P.C.D. — Inglês — 1958).

ALMEIDA, Embaixador Miguel Álvaro Ozório de

(C.P.C.D. — Economia Política — 1953-54, 1961)

(C.E. — Análise Estatística — Análise Macroeconômica — Pesquisa Operacional e Teoria de Jogos — Coordenador — 1969).

ALMEIDA, Renato Costa

(C.P.C.D. — Português — 1952).

ALVES, Ministro Dário Moreira de Castro

(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1968)

(C.A.D. — C.P. — Organização e Administração de Chancelarias — 1969 a 1972)

ALVIM, Clara de Andrade

(C.P.C.D. — Português — 1966).

ANDRADE, Dyla Sílvia Navarro de
(C.E. — Prática de Arquivo — 1947-48).

ARANTES, Tarcísio Barbosa
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1964, 1965).

ARAÚJO, Secretário João Hermes Pereira de
(C.P.C.D. — Prática Diplomática — 1963)

ARAÚJO, Secretário Roberto Luiz Assumpção de
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946).

AUGER, Jacques
(C.P.C.D. — Francês — 1969 a 1972)

AUSTEN, Mary Veronica
(C.E. — Inglês — 1964).

ÁVILA, Padre Fernando Bastos de
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1957-58).

BACKEUSER, Everardo
(C.E.X. — Geografia Política do Brasil e da América Latina — 1945).

BAER, Werner
(C.P.C.D. — Economia II — 1966).

BALTHASAR, João da Silva
(C.E. — Taquígrafia — 1967).

BANDEIRA, Pedro Paulo Rocha
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1967-68).

BATISTA, Secretário Paulo Nogueira
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1959).

BARAT, Josef
(C.P.C.D. — Economia I — 1966)

BARROS, Julio d'Assunção
(C.E. — Direito Administrativo e Contabilidade Pública — 1967).

BATALHA, Secretário Ivan Velloso da Silveira
(C.P.C.D. — Teorias de Política Internacional — 1969)
(C.P.C.D. — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969).

BECKER, Martha Ellen
(C.E. — Alemão — 1952-53).

BENTES, João Ferreira
(C.P.C.D. — Economia — 1970).

BERARDINELLI, Cleonice Serôa da Motta
(C.P.C.D. — Português — 1961 a 1963).

BIRCHALL, Stephen
(C.E. — Inglês — 1966).

BIER, Secretário Amaury
(C.P.C.D. — Economia II — 1966)
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966).

BORJA, Célio de Oliveira
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1961 a 1963).

BRAGA, Ministro Pedro de Souza Ferreira Gonçalves
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1949-50, 1959).

BRITO, Aldemar Hora Dantas de
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1954).

BRITO, Dante de
(C.P.C.D. — Inglês — 1951).

BROWN, Gilbert Clark
(C.P.C.D. — Inglês — 1971-1972)

BRYTYGIER, Guy
(C.P.C.D. — Francês — 1962).

BUESCU, Mircea
(C.P.C.D. — Economia II — 1967-68)
(Estágio de Formação correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas — Economia — 1968)
(C.P.C.D. — Departamento de Economia — Coordenador dos Seminários e Conferências — 1969).

BURGOS, Frederico Luiz de
(C.E. — Estenografia — 1948 — 1951-52).

BURKITT, Sara
(C.P.C.D. — Inglês — 1968-69).

BURNIER, Maria Cândida Penido
(C.P.C.D. — Francês — 1971)
(C.E. — Francês — 1964 a 1967)

CABAL, Embaixador Hélio de Burgos
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1964).

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso
(C.P.C.D. — Português — 1958 a 1960).

CAMPOS, Pedro de Souza
(C.P.C.D. — Geografia — 1962).

CAMPOS, Ministro Roberto de Oliveira
(C.A.D. — Sociologia Política — 1950).

CARBONAR, Secretário Orlando Soares
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1967-68)
(Estágio de Formação correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas — Política Internacional II — 1968).

CARNEIRO, Ministro Octavio Augusto Dias
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1952 — Economia Política — 1952-53).
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1951-52).

CARNEIRO JÚNIOR, David Antônio da Silva
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

CARVALHO, Carlos Delgado de
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1955-56).
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1956).

CASTRO, Antônio Barros de
(C.P.C.D. — Economia I — 1964, 1966).
(C.P.C.D. — Economia II — 1965).

CASTRO, Ministro Raymundo Nonnato Loyola de
(C.A.D. — C.P. — Prática Consular — 1970 a 1972).

CAVAGNARI, Maria Eugênia Corrêa Lima
(C.P.C.D. — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).

CHACEL, Julian Magalhães
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1960).

CHAMOUN, Ebert Vianna
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1959 a 1969).

COLE, Desmond
(C.P.C.D. — Inglês — 1958 a 1960).

COLLOR, Secretário Lindolfo Leopoldo
(Curso Especial Correspondente à Terceira Fase do Concurso de Provas — Política Internacional — 1963).

CONNEL, Grahlan
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).

CONRADO, Secretário Raul
(C.A.D. — Espanhol — 1946).

CORRÊA, Roberto Alvim
(C.P.C.D. — Francês — 1947-48, 1950).

CORRÊA JÚNIOR, Ministro Manuel Pio
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1951-52 — Política Internacional — 1959).
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1951).

CORREIA, Marlene de Castro
(C.P.C.D. — Português — 1963 a 1965).

CORTES, Secretário Marcos Henrique Camillo
(C.A.D. — C.P. — Organização e Administração de Chancelarias — 1968).

CORTESÃO, Jaime
(C.A.D. — História da Formação Territorial do Brasil — 1946 a 1950).
(C.E.X. — História da Cartografia e Geografia das Fronteiras do Brasil — 1945).

COSTA, Edilberto
(C.P.C.D. — Economia Política — Política Econômica — 1957).
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1957).

COSTA, Secretário João Frank da
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1961-62).

COUCHOUD, Jean Paul
(C.P.C.D. — Francês — 1963).

COX, Melvyn Dennis
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).

CURY, Américo
(C.P.C.D. — Economia Política — 1948 a 1950).

DAROS, Eduardo José
(C.P.C.D. — Economia I — 1965).

DOURADO, Mecenas
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1954).
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1954-55).

DRUMOND, José Eduardo Pizarro
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1958).

DUARTE, Aluísio Capdeville
(C.P.C.D. — Geografia — 1961).

DUARTE, Secretário Sérgio de Queiroz
(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1969).

DURÁN, Túlio Hostilio Federico Arvelo
(C.P.C.D. — Economia — 1970).

ELIA, Hamilton
(C.P.C.D. — Português — 1951, 1958-59).

EMMERICH, Charlotte
(C.E. — Alemão — 1966).

FALCON, Francisco José Calazans
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1959).

FARIA, Ministro Milton
(C.A.D. — Prática Consular — 1950, 1957 a 1959).

FARO JÚNIOR, Embaixador Luiz Pereira Ferreira de
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1960).

FERNANDES, Cônsul-Geral Mário de Deus
(C.A.D. — Prática Consular — 1948, 1951).

FERRRAZ, Sérgio
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1965).

FINN, Patrick James David Gardner
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).

FLYN, John Gerard
(C.P.C.D. — Inglês — 1963).

FONSECA, Roberto Piragibe
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1952).

FORRER, Robert L. C.
(C.P.C.D. — Inglês — 1959-60).

FOX, William Thorton Rickert
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966).

FOZ, Alberto dos Santos
(C.P.C.D. — Economia Política — 1951).

FRANCO, Alexandre
(C.E. — Alemão — 1964).

FRANCO FILHO, Secretário Álvaro da Costa
(C.P.C.D. — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969).

FRAZÃO, Secretário Sérgio Armando
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1951).

FREY, Alexander
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).

GABAGLIA, Fernando Antônio Raja
(C.E.X. — Geografia Cultural do Brasil e da América Latina — 1945).

GALVÃO, Ivan
(C.A.D. — Italiano — 1946).

GALVÃO, Jesus Bello
(C.P.C.D. — Português — 1952 a 1957, 1960).

GOMES, Ministro Jaime de Barros
(C.P.C.D. — História Social e Política do Brasil — 1952-1953).

GOMES, Henrique de Carvalho
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1966).
(C.P.C.D. — Economia II — 1967).

GONÇALVES, Embaixador Roberto Mendes
(C.P.C.D. — Português — 1963).

GRIECO, Secretário Donatelo
(C.P.C.D. — Português — 1951).

GRIFFIN, William James
(C.P.C.D. — Inglês — 1947).

GUERREIRO, Embaixador Ramiro Elysio Saraiva
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1962).
(Curso Especial correspondente à 3.^a Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1963).
(C.P.C.D. — Relações Internacionais — 1969).
(C.P.C.D. — Departamento de Política — Coordenador — 1969).

GUILLOU, Yvonne
(C.P.C.D. — Francês — 1958-59).

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares
(C.P.C.D. — Geografia — 1952 a 1954, 1957 a 1960).
(Curso Especial correspondente à 3.^a fase do Concurso de Provas — Geografia — 1963).

GUIMARÃES, José Nunes
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1954).

HENFREY, Norman
(C.P.C.D. — Inglês — 1961).

HERMES JÚNIOR, Ministro João Severiano da Fonseca
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1948, 1950).

HOLLANDA, Guy de
(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — 1967-68).
(Estágio de Formação correspondente à 4.^a Fase do Concurso de Provas — História das Relações Exteriores do Brasil — 1968).

HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de
(C.P.C.D. — Português — 1952, 1957).

JACQUES, Paulino Ignacio
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1966 a 1968).

JACQUIER, Louise
(C.P.C.D. — Francês — 1946 a 1960).

JENNINGS, Ralph Edward
(C.P.C.D. — Inglês — 1970).

KARIDAKIS, Savas
(C.E. — Francês — 1963-64).

KELLER, Elza Coelho de Souza
(C.P.C.D. — Geografia — 1957).

KING, Bernard Noel
(C.P.C.D. — Inglês — 1969).

KNOX, John
(C.P.C.D. — Inglês — 1946 a 1957).
(C.E. — Inglês — 1952-53).
(C.E.X. — Inglês — 1953).

KRANC, Piotr Pawel
(C.P.C.D. — Inglês — 1963 a 1965).

KURY, Adriano da Gama
(C.P.C.D. — Português — 1961).

LACERDA, José Cândido Sampaio de
(C.P.C.D. — Direito Civil e Comercial — 1955 a 1959).

LACOMBE, Américo Lourenço Jacobina
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1949, 1957-58).
(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — Coordenador — 1967 a 1970).

LAGE, Alfredo Martins
(C.E. — Inglês — 1948).

LAGO, Ministro Antonio Corrêa do
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1954).

LAMY FILHO, Alfredo
(C.P.C.D. — Direito Comercial — 1960 a 1962).

LANNA, Hélio José da Costa
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

LANTELME, Paulo
(C.P.C.D. — Português — 1957).

LATOUR, Embaixador Jorge
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1956-57).

LEAL, Hamilton
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1946 a 1959).

LÉCUYER, Jacques
(C.P.C.D. — Francês — 1961-62).

LEITE FILHO, João Baptista Barreto
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1955 a 1961).

LELLIS, Raul Moreira
(C.P.C.D. — Português — 1956).

LEME, Og Francisco
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

LEMONS, Augusto Jefferson de Oliveira
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

LIED, Helmut
(C.E. — Alemão — 1964).

LIMA, Alceu Amoroso
(C.P.C.D. — Economia Política — 1947).
(C.A.D. — Sociologia Política — 1948).

LIMA, Carlos Henrique da Rocha
(C.P.C.D. — Português — 1947 a 1950, 1953 a 1957).

LIMA, Ministro Paulo Tarso Flecha de
(C.A.D. — C.P. — Promoção Comercial — 1971-1972).

LINHARES, Bruno Mattos
(C.P.C.D. — Economia I — 1965).
(C.P.C.D. — Economia II — 1965).
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1965).

LINHARES, Maria Yedda Leite
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1957).

LOBO, Ministro Hélio
(C.A.D. — História Diplomática do Brasil — Prática Diplomática — 1946).

LODGE, Ian Dennis
(C.P.C.D. — Inglês — 1967).

LOPES, Secretário José Ferreira
(C.A.D. — C.P. — Promoção Comercial — 1970).

LOPES, Desembargador Miguel Maria de Serpa
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1960).

MADEIRA, Marcos Almir
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1952).

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1958).
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1958).

MANGABEIRA, Francisco
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1953).
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1956).

MANTOVANELLI NETO, Obertal
(C.E. — Análise Macroeconômica — 1969-70).

MARINHO, Secretário Ilmar Penna
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1946).

MARTINS, Marco Antônio Campos
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1969).
(C.P.C.D. — Desenvolvimento Econômico — 1969).

MELLO, José de Campos
(C.P.C.D. — Economia Política — 1949).

MELLO, Embaixador Rubens Ferreira de
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1958).

MELLO FRANCO, Afonso Arinos de
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946).

MENDONÇA, Mário Alexandre Campos
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1969).

MÉRIGOUX, Pierre
(C.P.C.D. — Francês — 1967).

MESQUITA, Embaixador André Teixeira de
(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática I — 1970 a 1972).

MIRANDA, José Luiz Silveira
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1966).

MONTEIRO, Clovis do Rêgo
(C.P.C.D. — Português — 1947 a 1949).

MONTEIRO, Secretário Márcio Rêgo
(C.P.C.D. — Economia I — 1963).
(Curso Especial correspondente à 3.^a fase do Concurso de Provas — Economia — 1963 — Política Internacional — 1963).

MOREIRA, Laura de Barros
(C.E.X. — Praxes Sociais e Diplomáticas — 1951).

MORTARA, Marcella
(C.A.D. — Italiano — 1948, 1950).

MOTA, Secretário Benedito Rocque da
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1955).

MOTTA, Petrônio
(C.P.C.D. — Português — 1946).

MOURA, Secretário Heitor Pinto de
(C.P.C.D. — Português — 1962-63).

MULHOLLAND, John
(C.P.C.D. — Inglês — 1952, 1954 a 1957).

MURPHY, Alan James
(C.P.C.D. — Inglês — 1970).

NABUCO, Gustavo Schmidt
(C.E. — Leitura Dinâmica — 1968).

NASCENTES, Antenor
(C.P.C.D. — Português — 1946).

NEVES, Ministro Adolpho de Camargo
(C.E.X. — Prática Consular — 1945).

NOGUEIRA, Júlio
(C.E. — Português — 1947-48).

NORONHA, Secretário Sérgio Seabra de
(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1970).

NOVELLI, Flávio Bauer
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1964-65).

NUNES, Amaro Ventura
(C.E. — Português — 1967).

ONIGA, Teodoro
(C.E. — Análise Estatística — 1969-70).
(C.E. — Pesquisa Operacional e Teoria de Jogos — 1969-1970).

OUCHKOFF, Oleg
(C.E. — Russo — 1964 a 1966).

PACHÁ, Sérgio de Carvalho
(C.E. — Português — 1964).

PAIVA NETTO, Jacintho Francisco
(C.P.C.D. — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).

PARAISO, Hamilton Prisco
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1960).

PAULA, Tacariju Tomé de
(C.P.C.D. — Geografia — 1962).

PEARSON, Christopher
(C.P.C.D. — Inglês — 1961-62).

PEDROSA, Mário
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1955).

PEREZ, David José
(C.A.D. — Espanhol — 1948, 1950).

PIMENTEL, Maria de Lourdes
(C.E. — Criptografia — 1947).

PINHEIRO, Conselheiro João Baptista
(C.P.C.D. — Economia Política — 1953 — Política Econômica — 1952 a 1954).
(C.E.X. — Conceitos Básicos de Economia Política e Renda Nacional — 1952).

PINHO, José Wanderley de Araújo
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1957).

PINTO, Luiz Fernando da Silva
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

POLZIN, Cônsul-Geral Alfredo
(C.A.D. — Prática Consular — 1954 a 1957).

PÔRTO, Conselheiro Luiz de Almeida Nogueira
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1953).
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1954).

PÓVOAS, Sílvia Ribeiro
(C.E. — Datilografia — 1948).

PRADO, Eugênia Damasceno Vieira
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1958).

QUEIROZ, Secretário José Maria Vilar de
(C.P.C.D. — Português — 1964).

RAILLARD, Georges Léopold
(C.P.C.D. — Francês — 1960).

RENAULT, Adrien
(C.P.C.D. — Francês — 1963 a 1969).

REZENDE, Omar Vieira de
(C.E. — Prática de Correspondência e Comunicação — 1947).

RIBEIRO, Darcy Rodrigues Lopes
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1958).

RIBEIRO, Secretário Jorge Carlos
(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1971-1972).

RIBEIRO, Pedro Freire
(C.P.C.D. — Política Mundial Contemporânea — 1947 a 1953).

RIOS, José Arthur
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1951).

RODRIGUES, Embaixador Jaime Azevedo
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1961).
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1961).
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1953).
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1960).

RODRIGUES, José Antônio Gonçalves Amaral de Figueiredo
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

RODRIGUES, José Honório
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946 a 1949, 1956).

RODRIGUEZ, Ministro Carlos Calero
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1954-55, 1963-64).

ROUANET, Secretário Sérgio Paulo
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1967).

SÁ, Hernane Tavares de
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1951).

SÁ, Jayme Magrassi de
(C.P.C.D. — Economia Política — 1955 a 1957 — Política Econômica — 1954 a 1957).
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1954 a 1957).

SANTOS, Ezio Távora dos
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1964-65).

SANTOS JÚNIOR, Carlos
(C.P.C.D. — Economia II — 1963).

SCARABÓTOLO, Ministro Hélio Antônio
(C.P.C.D. — Prática Diplomática — 1963 a 1966).

SETTE, Secretário Luiz Paulo Lindenberg
(C.P.C.D. — Economia Política — 1961).

SILVA, Secretário Alberto Vasconcellos da Costa e
(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática II — 1968 a 1972).

SILVA, Secretário Bernardino Raimundo da
(C.P.C.D. — Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E. — 1971).

SILVA, Fernando Antônio Rezende da
(C.P.C.D. — Desenvolvimento Econômico — 1969).

SILVA, Hélio Schlittler
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1958 a 1964).

SILVA, Jacyr Heronville da
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1969).

SILVA, Embaixador Joaquim Eulálio do Nascimento e
(C.A.D. — História Diplomática do Brasil — 1948).

SILVA, José Luiz Werneck da
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1965-66).

SILVA, Paulo Cesar Machado da
(C.P.C.D. — Inglês — 1948-49).

SILVA, Conselheiro Rinaldo de Carvalho e
(C.A.D. — C.P. — Prática Consular — 1968-69).

SILVA, Roberto Barbosa da
(C.P.C.D. — Português — 1953).

SILVA, Ministro Ruy Barbosa de Miranda e
(C.P.C.D. — Prática Consular — 1963 a 1966).

SIMONSEN, Mário Henrique
(C.P.C.D. — Economia Política — 1961).
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1962).
(C.P.C.D. — Departamento de Economia — Coordenador — 1967 a 1969).

SOARES, Secretário João Clemente Baena
(C.P.C.D. — Português — 1964-65).

SOARES, Pedro Paulo Martins
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).

SOUSA, Senador José Ferreira de
(C.P.C.D. — Direito Civil e Comercial — 1951).

SOUZA, Alberto Mello e
(C.E. — Análise Macroeconômica — 1969-70).
(C.E. — Análise Estatística — 1969-70).

STERNBERG, Hilgard O'Reilly
(C.P.C.D. — Geografia — 1946 a 1958).

TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1959).

TENÓRIO, Desembargador Oscar Accioly
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1946 a 1958).

THIELEN, Maila Karen
(C.E. — Alemão — 1966).

TRIGUEIRO, Embaixador Oswaldo
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1960).

TURTUR, Hermann
(C.E. — Alemão — 1963-64)

VÁRZEA, Afonso
(C.E.X. — Geografia Econômica do Brasil e da América Latina — 1945).

VASCONCELLOS, Cônsul Dora Alencar de
(C.A.D. — Prática Consular — 1952).

VASCONCELLOS, Marina de Barros e
(C.P.C.D. — Francês — 1951 a 1954).
(C.E. — Francês — 1948).

VIANA, Hélio
(C.A.D. — História Diplomática — 1950).

VIEIRA, José Maria Gouveia
(C.P.C.D. — Economia I — 1963).
(Curso Especial correspondente à 3.^a fase do Concurso de Provas — Economia — 1963).

WEINSCHENCK, Conselheiro Guilherme
(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática I — 1968-69).

WEISS, Arthur Bernardes
(C.P.C.D. — Geografia — 1963 a 1965).

WHITFIELD, Margaret Ann
(C.P.C.D. — Inglês — 1970).

WOOD, F. G.
(C.P.C.D. — Inglês — 1961 a 1963).